

CIDADES  
PARA  
TODOS  
E TODAS

# COPA DO MUNDO PARA TODOS

O RETRATO DOS VENDEDORES AMBULANTES  
NAS CIDADES-SEDE DA COPA DO MUNDO DE 2014







COPA DO MUNDO PARA TODOS

# **COPA DO MUNDO PARA TODOS**

**O RETRATO DOS VENDEDORES AMBULANTES  
NAS CIDADES-SEDE DA COPA DO MUNDO DE 2014**

**Coordenadora  
de pesquisa:**  
Nora Wintour

**Pesquisadoras:**  
Emly de Andrade Costa,  
Marina Brito Pinheiro,  
Maíra Villas Bôas Vannuchi

## PUBLICAÇÃO

Projeto Gráfico, e editoração:  
**Daniel Cabral**

Ilustrações:  
**Daniel Cabral**

Fotografias:  
**Emly de Andrade Costa,**  
**Marina Brito Pinheiro**  
**Maíra Villas Bôas Vannuchi**

Edição:  
**Maíra Villas Bôas Vannuchi**  
**Daniele Martins**

Revisão:  
**Daniele Martins**

## STREETNET

Coordenadora de Campanhas:  
**Nora Wintour**

Consultora:  
**Luciana Itikawa**

Pesquisadoras:  
**Emly de Andrade Costa**  
**Marina Brito Pinheiro**  
**Maira Villas Bôas Vannuchi**

Publicado em Abril  
de 2012 por **StreetNet**  
**International.**

*Trechos da publicação podem  
ser reproduzidos, desde que  
seja reconhecida a fonte  
StreetNet Internacional.*



### INTERNACIONAL

1008 Salmon Grove Chambers,  
407 Anton Lembede Street,  
Durban, South Africa

P. O. Box 61139,  
Bishopsgate 4008, South Africa

Tel: +27 31 307 4038  
Fax: +27 31 306 7490  
Email: [stnet@iafrica.org](mailto:stnet@iafrica.org)  
Website: [www.streetnet.org.za](http://www.streetnet.org.za)

### BRASIL

[streetnetbrasil.wordpress.com](http://streetnetbrasil.wordpress.com)

*AGRADECEMOS  
o apoio e colaboração do  
Centro Gaspar Garcia  
de Direitos Humanos,  
A Central Única dos  
trabalhadores - CUT,  
a Central Sindical  
Internacional - CSI,  
a Sonia Dias, ao Vicente  
Gomes Macedo Neto e a  
contribuição financeira  
da Gates Foundation.*



011  
INTRODUÇÃO

083  
MANAUS

057  
CUIABÁ

109  
PORTO ALEGRE

069  
FORTALEZA

095  
NATAL

147  
SALVADOR

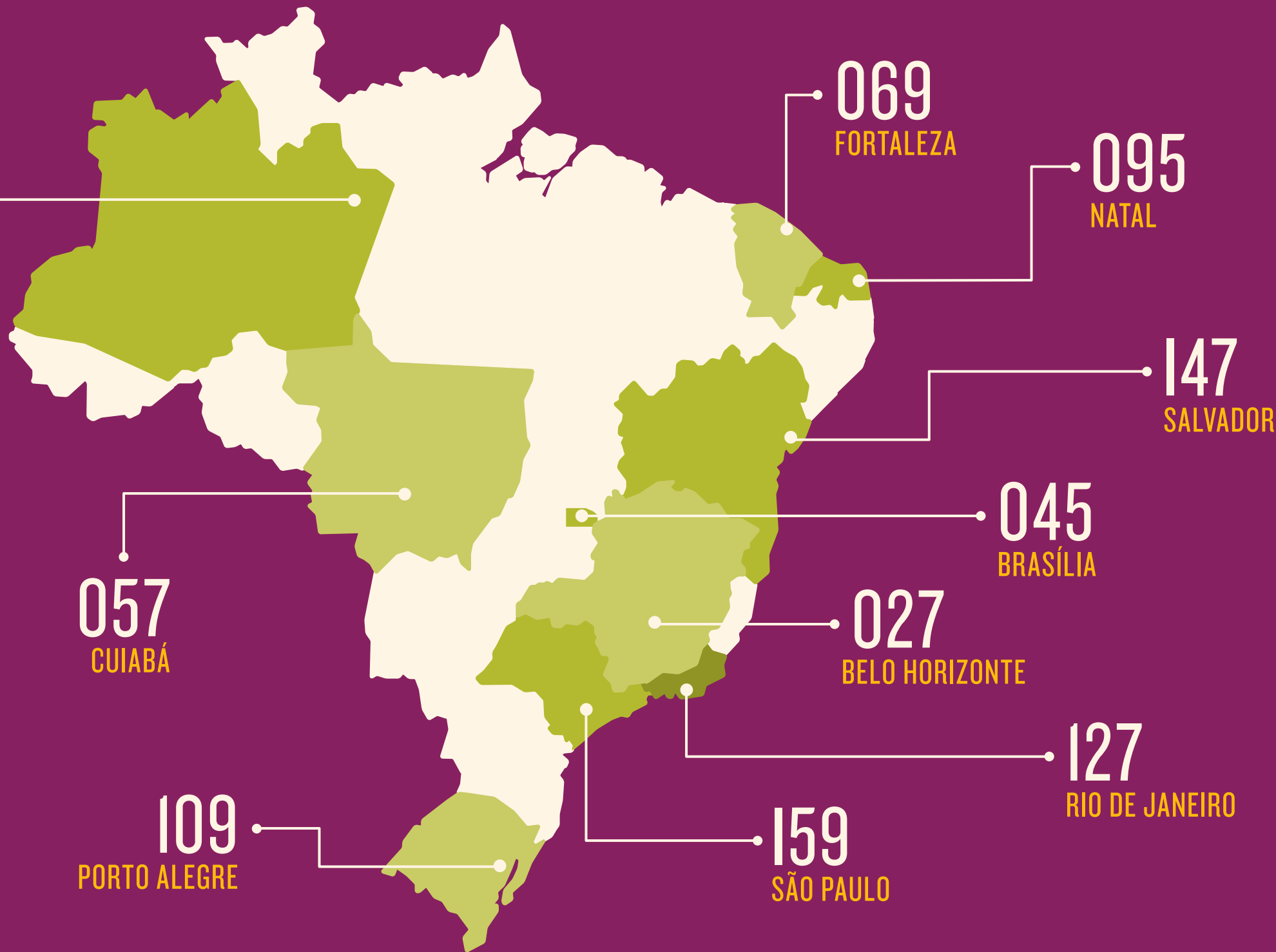
045  
BRASÍLIA

027  
BELO HORIZONTE

159  
SÃO PAULO

127  
RIO DE JANEIRO

183  
ANEXOS I



# INTRODUÇÃO

## O TRABALHO DA STREET NET

A StreetNet Internacional, fundada em 2002, na África do Sul, é uma aliança de organizações de vendedores informais de diversos países. Estrutura-se no formato de federação e agrega organizações fundadas nos princípios do associativismo e da organização direta dos vendedores informais, tais como sindicatos, cooperativas e associações. A organização atua na proteção e promoção dos direitos desses trabalhadores, incentiva a formação de parcerias nacionais e a consolidação de uma solidariedade local, nacional e internacional, além de desenvolver alianças com diversos atores sociais e integrar organizações de vendedores informais aos movimentos trabalhistas nacionais.

Prevendo o impacto da Copa do Mundo de 2010, ocorrida na África do Sul, na subsistência dos vendedores informais, a StreetNet Internacional lançou, em 2006, a Campanha “Cidades para Todos e Todas” (*World Class Cities for All*), a fim de instigar a conscientização mundial sobre os problemas que circundam o planejamento urbano e a organização de serviços para os megaeventos, em países em desenvolvimento. O principal objetivo foi alertar para a lógica equivocada de que as cidades sede da Copa, independentemente de terem um alto número de prioridades emergenciais, devem ser configuradas como Cidades Globais, recebendo alto investimento público em infraestrutura e no setor de serviços e beneficiando, enormemente, o capital globalizado, como se não existisse pobreza.

Na África do Sul, a campanha buscou pressionar o Comitê Local Organizador da FIFA, os governos municipais das nove cidades-sede da Copa e o governo federal para repensar a política de estabelecimento de zonas de exclusão do comércio ambulante em torno dos estádios e espaços públicos organizados para torcedores, reivindicando que, efetivamente, promovessem alternativas e oportunidades aos comerciantes informais.

No Brasil, a campanha foi lançada no início de 2011, contando com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central Sindical das Américas/Central Sindical Internacional (CSA/CSI), da Central dos Movimentos Sociais (CMS) e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Os principais objetivos da campanha são, até 2014, contribuir para a mobilização e organização dos vendedores informais, para o estabelecimento de redes

municipais e de fóruns de negociação nas cidades-sede dos jogos. Dessa forma, criam-se as condições para que os trabalhadores da economia informal possam se fortalecer, reivindicar suas demandas e receber um tratamento justo durante a Copa.

A campanha “Cidades para Todos e Todas” busca dar publicidade à necessidade de atender, prioritariamente, às demandas sociais locais. A estratégia principal para alcançar esse objetivo é apoiar ativamente as necessidades e os interesses dos trabalhadores que participam da economia informal, além de fomentar a organização política desses atores sociais, para que reivindiquem espaço na construção de cidades que incluam todos.

## SOBRE O ESTUDO

A primeira etapa da campanha no Brasil, da qual o presente estudo é o primeiro produto, consistiu no mapeamento de organizações representativas de vendedores informais em dez das doze cidades sede da Copa. A equipe foi composta pela coordenadora de campanhas da StreetNet, Nora Wintour, pela consultora do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Luciana Itikawa, e por três pesquisadoras que cobriram regiões diferentes: Emly Costa, a região Norte e Nordeste (Manaus, Fortaleza e Natal); Marina Brito, a região Central (Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá e Salvador); e Maíra Villas Bôas Vannuchi, região Sul e Sudeste (São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro).

A pesquisa foi realizada entre maio e outubro de 2011, e buscou conhecer as organizações representativas desses trabalhadores, o cenário legal e a percepção do impacto da Copa até o momento, além das perspectivas para 2014, por meio da caracterização de tendências e padrões de comportamento das autoridades municipais, que foram se institucionalizando no decorrer do ano de 2011.

O presente trabalho tem como principal característica o fato de ser um documento “vivo” e em construção. O levantamento realizado tem como perspectiva a necessidade de ser continuamente complementado e aperfeiçoado para, assim, incluir organizações e reivindicações que a pesquisa de campo inicial não teve condições de abranger. Pretende-se, portanto, acompanhar o andamento das mudanças nas cidades, especialmente nas áreas centrais e de interesse.

A pesquisa teve como base um roteiro de perguntas semiestruturado, com questões que buscavam tanto informações precisas como o número, composição de gênero e a natureza da venda dos trabalhadores informais que cada organização representa, assim como questões mais amplas que permitem conhecer a realidade e o dia-a-dia do trabalho dessas representações. O trabalho de campo incluiu, também, conversas com movimentos sociais, órgãos governamentais, universidades e ONGs que, de alguma forma, se relacionam com as questões que envolvem o comércio informal.

A metodologia adotada permitiu às pesquisadoras levantar algumas discussões sobre a venda ambulante nos municípios estudados, bem como desvendar o imaginário do

vendedor informal em relação às suas principais necessidades e reivindicações; aprofundar o domínio sobre a lei e o controle da atividade; mapear as redes de parceiros existentes; além de reconhecer os possíveis impactos da Copa em cada cidade pesquisada, entre outros aspectos.

Devido às limitações de tempo e orçamento, Recife e Curitiba ficaram fora deste primeiro levantamento e serão mapeadas no decorrer de 2012. Nos municípios visitados foram priorizadas as áreas de maior atuação da categoria de vendedores informais e que apresentam maior risco de conflito na cidade.

No final de outubro de 2011, quando alguns resultados preliminares foram sistematizados pela equipe de pesquisa, a StreetNet Internacional realizou, em São Paulo, um encontro de três dias com lideranças representativas de organizações de vendedores informais de várias cidades-sede. Os dois primeiros dias foram dedicados à oficina de planejamento participativo dos próximos passos da campanha. A equipe apresentou as primeiras impressões do levantamento realizado e, através de dinâmicas de grupo, os trabalhadores indicaram convergências gerais entre as diversas organizações e apresentaram sugestões em três eixos: reivindicações em comum, e propostas de objetivos e de atividades para a campanha.

Esses resultados foram apresentados no terceiro dia ao Fórum de Planejamento da campanha “Cidades Para Todos e Todas”, em São Paulo, que reuniu diversos parceiros importantes de movimentos sociais, principalmente do movimento sindical, institutos de pesquisa, ONGs e outras organizações que assinaram uma declaração de repúdio às violações do direito ao trabalho e à violência policial verificadas em várias cidades, afirmando que a realização da Copa do Mundo não é possível sem que haja o respeito aos direitos dos vendedores informais (anexo I).

O estudo identificou aspectos que estão presentes no cotidiano da venda ambulante e que são de fundamental importância para a compreensão do universo do comércio informal. As questões encontradas são de ordem legal, política e cidadina. A legalidade e a regularidade da venda no espaço público são as questões primordiais que circundam o comércio informal. Portanto, é necessário conhecer o conjunto de leis que formam o pano de fundo de diversos problemas identificados nos municípios pesquisados.

O estudo se preocupou também em conhecer as principais reivindicações das organizações representativas desses trabalhadores e os potenciais parceiros e aliados da sociedade que possuem pontos de convergência e que somam forças à luta dos vendedores informais.

## VENDA AMBULANTE NO BRASIL

No Brasil, existem dois tipos de normas que regem a atividade do comércio ambulante:

- A primeira, ligada ao Direito Público, é um ato administrativo regido pelos princípios constitucionais da Administração Pública – a Permissão de Uso, que é a autorização municipal do exercício da atividade nos espaços públicos;



- A segunda é uma lei ligada ao Direito Tributário e Previdenciário - o cadastramento do trabalhador informal como Micro Empreendedor Individual (MEI), que combina ação fiscal com proteção social.

Foi verificado que as normas não são implementadas pelos municípios para que se configurem em políticas complementares e articuladas para os comerciantes de rua. Das cidades-sede da Copa, apenas Porto Alegre (RS) articulou as duas normas em benefício dos trabalhadores, porém, não ampliou o benefício a todos os comerciantes de rua do município.

## A AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL

A primeira norma, a Permissão de Uso do Bem Público, é a permissão concedida pela maioria dos poderes executivos municipais aos trabalhadores para exercerem o comércio nos espaços públicos. No Direito Público Brasileiro existem quatro formas, entre outras, de autorização concedida ao indivíduo (particular) para utilização do bem público: a cessão, a concessão, a permissão e a autorização. Dessas quatro formas, a autorização e a permissão são atos negociais, precários, arbitrários, unilaterais, sem licitação e sem as garantias dos contratos administrativos. Na maioria dos municípios pesquisados, essas são as duas únicas formas de regulamentação do uso do espaço público atribuídas ao comércio informal de rua.

São atos negociais porque podem ser regulamentados com ou sem condições, gratuitos ou onerosos, por tempo certo ou indeterminado, mas são sempre precários porque podem ser modificados pela Administração quando o interesse público o exigir. Ao Poder Público é facultado o poder discricionário para consentir ou retirar a permissão do bem público, segundo os critérios de oportunidade e conveniência àqueles que atinjam a finalidade social.

É no aspecto unilateral da Permissão de Uso do Bem Público que residem as principais objeções dos comerciantes de rua, uma vez que eles não possuem nenhuma garantia para a continuidade de sua atividade geradora de renda e para a consolidação de seu negócio. Exemplo disso é o fato de que em muitas das cidades-sede estudadas, trabalhadores relataram a cassação das permissões de uso nos locais próximos às infraestruturas dos jogos da Copa e das áreas de maior concentração de turistas.

Nas dez cidades-sede estudadas, as Permissões de Uso do Bem Público variam em função da forma como são nomeadas, das restrições e das punições. Não obstante, as leis municipais prevêm parâmetros de punições aos trabalhadores (cassações ou revogações temporárias das permissões). Conforme a discricionariedade da Prefeitura, a candidatura das dez cidades aos jogos da Copa iniciou, em 2011, um movimento de expulsão dos trabalhadores dos locais dos jogos e das áreas onde transitarão os turistas.

A primeira versão da Lei Geral da Copa, mecanismo que estabelece legalmente condições exigidas pela FIFA (que até março de 2012 não fora aprovado na Câmara dos Deputados), determina o estabelecimento de zonas de exclusão, próximas aos chamados Locais Oficiais dos Eventos, nas quais qualquer atividade comercial não

autorizada será vetada e criminalizada. Foi verificado nas cidades estudadas que, desde o início de 2011, diversas prefeituras têm revogado unilateralmente as permissões de comerciantes de rua, principalmente dentro desses perímetros que tendem a ser espaços cedidos à FIFA durante a Copa.

A Permissão de Uso emitida pelos municípios é de natureza jurídica precária, no entanto, está sujeita ao controle externo pelo Poder Judiciário, tanto no aspecto da legalidade quanto no aspecto do mérito do ato. Nesse sentido, cabe ao Poder Judiciário julgar se a revogação da permissão de uso é ilegal e o direito do permissionário à indenização.

## LEI FEDERAL

A segunda norma diz respeito à convergência entre uma política de suporte ao pequeno negócio do Ministério do Trabalho e Emprego, que atrela o cadastro nacional e a contribuição tributária do trabalhador autônomo à proteção social, chamada Micro Empreendedor Individual (MEI).

A categoria Micro Empreendedor Individual foi criada pela Lei Complementar 128/08, que aprimorou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LC 123/06) para incluir trabalhadores por conta própria que constituem microunidades econômicas de até dois integrantes: o titular e o auxiliar. Com o MEI, o trabalhador tira o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), para poder emitir nota fiscal, acessar financiamentos e participar de licitações públicas, além de garantir a cobertura previdenciária. Para isso, o Micro Empreendedor Individual deve adequar-se a alguns requisitos mínimos como ter receita bruta anual de até R\$ 36 mil (US\$ 20 mil). Ao se cadastrar como MEI, o trabalhador informal passa a ser reconhecido legalmente.

## FALTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE AS DUAS NORMAS

O grande entrave nos municípios que contribui decisivamente para a precarização dos comerciantes de rua está justamente na falta de articulação entre as duas normas: a Permissão de Uso e o Micro Empreendedor Individual.

Em quase todos os municípios pesquisados, as prefeituras utilizam-se desse instrumento precário, a Permissão de Uso do Bem Público, para emitir licenças aos comerciantes de rua. No entanto, as leis municipais que estabelecem as normas para a emissão da Permissão, em sua maioria, exigem que o trabalhador seja Pessoa Física (individual) e não Pessoa Jurídica (empresa).

Existe, portanto, uma incompatibilidade do programa federal com a norma do poder municipal. Não foi difícil encontrar casos de vendedores informais que não possuíam licença municipal – seguindo orientação para se tornar Micro Empreendedor Individual. Eles não sabiam que além de não terem garantia de venda no espaço público, com o MEI estavam impossibilitados de adquirir a Permissão de Uso do Bem Público por terem deixado de ser Pessoa Física e se tornado Pessoa Jurídica.

Para que o vendedor ambulante possa se beneficiar como Micro Empreendedor Individual, as leis municipais deveriam ser modificadas, adaptando-se a essa nova categoria e permitindo a emissão da autorização de venda no espaço público para Pessoa Jurídica, o que não ocorreu nas cidades estudadas, com exceção de Porto Alegre, que atrelou a emissão de uma autorização definitiva, com maior estabilidade, ao cadastro MEI.

Ao comerciante de rua, a única alternativa para trabalhar legalmente é aceitar a licença precária, e para ter proteção social previdenciária não pode ser beneficiado com a categoria MEI, sem uma alteração na legislação municipal. O acesso à previdência social torna-se mais difícil, pois sem ser cadastrado como MEI, ao vendedor informal resta contribuir como trabalhador individual, o que equivale ao pagamento de 20% do salário base e mais impostos – e, na maioria dos casos, isso não ocorre por falta de condições financeiras e informação. Com o cadastro MEI, o trabalhador paga um imposto único para formalizar a atividade e ter direito a benefícios previdenciários, sendo o pagamento mensal máximo de 5% do salário mínimo.

Em Porto Alegre, no Shopping Popular que construíram no centro da Cidade, parte dos comerciantes é MEI. Foi estabelecido que os trabalhadores que se tornarem MEI passam a ter uma licença com maior estabilidade e com mais garantias contratuais. No entanto, grande parte dos comerciantes do Shopping Popular continua apenas com a Permissão de Uso do Bem Público, assim como os demais comerciantes de rua do Brasil.

A categoria MEI também perpassa as estratégias do movimento sindical para organizar os vendedores informais. O Ministério do Trabalho e Emprego e diversos sindicatos vêm promovendo uma larga difusão da categoria MEI como uma forma benéfica de formalização dos comerciantes informais. A formalização possibilita que as entidades representativas oficializadas se beneficiem da contribuição sindical obrigatória, prevista na legislação trabalhista brasileira, e possam assim ter sustentabilidade financeira.

No entanto, como já assinalado, embora o registro ofereça benefícios pontuais ao trabalhador, existem obstáculos legais que ameaçam a já instável regularidade do vendedor informal.

## PRINCIPAIS PROBLEMAS

O estudo identificou um conjunto de questões complexas que circundam o comércio informal nos municípios pesquisados:

- A principal dificuldade dos vendedores informais é, sem dúvida, a precariedade da autorização de uso do espaço público e a recorrente instabilidade no exercício da atividade, atrelada ao número reduzido de licenças que regulamentam as vendas. As prefeituras emitem um número de autorizações muito menor do que o número de trabalhadores do comércio informal.

- A ilegalidade fomenta a corrupção. Esquemas de pagamento de propina sustentam o comércio informal na maioria das cidades. Aqueles que não pagam a propina estão sujeitos a arbitrariedades e à violência policial.
- Os grupos mais vulneráveis, atualmente, são os vendedores de rua não licenciados para exercer a profissão, pois, em geral, não são contemplados nas políticas para a categoria e não contam com o apoio formal das próprias organizações representativas, já que poucas defendem a inserção dos que não são regularizados.
- As associações, muitas vezes, servem aos mecanismos de pagamento de propina, fazendo o trabalho de recolhimento da contribuição e fazendo a interlocução com a autoridade municipal corrupta. Esse sistema afeta diretamente o potencial de mobilização e organização dos vendedores informais, tendo em vista que a maioria dos ambulantes não acredita que a organização política possa trazer benefícios, pois está acostumada a fazer parte de um associativismo estritamente empresarial.
- Outro ponto que interfere na organização política dos ambulantes é o clientelismo político. Diversos trabalhadores relataram o fato de terem sido utilizados como massa de manobra em ano eleitoral, recebendo pequenos benefícios e, posteriormente, sendo esquecidos. Por esse motivo, a maioria não tem confiança ou expectativa de que o poder público possa melhorar a situação atual.
- O fato de as organizações de vendedores informais estarem numa espécie de limbo institucional, na esfera sindical nacional, é um enorme desafio. As organizações de ambulantes não contam com representatividade no movimento sindical formal, que não investe recursos na organização da categoria. Essa indefinição na participação do meio sindical unificado, além de contribuir para a pulverização desses trabalhadores, que não se enxergam enquanto categoria profissional unificada, aumenta a vulnerabilidade e a precariedade a que esses trabalhadores estão sujeitos.
- Seguindo a linha da falta de articulação entre a Permissão de Uso do Bem Público municipal e a categoria MEI, instituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foi possível constatar que, além da incompatibilidade com a lei municipal, o MEI gera dificuldades aos comerciantes de rua em relação à organização política como vendedores informais. O enquadramento enquanto Micro Empreendedor Individual gera a individualização do trabalhador, enquanto a fragilidade legal a que estão submetidos nas

instâncias municipais requer a organização coletiva dos trabalhadores para fortalecê-los enquanto categoria profissional com interesses em comum.

- Nessa perspectiva, o MEI lida com o trabalhador informal enquanto empresário, mas a situação de vulnerabilidade social que enfrenta sugere que o melhor seria lidar com a situação a partir do cooperativismo e do fomento à economia solidária. Os benefícios que a categoria MEI oferece são os mesmos que os trabalhadores cooperados podem usufruir, sendo que a segunda opção implica na coletivização do problema, do fortalecimento político e do exercício da democracia participativa.
- As cidades que hospedarão jogos da Copa do Mundo vêm passando por um processo de gentrificação, fortemente relacionado à produção da assepsia urbana, como forma de adequação das cidades ao megaevento e sua formatação como Cidades Globais.
- A falta de informação sobre as implicações da Copa do Mundo no país e sobre a experiência vivida pelos vendedores de rua, na África do Sul, contribui para o fato de que várias das representações entrevistadas tenham uma avaliação positiva do megaevento e de que a Copa do Mundo beneficiará o comércio informal.

## PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

As principais reivindicações das organizações de vendedores informais consultadas são:

- Um local de trabalho seguro, permanente, com licença legal, seja na rua ou dentro de shoppings populares, em lugares centrais nas cidades ;
- Que programas municipais de construção de centros comerciais populares sejam desenvolvidos, enquanto projetos sociais e a preços populares, planejados através do diálogo com as organizações representativas de vendedores informais e administrados com a sua colaboração ;
- O reconhecimento das autoridades e da sociedade do trabalho honesto, digno e com valor, pois o uso do espaço público para comercialização de mercadorias é uma saída para garantir o sustento familiar, além de contribuir para a economia do país como outro trabalho qualquer ;
- O fim da violência policial e das arbitrariedades ;
- O retrocesso do processo de exclusão que se expressa especialmente pela ausência de direitos e de garantias individuais e coletivas

(proteção social, direitos trabalhistas, dentre outros), e também pela expulsão dos comerciantes informais das áreas de interesse da cidade que vem com projetos de « revitalização » urbana, que servem ao mercado imobiliário e ao embelezamento da cidade ;

- Não serem tratados como categoria inferior de trabalhadores, sofrendo estigma que sempre os vincula à marginalidade.

Outro ponto identificado pela pesquisa, em diversos lugares, é que, historicamente, representantes das organizações de vendedores ambulantes encaminharam suas demandas através de vereadores que representavam politicamente determinadas áreas e regiões da cidade. O resultado dessa relação política é a perpetuação de uma relação clientelista e fragmentada com o poder público municipal, expressa nas entrevistas realizadas com as lideranças de trabalhadores informais, onde foi comumente relatado que o principal aliado na luta política é o vereador.

Essa fragmentação é determinante para a desarticulação entre as organizações, o que impede a formação de uma unidade de luta, apesar de as reivindicações serem convergentes.

## PARCEIROS

O estudo mapeou diversos atores sociais aliados à luta dos vendedores informais. Algumas organizações se destacam por terem alcance nacional e abordarem, ainda que de diferentes formas, a questão do impacto social da Copa do Mundo.

Os parceiros fundamentais para a realização da campanha “Cidades para Todos e Todas” foram, desde o início, a CUT e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que agregam, respectivamente, força política e conhecimento sobre capacitação e organização política dos vendedores informais.

A Internacional da Construção e Madeira (ICM) tem feito o trabalho de unificar forças e mobilizar sindicatos de trabalhadores da construção civil e construção pesada, que estão construindo as obras da Copa nas doze cidades, e por isso é uma importante parceira na luta pelo trabalho decente e pelo direito ao trabalho.

Em 2011, foram formados comitês populares da Copa nas doze cidades-sede. Os comitês são coalizões de diversos movimentos sociais como o feminista, de moradia, anticorrupção, direitos humanos, direitos da criança, direitos trabalhistas, direitos do consumidor, etc.; e têm como objetivo ser porta-voz dos atingidos pelas obras de infraestrutura da Copa e pelo impacto social que um megaevento desse porte causa no país. Os principais propulsores da formação dessa coalizão foram dois eventos realizados no final de 2010, com forte participação da Relatoria Internacional do Direito à Moradia Adequada



do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem como porta-voz no Brasil a relatora Raquel Rolnik.

Em agosto de 2011, ocorreu a primeira plenária nacional dos comitês populares da Copa, unindo representantes dos doze comitês, que resultou na formação de uma articulação nacional dos comitês populares composta por membros de cada um dos comitês das cidades-sede. Até o presente momento, com exceção de Belo Horizonte (MG), a questão dos ambulantes não foi tratada especificamente pelos comitês locais e, por isso, ainda não é representada na articulação nacional, mas alguns comitês que tiveram contato com a pesquisa da *StreetNet* se dispuseram a incluir o tema na pauta de reivindicações, de mobilização e pressão política sobre o impacto social da Copa. A principal dificuldade é a falta de representantes do movimento de trabalhadores ambulantes nos encontros periódicos dos comitês. O comitê de Porto Alegre pontuou que a inclusão do tema na pauta de reivindicação só deve ocorrer com os próprios trabalhadores trazendo as questões nas reuniões periódicas.

No dia 28 de novembro de 2011, a articulação nacional lançou um dossiê de violações de direitos humanos e registrou denúncias de violações no mecanismo Revisão Periódica Universal (UPR) do Conselho de Direitos Humanos da ONU, onde o Brasil será avaliado em julho de 2012. Foram mencionadas algumas das violações vivenciadas pelos vendedores informais e denunciadas no Fórum de Planejamento da campanha “Cidades para Todos e Todas” da *StreetNet*.

As organizações que lutam pelo direito à moradia são importantes parceiras por fazerem parte de um movimento emergente e que, cada vez mais, ganha espaço no cenário político nacional, sob o viés da luta pelo direito à cidade. A Central de Movimentos Populares (CMP), assim como a Central dos Movimentos Sociais (CMS), expressam politicamente a força dessas organizações e são aliadas na campanha “Cidades para Todos e Todas”.

Outro importante movimento que visa envolver a sociedade na luta por direitos sociais em relação à Copa é a Frente Nacional dos Torcedores (FNT), movimento de torcedores de todo o Brasil que luta contra a elitização do futebol e por um remodelamento de suas estruturas que o torne justo, democrático e popular. A FNT reivindica transparência nas contas da Copa, o combate ao monopólio do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e uma Copa do povo.

A principal relação do movimento com os vendedores ambulantes é a proximidade dos torcedores frequentadores de estádios com os vendedores de bebidas e lanches, que fazem parte historicamente da cultura do futebol. Os representantes do movimento se dispuseram a definir pontos de convergência com os ambulantes, uma vez que eles próprios se opõem ao processo de elitização das cidades, que tende a expulsar os setores sociais menos privilegiados dos lugares públicos de interesse. A FNT entende que a “limpeza” urbana, além de afetar o trabalho dos vendedores ambulantes, o que diretamente afeta a cultura do futebol brasileiro nos estádios, faz parte de um processo que prejudica também

os torcedores, que não podem pagar os ingressos cada vez mais caros e vêm sofrendo com a criminalização da cultura do futebol.

Dentre as iniciativas de organizações sociais que vêm realizando ações nacionais em relação ao impacto social da Copa, é importante destacar o trabalho realizado pelo Instituto Ethos no projeto “Jogos Limpos”, que defende o controle social e transparência nas obras da Copa e que também organizou comitês locais nas doze cidades-sede. O Instituto Ethos mostrou interesse em firmar parceria com a *StreetNet* e acordou incluir no plano estratégico do projeto “Jogos Limpos” a violação dos direitos sociais dos ambulantes. O ponto de possível cooperação com as organizações de vendedores de rua reside na possibilidade de incluir a questão da garantia de trabalho e subsistência dos ambulantes nas estratégias do projeto. A proposta é buscar espaços de discussão tanto com empresas patrocinadoras da Copa e empreiteiras construtoras das obras do evento, com objetivo de firmar acordos setoriais, como, também, firmar acordos pré-eleitorais com candidatos a prefeitos que disputarão as eleições municipais em 2012.

O Observatório das Metrôpoles é um laboratório de sociologia urbana que formou núcleos de pesquisa, em sua maioria dentro de universidades, nas doze cidades-sede da Copa, para monitorar e analisar, sob várias diretrizes, incluindo o tema trabalho e vulnerabilidade social, o impacto social da Copa. A pesquisa do Observatório das Metrôpoles mostrou aspectos convergentes e contribuiu com a presente pesquisa.

## IMPACTO DA COPA

A análise de dez cidades-sede da Copa mostrou que, apesar das mudanças serem pouco visíveis, alguns impactos já são identificados.

A maior preocupação dos vendedores ambulantes é ter informações sobre as determinações que a FIFA impõe ao uso dos espaços públicos da cidade, especialmente no entorno dos estádios, nas praças e lugares turísticos. É, da mesma forma, importante conhecer a postura que o poder público pretende adotar em relação a essa questão.

Não há informações precisas sobre as condições estabelecidas pela FIFA e sobre a Lei Geral da Copa. Essa falta de transparência dificulta a compreensão dos riscos reais a que os vendedores informais estão expostos e, conseqüentemente, impede uma organização mais efetiva desses trabalhadores para ações futuras, pois acabam priorizando questões mais urgentes de caráter cotidiano.

Também não há acesso à informação clara e atualizada, especialmente com relação aos projetos de reordenamento urbano de certas áreas da cidade, por ocasião da Copa do Mundo.

A proximidade dos projetos de reordenamento urbano com a preparação das cidades para o megaevento impacta diretamente a fonte de renda dos vendedores informais. Muitos dos que vendiam nas proximidades dos estádios tiveram que mudar de local de

venda, ao redor ou a caminho do estádio. No caso do Rio de Janeiro, que além da Copa sediará os jogos Olímpicos de 2016, esse processo ficou evidenciado no cadastramento e licenciamento municipal dos vendedores informais, em várias regiões da cidade. De acordo com o advogado da categoria, que acompanhou de perto o processo ocorrido em 2009, além de ter sido pouco divulgado (principalmente o período para recorrer às decisões) e não cumprir a legislação municipal que regulamenta a atividade, o licenciamento de ambulantes foi interrompido porque o plano de organização do solo público para os megaeventos ainda não havia sido definido.

Outro tema bastante abordado pelos movimentos sociais mobilizados em relação à Copa é que o megaevento cria condições ideais para a privatização do espaço público, além de oferecer oportunidades de negócio, flexibilização da legislação e grandes incentivos governamentais. Essa valorização do espaço público catalisa o processo de expulsão das populações de baixa renda dos lugares de interesse da cidade.

Relacionado a este ponto, outro importante impacto causado pela Copa é o “estado de exceção” que é criado em torno do megaevento, e permite que projetos sejam realizados sem nenhum controle social e sem preocupações com a violação de direitos sociais. O “estado de exceção” também catalisa processos urbanísticos já planejados e realiza de forma voraz a limpeza urbana e higienização dos espaços públicos.

Como evidenciado nos municípios do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, os estádios do Maracanã e Mineirão, respectivamente, expulsaram ambulantes de seus entornos para execução das obras de reforma. As lideranças das organizações representativas acreditam que os comerciantes informais que costumavam vender na região, antes da obra, não serão autorizados a comercializar no local quando a reforma for concluída.

Os principais impactos negativos relacionados à Copa estão ligados à omissão do Estado em relação ao direito ao trabalho desses comerciantes e à total indisposição em incluir no evento vendedores informais para que possam tomar proveito da oportunidade de negócios que a Copa representa.

## AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

As principais conclusões quanto aos encaminhamentos da Campanha “Cidades para Todos e Todas”, até 2014, são que as ações a serem tomadas pela StreetNet e aliados, para fortalecer o nível de organização dos vendedores informais, devem ocorrer em direção à criação de condições para a construção de um espaço de articulação política entre associações de vendedores informais. O estabelecimento desse espaço, por sua vez, é pensado para que possibilite a reivindicação de um espaço de negociação com o poder público que busque a garantia do direito ao trabalho dos vendedores informais.

Esse espaço deve ser pensado a partir da formação política dos representantes de

organizações de ambulantes em práticas democráticas de organização política, além do exercício da democracia, igualdade de gênero, da colaboração e do cooperativismo. Dessa forma, será possível que representantes unam forças, abandonem desavenças e fortaleçam a unidade de luta, para assim superar a lógica competitiva estabelecida no dia-a-dia do trabalho.

Para garantir que a articulação entre representantes e a formação política desencadeie um processo sustentável de organização e fortalecimento da categoria, é fundamental que exista um suporte técnico regular por certo período de tempo, que traga a experiência e o conhecimento de ações políticas efetivas na garantia de direitos, tanto jurídica, como para a formulação de políticas públicas (*advocacy*), de protestos e de articulação política, até que os próprios trabalhadores tenham condições de levar o processo autonomamente.

Para que exista um espaço de negociação que cumpra a função de sistematizar as principais reivindicações e possibilite conquistá-las, é necessária a criação de um espaço de negociação com o poder executivo competente.

Outro ponto importante que deverá ser abordado é a formação de lideranças femininas. A grande maioria das lideranças entrevistadas na pesquisa é de homens e muitas das organizações não se preocupam em ter representações femininas nos processos decisórios. Faz-se fundamental fortalecer as organizações com informações e acompanhar os processos decisórios dessas organizações para garantir que representem a voz de todos. Além disso, torna-se essencial promover um maior debate sobre o tema na agenda municipal, incluindo o debate com outras lideranças que venham a ter novas opiniões e propostas para a categoria.

A capacitação das organizações de trabalhadores informais oferecerá instrumentos para a superação das desavenças criadas anteriormente, qualificando (ampliando) a cultura política já existente, aumentando a unidade de luta e fortalecendo o enfrentamento dos impactos da Copa.

Outra iniciativa seria a formação de vendedores informais para contribuir com a demanda de serviços durante a Copa, e ainda fazer o uso estratégico do espaço no entorno de cooperativas e empreendimentos da economia solidária de forma a trazer os turistas e moradores da cidade para esses locais.

A criação da rede de organizações de vendedores a nível municipal e, posteriormente, um fórum municipal, deve aproveitar os espaços políticos democráticos existentes que já possuem diálogo com o poder executivo e legislativo. O incentivo à conscientização desses trabalhadores como parte de uma categoria unificada é fundamental para existência de um fórum representativo de vendedores informais e para potencializar seu alcance.

Por último, mas não menos importante, é necessário aproximar a questão da vulnerabilidade social dos vendedores informais com a Economia Solidária, conhecer as políticas públicas e propor aos ambulantes um caminho que se entrelace com os avanços do cooperativismo.

**CIDADES**



# BELO HORIZONTE

MARINA BRITO PINHEIRO

## I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade de Belo Horizonte foi fundada em 1897 como um projeto de interiorização da capital do estado de Minas Gerais, que até então era localizada em Ouro Preto, a cerca de 100 km. Hoje com 114 anos, a cidade, que é fruto de um planejamento arquitetônico realizado no século XIX, possui uma população de 2.375.151 habitantes<sup>1</sup> e um PIB cerca de R\$ 42.151.107,69<sup>2</sup>, fazendo parte de uma região metropolitana que engloba 14 cidades.

O mercado de trabalho formal na região metropolitana de Belo Horizonte hoje se caracteriza por ter uma taxa de desemprego de 6,4%. Essa taxa de desemprego se encontra próxima aos valores nacionais<sup>3</sup>. Em Belo Horizonte, a taxa de desemprego diminuiu em relação a setembro de 2010, ao passar de 6,3% para 5,8% e, nos demais municípios da RMBH, reduziu-se de 9,4% para 7,4%, no período em análise<sup>4</sup>.

Já com relação ao mercado informal, a cidade conta hoje com cerca de 25.000 vendedores informais<sup>5</sup>. Destes, 95,7% se declaram autônomos. De acordo com pesquisa realizada pelo Dieese em 2011, 47,8% dos vendedores informais identificados na amostra apresentam uma renda próxima a um salário mínimo<sup>6</sup> e 32% ganham de um a dois salários. Já na **tabela 1** na próxima página, apresentamos a distribuição do número de horas semanais trabalhadas dos comerciantes informais. Como podemos ver, a maioria dos vendedores trabalham mais de 44 horas semanais ultrapassando a jornada de trabalho dos trabalhadores formais.

De forma geral, portanto, podemos dizer que a jornada semanal média de trabalho dos vendedores informais em Belo Horizonte é de 37 horas. Sendo que o rendimento pela hora trabalhada é de R\$ 5,13, compondo um rendimento mensal médio de R\$ 812,00<sup>7</sup>.

Em se tratando do tempo de permanência no emprego, por outro lado, percebe-se que em Belo Horizonte os vendedores informais permanecem por longo tempo no mercado informal, estando

2.375.151  
HABITANTES

42.151.107,69  
PIB (R\$)

6,4%  
DESEMPREGO

25.000  
VENDEDORES  
INFORMAIS

R\$ 812,00  
RENDIMENTO  
MÉDIO (R\$)

23,85%  
ÍNDICE DE  
POBREZA

em média há cerca de oito anos nessa atividade (sendo que 90% se declaram moradores de Belo Horizonte a mais de 10 anos). Também é interessante lembrar que aproximadamente 18% dos vendedores identificados contribuem com a previdência pública. E no caso de Belo Horizonte, existe uma grande probabilidade de que esta contribuição se dá através do Micro Empreendedor Individual.

**TABELA 01 - HORAS TRABALHADAS PELOS VENDEDORES INFORMAIS POR SEMANA**

HORAS DE TRABALHO	ATÉ 20	21 - 30	31 - 40	41 - 44	+ DE 44
NÚMERO DE VENDEDORES	21,7%	17,8%	22,8%	(2)	34,3%

FONTE: CONVÊNIO DIEESE/SEADE, MTE/FAT E CONVÊNIOS REGIONAIS, ALÉM DA PED - PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO.

É interessante salientar também algumas características dos vendedores na capital mineira. Percebe-se que grande parte dos vendedores informais são mulheres, compondo 60,5% da amostra. Isso nos ajuda a entender também os motivos pelos quais 34,5% da amostra de declarou cônjuge e não chefe de família, 43,3% da amostra. É interessante notar ainda que 17,1 da amostra se declararam filhos(as). Além disso, caracterizam os vendedores informais de Belo Horizonte o fato de serem majoritariamente pessoas com mais de 50 anos (30,6%), sendo que os vendedores participantes da pesquisa estão em faixas etárias acima de 30 anos. A escolaridade dos vendedores informais não apresenta uma tendência específica, sendo que a maioria se divide em ensino fundamental incompleto (35,7%) e superior incompleto (36,1%).

A cidade de Belo Horizonte durante as décadas de 80 e 90 presenciou a intensificação da ocupação de sua região central pelos vendedores de rua. Em 1984, para conter esse aumento e organizar a atividade, foi sancionada uma lei que regulamentava o exercício do comércio de rua, com apoio dos próprios vendedores que sentiram a necessidade de que fosse garantido a eles o espaço para a venda.

No entanto, como a regulamentação através da licença não foi capaz de conter o aumento dos vendedores de rua (grande parte deles não licenciados pela prefeitura) a postura do governo municipal se tornou mais rígida. A grande mudança recente na atividade da venda de rua foi redação de um novo Código de Posturas, em 2003. Este Código proíbe a venda de rua na cidade de Belo Horizonte. A rigidez do código e a intensa fiscalização que passou a ser realizada desde então reduziu drasticamente o comércio nas ruas, que hoje é realizado por um número cada vez menor de pessoas.

Em 2004, segundo Figueiredo & Moraes, havia mais de 2000 vendedores de rua no centro da cidade, que pouco a pouco, entre 2003 e 2005, foram transferidos para os shoppings populares. Os shoppings, portanto foram a solução encontrada para retirar os vendedores das ruas do centro da cidade visando, segundo a prefeitura, um projeto de revitalização daquela região. O remanejamento de camelôs e “toreros”, como alguns eram conhecidos, em Belo Horizonte, teve início em agosto de 2003 com a implantação do shopping popular Oiapoque, resultado da parceria entre poder público e iniciativa privada.

Em janeiro de 2004 o Código de Posturas do Município entrou em vigor na capital proibindo o comércio informal no logradouro público. O remanejamento dos vendedores informais foi feito de acordo com um cadastro realizado pela Prefeitura entre 1998 a novembro de 2002, conforme previsto em Lei. Segundo dados da Regional Centro-Sul foram transferidos 2.371 vendedores da área central para os shoppings populares Oiapoque, Tupinambás, Xavantes, Caetés, Tocantins e Barro Preto. Todos os shoppings são administrados pela iniciativa privada, com exceção do Shopping Caetés, cuja administração a Prefeitura de Belo Horizonte é responsável em parte. Destes shoppings quatro deles permaneceram abertos desde sua fundação: o Shopping Oiapoque, o Tupinambás, o Xavantes e o Caetés.

A experiência da construção dos Shoppings Populares em Belo Horizonte teve bastante êxito recente no que diz respeito ao fluxo de consumidores no local. O fato de estar localizado numa região central manteve os vendedores numa região próxima a vários locais de grande circulação de pessoas no Centro da cidade. No entanto, os vendedores retirados inicialmente das ruas e transferidos para os shoppings enfrentaram grandes dificuldades, sendo poucos os que permaneceram no local. Estas dificuldades se referem aos altos preços dos aluguéis e condomínios e a localização nem sempre favorável, dos boxes dentro dos shoppings, o que fazia com que alguns vendedores tivessem grandes dificuldades em manter suas lojas abertas<sup>8</sup>. Os problemas relacionados à venda ilegal de boxes são recorrentes. Isso ocorre devido ao fato de que estes vendedores não conseguem se sustentar nos shoppings e os vendem para empreendedores que têm maiores condições de investir em mercadorias melhores e/ou mais baratas, como é o caso dos empreendedores coreanos, que hoje ocupam uma grande quantidade de lojas nos shoppings.

O Shopping Oiapoque é o mais bem sucedido shopping popular da cidade e foi fundado em agosto de 2003. O prédio onde está localizado destaca-se por ter sido tombado, em 1991, pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico do Município. A maioria

*A GRANDE MUDANÇA NA ATIVIDADE DA VENDA DE RUA FOI A REDAÇÃO, DE UM NOVO CÓDIGO DE POSTURAS*





dos vendedores de rua que foram transferidos para esse shopping permanecia em um espaço do centro conhecido como Canteiro, onde havia uma grande concentração de vendedores. Até hoje é presente no local a associação deste grupo de vendedores, chamada *Associação de Economia Informal do Canteiro*. Hoje há no shopping cerca de 800 boxes e onde há menor ocorrência de saída de vendedores de rua transferidos para o local entre 2003 e 2004, devido ao sucesso obtido em termos do grande fluxo de pessoas no local.

Algumas atividades informais, no entanto, ainda persistem nas ruas como a venda de pipocas pelos conhecidos como *pipoqueiros*, que contam com um sindicato específico e lutam pela permanência nas ruas, o *Sindicato Profissional dos Pipoqueiros da Grande Belo Horizonte*. Há também os típicos vendedores ambulantes, que circulam por toda a cidade vendendo os mais diversos tipos de produtos e serviços, desde alimentos até conserto de móveis. Estes vendedores não se fixam em pontos de venda, não estão associados e muitos deles não têm licença para a atividade, trabalhando na maior parte do tempo em regiões menos centrais percorrendo grandes distâncias ao longo do dia. Há ainda os barraqueiros de festas populares, que atuam em grandes eventos esportivos, festivos e culturais.

As feiras também são bastante comuns em Belo Horizonte. Na região central da cidade são bastante conhecidas a Feira de Flores e Plantas Naturais, que conta com 43 expositores, a Feira Tom Jobim de Comidas e Bebidas Típicas e Antiguidades<sup>9</sup>, com 44 expositores, e a Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades da Avenida Afonso Pena (conhecida como “Feira Hippie”). Esta última é a maior feira livre de Belo Horizonte e é um importante atrativo turístico da cidade de Belo Horizonte.

A Feira Hippie surgiu em 1969, na Praça da Liberdade, aos domingos. Na época contava com aproximadamente 465 expositores. Através dos Decretos Municipais 2.409 e 2.437 a feira foi oficializada em 1973, passando a ser regulamentada pela Prefeitura de Belo Horizonte. Em 1991, foi transferida para a Av. Afonso Pena através do Decreto 6.762. A feira tem atualmente 2.341 expositores, sendo que destes, 24 barracas são destinadas às entidades cadastradas na Prefeitura e que desenvolvem projetos de produção inspirados na concepção de “economia popular solidária”. Além do grande número de expositores, a feira é realizada aos domingos até às 14 horas, e tem um fluxo de cerca de 70 mil pessoas por domingo<sup>10</sup>.

Há ainda algumas feiras em outras regiões da cidade. Na região Nordeste há as Feiras da Igreja São Judas Tadeu (licitada pela prefeitura)<sup>11</sup>, a Feira do Colégio Magnum (semanal) e a Feira dos Produtores. Esta última, que existe há mais de 60 anos, é uma das maiores feiras da cidade, funcionando durante todos os dias da semana como um verdadeiro centro de compras popular que reúne desde hortaliças, carnes, frutas e até tecidos em um total de mais de cem lojas.

Na região Leste há a Feira de Artesanato e Comida, que acontece semanalmente e onde são vendidos artesanato, artes plásticas e comidas típicas. Além disso, a subprefeitura da região apresenta o registro de outras seis feiras livres, onde são vendidos produtos alimentícios. Na região da Pampulha, por fim, há a Feira de Artesanato do Mineirinho,



que surgiu da iniciativa de um grupo de empresários que subloca o espaço para artesãos e vendedores informais que comercializam diversos tipos de mercadorias.

## 2. RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

A Prefeitura de Belo Horizonte está dividida em nove Regionais que descentralizam alguns serviços e parte da administração da prefeitura de acordo com as grandes regiões de Belo Horizonte. Cada Regional apresenta uma estrutura específica de acordo com as características da região abrangida.

A principal legislação que regula a atividade dos vendedores de rua de Belo Horizonte é o Código de Posturas que prevê que “aquele que vende sem licença no logradouro público, comumente conhecido como ‘torero’ ou ‘camelô’, é um infrator, já que a esse comércio é proibido por lei”<sup>12</sup>. As únicas formas de comércio admitidas pelo código são: engraxate; quiosques em locais específicos; bancas de jornais e revistas e a de plantas e flores naturais; sanitários públicos; bancas em eventos; atividades desenvolvidas por deficientes visuais; as feiras e o comércio em veículo automotor e de tração humana. Para veículos automotores engraxates foi estipulada uma cota de licenças que podem ser emitidas. Novas licenças só podem ser outorgadas se houver vagas ou desistência, não sendo necessário passar por processo de licitação. Os que realizam atividades em veículos de tração humana, devem também passar por um processo de licitação pública para conseguirem a licença para realizar o seu trabalho.

São as Regionais que realizam o trabalho de regulação e fiscalização do comércio de rua na cidade. A principal Regional é a da região Centro-Sul que abarca alguns dos principais bairros comerciais da cidade, incluído o Centro. É nessa região que se encontram todos os shoppings populares da capital, além da principal feira, a Feira Hippie. A Regional Centro-Sul apresenta em sua estrutura dois órgãos responsáveis por regular o trabalho informal na cidade. O primeiro deles é a Gerência Regional de Feiras Permanentes. Essa Gerência tem como uma de suas principais atribuições lidar com as atividades administrativas inerentes ao funcionamento das feiras permanentes localizadas na região Centro-Sul através da regulamentação e fiscalização tendo como diretriz o Regulamento Geral de Feiras e a legislação municipal pertinente.

A Gerência Regional de Centros de Comércio Popular, criada em 2005, tem como função integrar e coordenar os Conselhos Gestores dos Centros de Comércio Popular e promover o cumprimento das normas previstas no regulamento dos shoppings. Os Conselhos Gestores são órgãos responsáveis pela administração dos shoppings populares e são compostos por “três membros não-remunerados: um representante do Município de Belo Horizonte (que exerce a função de Coordenador); um representante do locador; e um representante eleito entre os Empreendedores Populares e Lojistas”<sup>13</sup>. Da mesma

forma em que há um regulamento municipal específico para as feiras, há um dispositivo legal que organiza o comércio nos shoppings populares: o Regulamento dos Centros de Comércio Popular.

De acordo com a legislação que regula os centros populares de comércio, o vendedor de rua passaria agora a ser denominado empreendedor popular, como evidencia Jayme & Neves (2010). Esse empreendedor popular é um trabalhador autônomo autorizado pela Regional a exercer o comércio nos shoppings populares. Este empreendedor deve realizar o pagamento de uma taxa referente à locação do espaço para a administração dos shoppings, além de estar regularizado no que diz respeito ao pagamento dos impostos decorrentes do comércio.

Além da obrigatoriedade do pagamento de encargos referentes à locação do espaço, definidos pelo Conselho Gestor dos shoppings e impostos, estes vendedores informais ainda devem ter como compromisso a abertura dos boxes todos os dias sendo vetado o fechamentos dos boxes por mais de 24 horas e que não tenham sido comunicados aos Conselhos Gestores. Também não pode haver cessão, arrendamento, locação, sublocação, troca, empréstimo ou venda da área cedida no shopping. Os vendedores apesar de serem chamados pela prefeitura de empreendedores populares, ainda permanecem na informalidade, mas muitos deles já estão aderindo a programas como o Micro Empreendedor Individual, já que com essa formalização conseguem se adaptar a novos contextos como à demanda crescente dos consumidores pela venda com cartões de crédito e de débito, principalmente para aqueles que vendem produtos eletroeletrônicos.

A Regional Leste apresenta a Gerência Regional de Regulação Urbana que regulamenta as feiras livres da região leste. Essa estrutura se repete para as Gerências Regionais Nordeste e Pampulha que apresentam importantes feiras também. Além de regular as feiras e shoppings populares, cabe às Regionais realizar a capacitação dos vendedores informais nesses espaços. No entanto, não tem havido muitas ações do governo no sentido de realizar esse tipo de política.

Como o Código de Posturas de Belo Horizonte permite a existência de alguns tipos específicos de comércio de rua, alguns vendedores ainda podem ser vistos nos logradouros públicos da cidade. Esse é o caso dos pipoqueiros. Estes vendedores realizam a venda de pipoca e doces de forma legal por se enquadrarem na categoria de vendedores que trabalham com veículos de tração humana. Estes veículos são carrinhos padronizados pela prefeitura e devem seguir uma

*O CÓDIGO DE  
POSTURAS PREVÊ  
QUE “AQUELE  
QUE VENDE SEM  
LICENÇA NO  
LOGRADOURO  
PÚBLICO” É UM  
INFRATOR*

série de conformações técnicas instituídas por ela, como portarem extintores de incêndio e terem as dimensões dentro daquele padrão estipulado. Os vendedores também devem usar uniformes limpos e de cor clara, manter a limpeza pessoal, do carrinho e das regiões onde se instalam, zelar pela qualidade dos alimentos vendidos, entre outros. Por outro

## *ATÉ 1994, NÃO HAVIA NENHUMA FORMALIZAÇÃO PARA OS VENDEDORES DE RUA DA REGIÃO DO MINEIRÃO.*

lado são proibidos de venderem uma série de produtos alimentícios e bebidas, restringido a venda apenas à produtos como a pipoca e produtos como picolés, água de coco ou algodão doce<sup>14</sup>.

O comércio realizado em eventos públicos segue normas relativas ao regulamento que especifica as diretrizes para a realização de eventos. De forma geral, cabe ao realizador do evento, de acordo com as restrições técnicas de montagem e formato das barracas, gerir a cessão do espaço do evento para a venda informal de alimentos e bebidas. No caso dos eventos esportivos que aconteciam no Estádio Governador Magalhães Pinto (conhecido como Mineirão) os contratos eram feitos com a autarquia do governo do estado de Minas Gerais responsável pela administração dessa arena esportiva, a Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais

(ADEMG). Os vendedores das barracas dessa região permaneceram no local, mesmo com as restrições da legislação, devido ao fato de que o entorno do estádio é uma área de responsabilidade do governo estadual, não sendo sujeita às legislações pertinentes ao município de Belo Horizonte. Assim, a fiscalização municipal em dias de eventos realizava seu trabalho apenas nas ruas da região, mas não no espaço onde os barraqueiros se instalavam.

Até 1994, no entanto, não havia nenhuma formalização para os vendedores de rua da região do Mineirão. Nesse ano a prefeitura realizou o cadastro dos vendedores de rua do estádio e realizando a regulação da atividade até 1998. No entanto, com a mudança do código de posturas, houve uma redefinição das atribuições da prefeitura com relação àquele espaço, que competia ao estado administrar. Dessa forma, a fiscalização municipal deixou atuar no local. A partir de 2005, cada vendedor se credenciava diretamente com a ADEMG e pagava a taxa para colocação da barraca na área externa do estádio em cada jogo. Taxa essa em torno de R\$10,00. Esse sistema vigorou até setembro de 2010. A partir desse momento a ADEMG, então, modificou sua forma de lidar com os vendedores, pressionada pela Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais (COMOVEEC).

A COMOVEEC é foi criada em 2003 com o objetivo de incentivar a integração dos órgãos responsáveis pela segurança e contribuir para a diminuição de atos de vandalismo e violência, antes, durante e após a realização de eventos culturais e esportivos. Desde

sua fundação conta com a participação da Associação de Barraqueiros da Área Externa do Mineirão (ABAEM), que encontra nesse espaço um dos principais canais de comunicação com o poder público<sup>15</sup>. Em 2010, a Confederação Brasileira de Futebol, através de um acordo com o Ministério Público, proibiu a venda de bebidas alcoólicas nos eventos esportivos organizadas por ela, reforçando outro acordo já existente em Belo Horizonte que proibia a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios. A COMOVEEC, no intuito de fazer valer estes acordos, pressionou a ABAEM a realizar esse contrato coletivo como forma de a prefeitura poder exercer uma fiscalização mais intensa sobre os barraqueiros.

Isso acontece porque na proibição da venda nos bares e restaurantes no interior do estádio, a venda de bebidas alcoólicas acabava ficando a cargo dos vendedores de rua presentes no exterior do estádio. No entanto, estes vendedores de rua não tinham alvará para a atuação no local, o que reduzia o poder de fiscalização da prefeitura caso essa voltasse a realizar a fiscalização no local. Esse contrato coletivo permitiria a emissão de alvarás para o grupo. Para a ABAEM essa documentação era fundamental para que não houvesse problemas com a fiscalização e não corresse o risco de que houvesse pressão para que fossem retirados. Essa formalização surgiu também da pressão da comissão para exercer o controle sobre os vendedores que estivessem vendendo bebidas ilegalmente, levando-se em conta que o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios era considerada uma variável importante no alto índice de violência nos eventos esportivos. Por fim, os vendedores de rua não venderiam bebida alcoólica nas barracas também.

Com o fechamento do estádio para reforma, o contrato coletivo chegou ao fim e não há nenhuma previsão de regularização da atividade os vendedores. No estádio onde hoje ocorrem os jogos, não há nenhuma regularização para a atividade. Já o segundo maior estádio do estado, o Estádio Independência, que a partir do ano que vêm sediará os jogos dos maiores campeonatos estaduais e nacionais, não há previsão para a realização de acordo com os barraqueiros e assinatura de um novo contrato com a ADEMG.

Já com relação ao estádio do Mineirão, previsto para ser reaberto em 2013, a situação é mais complexa, já que o estádio será administrado por um consórcio de empresas privadas durante 25 anos contados a partir da reabertura da arena esportiva. O cenário mais otimista, nesse caso, é o de que mesmo que este consórcio permita e regulamente a presença dos barraqueiros no local antes e depois da Copa, as taxas se tornarão muito maiores do que as correntes antes do fechamento do estádio.

### 3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

Os vendedores de rua de Belo Horizonte, hoje em sua grande maioria nos shoppings populares, se organizam frequentemente em torno destes. Há associações baseadas em cada shopping popular ou que se reúnem em torno de vários deles, formando cooperativas

de compra de mercadorias, por exemplo. Desde a década de 90 havia dois sindicatos representativos da categoria, o Sindicato dos Camelôs do Estado de Minas Gerais e o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de Belo Horizonte. Estes sindicatos eram as principais organizações presentes no contexto que levou à transferência dos vendedores de rua para os shoppings populares. Desde então estes grupos não apresentavam grande representatividade junto aos vendedores devido à descrença com relação à atuação gestores dos sindicatos, além da falta de mobilização dos vendedores de rua. A ausência de organizações fortes que defendessem o interesse dos camelôs foi uma das razões apontadas por alguns estudiosos para a retirada destes das ruas<sup>16</sup>.

Hoje o único sindicato que permanece ativo é o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal que modificou seu nome com o objetivo de englobar o novo contexto dos shoppings populares, passando a se chamar Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal, Microempreendedores e Ambulantes. Com relação aos shoppings populares ainda há uma associação chamada Associação de Economia Informal do Canteiro. Esta associação surgiu quando havia um grupo de vendedores informais localizados no canteiro central da Avenida Paraná. Seus associados, cerca de 180, hoje estão localizados no Shopping Oiapoque, tendo um de seus representantes no Conselho Gestor do Shopping.

Este grupo era bastante fortalecido antes da transferência para o Shopping, garantindo a eles ótimas oportunidades, como a ida para o Shopping Oiapoque que se mostrou o mais bem sucedido em termos de fluxo de consumidores e boxes bem localizados dentro do shopping. Esse grupo tenta realizar eventos festivos, além das reuniões, buscando manter a coesão da associação, o que conseqüentemente implica em maior poder político dentro do Conselho e entre os outros vendedores do shopping. Em nenhum outro shopping há um grupo tão coeso e consolidado quanto este.

A principal demanda destes grupos que se organizam nos shoppings populares é a luta para que os aluguéis e condomínios cobrados pelas empresas que administram o shopping sejam reduzidos. No Shopping Oiapoque os aluguéis variam entre R\$ 200,00 a R\$ 1.500,00, sem contar as taxas relativas à manutenção do espaço. A solução encontrada por muitos vendedores foi vender as lojas por quantias que variam entre R\$30 e R\$50 mil reais. No entanto, como esta atividade é ilegal, correm o risco de serem indiciados pela venda dos boxes.

Entre as feiras da cidade, destaca-se a articulação presente na Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades da Avenida Afonso Pena, a Feira Hippie. Os vendedores que fazem parte desta feira organizaram uma associação, Associação dos Expositores da Feira da Afonso Pena (ASSEAP). O grupo surgiu em 2006, e conta com a adesão da maior parte dos expositores da feira. Recebe a contribuição regular dos expositores e recentemente foi fortalecido pela luta contra a Prefeitura de Belo Horizonte devido à decisão desta de realizar um novo edital para licitação das barracas da feira. Levando-se em conta que o edital, segundo a organização, da forma como estava redigido excluiria muitos dos artesãos

que estiveram participando da feira desde o início desta, os artesãos iniciaram no começo do ano uma série de manifestações e articulações com outros movimentos, liderados pela ASSEAP. Outra iniciativa da ASSEAP é a luta para a transformação da feira em patrimônio cultural da cidade. Esta ação tem como objetivo diminuir as prerrogativas que a Prefeitura tem de administração da Feira e garantir que os artesãos e a sua associação tenham maior poder decisivo sobre as questões que afetam o grupo.

Já os pipoqueiros da cidade como já citamos contam com um sindicato próprio, o Sindicato Profissional dos Pipoqueiros da Grande Belo Horizonte. A organização nasceu em 1956, tendo 55 anos de existência. O sindicato é reconhecido pela prefeitura como a organização que agrupa os pipoqueiros da região e tem um bom diálogo com o grupo. O sindicato tem duas sedes, uma administrativa e outra onde os pipoqueiros guardam os carrinhos nos quais trabalham. Há também plano de saúde e apoio com despesas funerárias, quando a família afetada não tem condições de arcar com este tipo de despesa. Contam com 130 pipoqueiros cadastrados, sendo que exercem a atividade hoje cerca de 80 pipoqueiros, todos licenciados pela prefeitura. Apesar de a expectativa do grupo seja a de que existam aproximadamente 200 pipoqueiros trabalhando na cidade hoje, o sindicato tem trabalhado mais ostensivamente apenas com os vendedores de rua que têm licença para vender seus produtos.

Levando-se em conta que hoje as licenças para os pipoqueiros são restritas à venda em pontos de venda pré-determinados pela prefeitura, a demanda principal dos pipoqueiros hoje é a de que a prefeitura aumente os pontos de venda na cidade, principalmente a possibilidade de que possam exercer sua atividade em praças públicas centrais, onde frequentemente ocorrem festas e eventos populares com grande quantidade de pessoas. Estima-se que há 26 anos a prefeitura não libera mais licenças para este grupo. Também se queixam de não poder trabalhar em outras regiões da cidade, já que a licença para a venda se restringe a pontos específicos do centro da cidade, deixando poucos locais para que estes vendedores se posicionem.

Por fim, há ainda a Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão, ABAEM. O grupo é composto por vendedores de rua que trabalham em eventos na cidade e tem como principal local de venda a área externa do Estádio Mineirão em dia de jogos, sobre os quais falamos acima. A associação conta com cerca de 130 vendedores que começaram a se organizar a partir dos anos 2000. A sede da associação se encontra desde 2003 numa sala do Estádio do Mineirinho, um ginásio localizado ao lado do Estádio

## *A PRINCIPAL DEMANDA É A REDUÇÃO DOS ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS COBRADOS NOS SHOPPINGS POPULARES*

do Mineirão. O grupo tem tido encontros quinzenais, devido aos problemas que tem tido desde o fechamento do Mineirão. Os filiados fazem contribuições mensais de cerca de 10 reais, no entanto estas contribuições não acontecem de forma regular.

A principal demanda do grupo no momento é a inclusão dos trabalhadores em outros eventos esportivos e culturais na cidade para compensar a perda da renda advinda do Mineirão. A ideia da organização é que fossem destinadas cotas para esses vendedores desapropriados nos grandes eventos da cidade para que estes pudessem ser ressarcidos. Durante a Copa, demandam que onde haja aglomerações de turistas, telões e *fan parks*, estes vendedores possam trabalhar nesses lugares. Depois da Copa, estes trabalhadores anseiam por serem regularizados e possam permanecer no estádio. Gostariam que a Prefeitura e o Estado entrassem em acordo para conseguir solucionar o problema de onde serão instalados os vendedores e suas barracas após a Copa, já que o projeto de renovação do Mineirão não prevê a possibilidade de que haja barracas ao redor do estádio.

## 4. ALIADOS

Os aliados dos vendedores informais de Belo Horizonte variam de acordo com os grupos presentes na cidade e pertencentes a essa categoria. Com relação aos vendedores dos shoppings populares, uns dos principais aliados tem sido um vereador do PT que frequentemente tem tido iniciativas legislativas no intuito de conseguir fazer com que a prefeitura intervenha no sentido de forçar a diminuição do valor mensal pago pelo aluguel dos boxes. Já no que diz respeito aos artesãos da Feira Hippie, há o apoio de vereadores e outros movimentos sociais como o Movimento Fora Lacerda<sup>17</sup> e o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC).

No que diz respeito aos pipoqueiros, um dos seus principais aliados é um vereador do PMN. Outro parceiro identificado foi a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte, a Belotur, que frequentemente convida os pipoqueiros para participar dos eventos organizados por ela.

Os barraqueiros do Mineirão são os que têm conquistado maior apoio entre os movimentos e outros órgãos públicos. Dentre esses apoiadores podemos citar a Associação Mineira dos Cronistas Esportivos, importante aliado dentro da COMOVEEC, a Defensoria Pública e seu – Núcleo de Direitos Humanos, o programa Pólos de Cidadania e grupo de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Há também o movimento estudantil da UFMG, que tem financiado as ações do COPAC, grande aliado da ABAEM nas suas luta para a reparação do grupo que hoje se encontra em condições precárias devido à perda da renda resultante do fechamento tanto do Mineirão quanto do Estádio Independência. Outro apoiador fundamental tem sido o Ministério Público. A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), órgão do Ministério Público

Federal (MPF), juntamente com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE/MG), recomendou ao governo estadual e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a adoção imediata de medidas em favor das famílias que vendiam produtos nos arredores do Mineirão, e que, desde o fechamento do estádio para as obras de reforma, perderam sua principal fonte de renda. Esta foi uma das conquistas mais importantes do grupo que tem lutado há mais de um ano para que seja tomada alguma atitude com relação ao remanejamento do grupo.

## 5. IMPACTOS DA COPA

Os impactos sofridos recentemente pelas reformas urbanas visando a Copa do Mundo, em Belo Horizonte, são de duas ordens. A primeira é a fiscalização cada vez mais intensa do comércio informal remanescente nas ruas do centro, algumas delas denunciadas pela abordagem violenta dos fiscais e da guarda municipal. A maioria desses vendedores não tem licença para permanecer nestes locais (o principal deles, a Praça Sete de Setembro).

Entretanto, a situação mais preocupante até o momento é o dos vendedores pertencentes à ABAEM. Cerca de 130 famílias foram atingidas com o fechamento do Estádio do Mineirão, sede dos jogos da Copa em Belo Horizonte. Na cidade mineira, ao contrário de outras cidades, ambos os principais estádios da cidade foram fechados ao mesmo tempo para a realização de reformas. Com esse fechamento, os jogos dos principais times que participam do campeonato nacional de futebol foram transferidos para outras cidades do estado, apenas uma delas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Sendo distante da cidade e com pouco espaço para a colocação de barracas no entorno, poucos vendedores puderam transferir suas atividades para este local, quando os jogos lá ocorrem. Além disso, a maior parte do espaço no entorno do estádio é privado, sendo necessário que os vendedores tenham que pagar um aluguel para instalação das barracas, onerando a atividade, sem que haja um retorno à altura. Levando-se em conta, nesse caso, que o estádio comporta um número de torcedores muito menor que o Estádio do Mineirão.

Durante a redação dos relatórios de impacto social da obra de reforma do Mineirão, foi salientada a necessidade de realocação dos feirantes que chegavam a trabalhar cerca de três dias na semana no comércio de alimentos e outras mercadorias durante os jogos e eventos realizados no estádio e tinham esta atividade como sua principal fonte de renda. Todavia, o estádio se encontra fechado há mais de um ano e os vendedores continuam sem receber nenhuma política de compensação pela perda da renda que dependia essencialmente dos eventos acontecidos no entorno do Estádio. A maioria deles tem tentado trabalhar em outros eventos que ocorrem na cidade, permanecendo nos locais de venda de forma irregular muitas vezes, pois nem sempre é possível garantir a licença para atuar nesses locais.



Os pipoqueiros também foram afetados, mas em menor grau, já que ainda é destinada uma cota para estes trabalhadores no estádio que tem sido usado temporariamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte. No Mineirão eram destinadas dez vagas para os pipoqueiros nos anéis do estádio. Hoje são destinadas apenas cinco vagas devido ao tamanho reduzido daquele estádio hoje utilizado. Estes pipoqueiros, ainda assim, têm licença para atuar no centro da cidade, o que também ajuda a amenizar os impactos do fechamento dos estádios sobre o grupo.

No início deste ano foi fundado o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC) em Belo Horizonte. O grupo se caracteriza principalmente pela a união de grupos de universitários da UFMG, participantes de outros movimentos sociais como o de moradia e as brigadas populares, além de contar com representantes da Defensoria Pública, do movimento das profissionais do sexo, dos moradores de rua e da Feira Hippie (principal feira permanente da cidade). O comitê, todavia, ainda é muito desarticulado e composto apenas por estudantes que não tem muita inserção em outras instituições ou grupos políticos e que consigam outras parcerias além daqueles que hoje participam do grupo. Como já foi dito, os principais financiadores do COPAC hoje são os Centros Acadêmicos dos alunos, principalmente os do curso de Direito, prédio aonde ocorrem as reuniões e do curso de Ciências Sociais.

Os vendedores de rua que trabalhavam no entorno do estádio vêm sofrendo diretamente os impactos das obras de infra-estrutura da Copa do Mundo, e por isso têm participado ativamente nos debates do Comitê Popular da Copa, contando com o apoio deste e de outras organizações que fazem parte deste comitê.

## 6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Os shoppings populares em Belo Horizonte são bem sucedidos no que diz respeito ao fluxo de pessoas e centralidade do comércio na cidade. No entanto as grandes taxas cobradas fazem com que uma parte considerável dos vendedores informais que antes estavam nas ruas ceda lugar aos microempreendedores e empreendedores, com maiores condições de investir nos boxes e nas mercadorias. Porém, devido à dura legislação municipal, muito pouco pode ser feito pelos vendedores de rua para garantir a persistência de sua atividade na cidade. É possível dizer que a situação dos vendedores de rua poderá melhorar apenas se houver ou uma drástica modificação na gestão dos shoppings, reduzindo as taxas pagas pelos vendedores aos administradores privados, ou uma modificação na legislação que hoje proíbe a presença destes indivíduos nas ruas. Caso o contrário a atividade estará cada vez mais ausente em Belo Horizonte.

Já no que diz respeito à relação com a prefeitura municipal com movimentos sociais em geral tem sido cada vez mais desgastada e o mesmo acontece com alguns grupos de

vendedores informais em particular. Com relação à feira Hippie, a prefeitura vinha tentando modificar a forma de regulamentação da feira que caso fosse implantada excluiria vários dos artesãos que trabalham na feira desde a sua fundação. A ASSEAP, organização dos expositores da Feira Hippie, tem participado constantemente de protestos através dos quais demandam a saída do prefeito de Belo Horizonte, do PPS.

A prefeitura também tem sido omissa com os barraqueiros do Mineirão. A esperança do grupo é a de que a nova medida do Ministério Público que pressione a prefeitura e o governo do estado a promover a reinserção destes trabalhadores em outros eventos e atividades esportivas na cidade. De qualquer maneira, como os próprios barraqueiros têm demandado, o que pode ser feito no momento é buscar algum tipo de ressarcimento e reinserção deste grupo enquanto o Mineirão estiver fechado ou sendo utilizado na Copa.

É muito difícil que os barraqueiros consigam burlar as zonas de exclusão, mas seria interessante que uma cota pudesse trabalhar durante a Copa em estruturas organizadas pela prefeitura para que a população possa assistir ao jogo em vários pontos da cidade, além dos *fan parks*. Há o anseio de que consigam serem incluídos nos contratos da Copa, mas em geral os contratos demandam um investimento financeiro que a maioria dos barraqueiros não tem condições de arcar. Nesses casos, um apoio fundamental ainda é o Ministério Público, que tem realizado audiências públicas e tem acionado o discurso da violação dos Direitos Humanos para salvaguardar populações que vêm sendo atingidas de forma cada vez mais violenta e ilegal.

Todavia, no que diz respeito aos vendedores do Mineirão em Belo Horizonte, outro foco fundamental de atuação parece ser o cenário pós-Copa do Mundo. Os vendedores dependem diretamente da relação com a administração do estádio, que é estadual, para que consigam burlar as regras municipais quanto ao uso de barracas em logradouros públicos. O novo consórcio que assumirá a administração, entretanto, é privado e não há nenhuma garantia de que terão algum comprometimento com os barraqueiros da área externa. Há também o risco de que as taxas para a fixação das barracas se tornem cada vez maiores, como acontece no caso dos shoppings populares administrados pela iniciativa privada. Há um sentimento entre os representantes da ABAEM, de que o fechamento do estádio está sendo encarado como um bom momento para acabar definitivamente com os barraqueiros do Mineirão, que representam um entrave burocrático entre o governo municipal e estadual. Dessa forma, as futuras ações governamentais e das empresas privadas com relação ao grupo podem implicar em consequências muito mais desastrosas para estes vendedores informais.



## NOTAS

1. Segundo o Censo realizado em 2010.
2. Para o ano de 2008. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
3. A taxa de desemprego nacional em Outubro de 2011 foi de 6%. A estatística de desemprego oficial no Brasil só contabiliza os dados das regiões metropolitanas de seis cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife, onde vivem cerca de 43 milhões de pessoas, segundo o censo de 2010. Fonte: IBGE.
4. Dados apresentados pela Fundação João Pinheiro referentes a setembro de 2011.
5. Segundo dados do Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais, além da PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
6. Salário Mínimo em 2011: R\$ 545,00.
7. Dados relativos a julho de 2011, retirando do cálculo aqueles que não tiveram rendimento nenhum no mês.
8. Para mais detalhes ver ZAMBELLI, 2006.
9. Esta feira surgiu em 1983, aos sábados, na Praça da Liberdade e foi regulamentada em 1984. Em 1991, foi transferida para a Avenida Bernardo Monteiro, através do Decreto 6762. Em 1997, passou a se chamar Feira Tom Jobim, através da Lei 7.426 de 16 de dezembro de 1997. A feira divide-se em dois espaços: um para as antiguidades, onde 27 expositores comercializam os seus trabalhos e o outro para comidas e bebidas, integrado por 19 expositores.
10. Durante o período que antecede o natal, o público estimado é de 90 mil pessoas.
11. De caráter mensal, a feira é realizada no dia 28 de cada mês, no entorno da Igreja de São Judas Tadeu.
12. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2011, p. 16. A multa varia de R\$ 523,95 a R\$ 1.057,90, de acordo com o local em que a atividade ilegal é exercida.
13. JAYME & NEVES, 2010.
14. São proibidos de comercializarem bebida alcoólica, refresco, caldo de cana, café, carnes e derivados, sorvete de fabricação instantânea, proveniente de xaropes ou qualquer outro processo, fruta descascada ou partida, exceto laranja, que deverá ser descascada na hora, a pedido e à vista do consumidor. O licenciado para o comércio em veículo de tração humana pode comercializar algodão-doce, milho verde, água-de-coco, doces, água mineral, suco e refresco industrializado, refrigerante, picolé, sorvete, pipoca, praliné, amendoim torrado, cachorro-quente, churro e frutas.
15. A COMOVEEC é composta por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, entre os quais a Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds) e a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude. Integram ainda a Comissão as polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, a Procuradoria Geral de Justiça de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, torcidas organizadas e representantes dos clubes de futebol, Associação Mineira de Cronistas Esportivos e a Federação Mineira de Futebol, ABEM, ADEMG, AMCE, Belotur, DER, FDCE, SINTRAM, SETRA BH, Juizado Especial Criminal, entre outros.
16. ZAMBELLI, 2006.
17. Esse movimento reivindica a saída do atual prefeito da cidade, Márcio Lacerda, do seu cargo. Apesar de não terem expectativas no sentido de garantir o impeachment do prefeito, o interesse do grupo é denunciar as ações negativas da prefeitura e garantir que nas próximas eleições, a coligação que elegeu o atual prefeito não consiga eleger um novo representante ou reeleger o atual.

## REFERÊNCIAS

- FIGUEREDO, F. O. & MORAIS, M. R. A elite no camelódromo: o inesperado efeito da construção do shopping popular em Belo Horizonte. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 8, 2004. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2004.
- JAYME, J. G. & NEVES, M. A. "Cidade e Espaço Público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, 2010.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Cartilha do Código de Posturas*. Belo Horizonte, MG: PBH, 2011, 64 p.
- ZAMBELLI, Paulina Helena Lima. O Trabalho Informal dos Camelôs na Região Central de Belo Horizonte e a Transferência para os Shoppings Populares. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2006.

## I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Brasília é a capital do Brasil e se localiza no Distrito Federal - um pequeno território dentro do estado de Goiás. A primeira Constituição da República (1891) fixou legalmente a região onde deveria ser instalada a futura capital, mas foi somente em 1956, com a eleição de Juscelino Kubitschek, que teve início a efetiva construção da cidade, inaugurada ainda incompleta em 21 de abril de 1960. Em 1987 foi tombada como Patrimônio Histórico da Humanidade. Sua população hoje é de 2.562.963 de habitantes, segundo dados do Censo de 2010. A renda per capita da cidade é de cerca de R\$19.000 – uma das maiores do país. As principais atividades giram entorno do turismo e de serviços, principalmente públicos, devido à grande concentração de autarquias públicas federais.

É na região central da cidade, conhecida como Plano Piloto, que se encontram as principais autarquias do país, como a Presidência da República, o Congresso Nacional, o Superior Tribunal Federal, os ministérios, entre outros órgãos federais. Ali também está parte importante da economia da cidade, composta principalmente por serviços. Há também o que comumente se chamam cidades-satélites, que em grande parte se caracterizam por terem sido fundadas a partir de assentamentos de trabalhadores<sup>1</sup> que na década de 50 migraram para Brasília para trabalhar nas obras de construção da cidade.

Brasília tem uma organização do governo que se difere das outras cidades do país por ter outro status administrativo, sendo um distrito federal. Os núcleos urbanos (cidades-satélites) que se situam no distrito federal são nomeados oficialmente de regiões administrativas, sendo a maior delas a região administrativa de Brasília. Existem trinta regiões administrativas e cada uma tem um órgão responsável pela sua gestão, que se assemelharia às subprefeituras. Há ainda a Coordenadoria das Cidades, órgão responsável pela administração central das regiões administrativas.

2.570.160  
HABITANTES

131.487.268  
PIB (R\$)

13%  
DESEMPREGO

37,7%  
ÍNDICE DE  
POBREZA

Os gestores responsáveis pelas administrações regionais e pela Coordenadoria das Cidades são indicados pelo governador do Distrito Federal.

O cargo de governador é eletivo e suas eleições acontecem juntamente às eleições para governadores estaduais. Além disso, Brasília não conta com uma prefeitura ou câmara de vereadores. Há apenas a Câmara Legislativa do Distrito Federal, cujos deputados distritais são eleitos no mesmo período em que acontecem as eleições para deputados estaduais<sup>2</sup>.

Os vendedores de rua em Brasília existem desde sua fundação. Até alguns anos atrás, o principal local de concentração dos vendedores ambulantes de Brasília era o entorno da Rodoviária do Plano Piloto<sup>3</sup>, localizada no coração dessa região, que concentra o maior fluxo de pessoas da cidade. Neste local se encontravam uma infinidade de vendedores que comercializavam desde gêneros alimentícios a produtos importados de países asiáticos.

Esta paisagem foi se modificando recentemente com a crescente fiscalização por parte do governo distrital, que com o intuito de retirar os vendedores de rua do local, os vendedores de rua do local, num primeiro momento, concedeu licença para alguns vendedores de rua que quisessem assumir quiosques na Rodoviária ou em outros locais próximos. Algum tempo depois, transferiu o restante dos vendedores para o Shopping Popular de Brasília.

Os shoppings populares não tiveram o mesmo sucesso que shoppings de outras cidades do país, principalmente no que diz respeito à manutenção e crescimento das vendas. A principal causa apontada pelas associações que hoje estão presentes nos shoppings é a localização muito pouco privilegiada. Construído ao lado da Rodoviária de Brasília<sup>4</sup>, o Shopping Popular de Brasília se encontra muito distante do grande centro comercial e político da cidade. Apesar de contar com a circulação de pessoas que vão até a Rodoviária, este fluxo não é grande o suficiente para que haja um volume de vendas que garanta a subsistência dos vendedores de rua que foram enviados para estes shoppings.

Esta situação faz com que muitos dos vendedores de rua que foram transferidos para o shopping não abram suas lojas (boxes). O Shopping Popular de Brasília apresenta corredores inteiros com boxes fechados. Segundo estimativas da associação que atua hoje no shopping, cerca de 1000 boxes estão fechados, de um total de 1800 existentes. Soma-se ainda a este obstáculo, outro problema vivido recentemente: o pequeno movimento no local fez com que vários vendedores saídos das ruas deixassem seus boxes e alimentassem um esquema de venda e repasse ilegal de boxes, denunciado

em 2010. Essa situação resultou na prisão do presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes do Shopping Popular de Brasília (ASSHOP) e mais quatro pessoas envolvidas, que continuam presas até hoje. Vários dos boxes que permanecem fechados foram alguns daqueles que foram interditados pela Polícia Civil.

O que se tornou algo comum nesses últimos anos, portanto, foi a saída dos vendedores de rua dos shoppings para se dedicarem a outras atividades ou voltarem para as ruas, onde tentam driblar a fiscalização e venderem seus produtos na Rodoviária do Plano Piloto. A estratégia mais conhecida é a venda dos produtos a partir das 17 horas, quando os fiscais terminam a sua jornada de trabalho e deixam as ruas livres para que os ambulantes comercializem seus produtos.

Ainda sobre os shoppings populares, é interessante notar que situação parecida vive o Shopping Popular da Ceilândia, uma das regiões administrativas (ou cidades satélite) de Brasília. Apesar de apresentar uma ótima estrutura com banheiros, praça de alimentação e amplo estacionamento, o shopping ainda não foi capaz de atrair número suficiente de compradores para todos os dias da semana. A partir da quinta feira até o fim de semana, há um maior movimento de pessoas e mais boxes abertos. No entanto, no início da semana são poucos os que mantêm suas barracas abertas durante todo o dia.

Já as feiras existentes em Brasília se tornaram uma tradição local. Apesar de contarem com uma estrutura parecida com a dos shoppings, a maioria delas já existe há mais tempo e se localizam em pontos que apresentam um bom movimento de pessoas. Hoje existem 64 feiras em todas as regiões administrativas de Brasília. A principal delas, a Feira da Ceilândia, tem uma localização central na região e um público razoável durante todos os dias da semana, ainda que maior nos sábados e domingo. A maioria dos produtos vendidos nestas feiras são peças de vestuário e confecções em geral, apesar de existirem também vendedores de produtos alimentícios, principalmente hortifrutigranjeiros.

Há ainda as feiras de artesanato, que se diferenciam pelo tipo de produto vendido e o tipo de estrutura destinada a elas. Estas feiras em geral ocorrem ao ar livre e acontecem em dias da semana específicos. A principal delas, a Feira de Artesanato da Torre de TV. Esta feira está aberta todos os dias da semana (apesar do fato de que a maioria dos vendedores abrirem suas lojas somente nos dias de grande movimento). A feira se caracterizava, até cerca de um ano atrás, pela concentração de barracas e artesãos em volta da Torre de TV do Plano Piloto. Hoje, no entanto se caracteriza como uma grande praça com lojas de alvenaria.

## 2. RELAÇÃO COMO PODER PÚBLICO

A cidade de Brasília, por ter sua região central – o Plano Piloto – tombado pelo patrimônio histórico, conta com diversas particularidades que fazem do comércio de rua na cidade uma atividade cada vez mais ausente. Além disso, não é permitida a existência





de barracas e outras formas de comércio no Plano Piloto. A atividade dos vendedores informais na cidade está cada vez mais focada no trabalho nos quiosques e *trailers*. Estas instalações utilizadas pelos vendedores devem seguir um padrão que esteja de acordo com as exigências do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que torna a atividade onerosa e muitas vezes de difícil acesso para aqueles que desejam serem vendedores informais credenciados pelo poder público. Ainda assim, a legalização destes vendedores de rua se deu apenas em 2008, com uma lei distrital que regularizou a situação de milhares de vendedores na cidade. Dessa forma, em Brasília, não é possível ser licenciado para realizar o comércio nas ruas da cidade caso o vendedor não se enquadre na categoria de quiosqueiro. Todas as outras atividades de venda nas ruas são tidas como ilegais de acordo com a legislação do Distrito Federal.

O órgão que regulamenta os quiosques, shoppings e feiras do Distrito Federal é a Coordenadoria das Cidades através da Coordenadoria de Serviços Públicos. A Administração Regional também apresenta o papel de acompanhar a atividade nas suas regiões administrativas. As feiras e shoppings são de propriedade do governo distrital e os feirantes que trabalham nesses espaços são “permissionários”, ou seja, têm um Termo de Permissão do uso do espaço, pelo qual pagam uma quantia todos os anos.

A fiscalização, no entanto é realizada por outro órgão, a Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis). A ela é dada a prerrogativa de fiscalizar entre outras coisas a existência de vendedores trabalhando irregularmente nas ruas, quiosques, feiras e shoppings em todo o Distrito Federal, a retirada da poluição visual na área tombada de Brasília, o controle da expansão urbana e das obras irregulares em todo o Distrito Federal, além de coibir grilagens de terras públicas, o comércio noturno sem alvará de funcionamento e a fiscalização do horário de funcionamento destes estabelecimentos.

Os vendedores informais de shoppings e feiras acreditam que a atuação da Coordenadoria das Cidades vai de regular a ruim. Com relação ao Shopping Popular de Brasília, as autoridades sabem do problema, mas não tem tido nenhuma iniciativa para tentar melhorar a situação dos vendedores, como através da mudança de órgãos públicos para o local, o que faria com que o fluxo de pessoas aumentasse. A relação com o estes órgãos, portanto, é pautada pela pressão e demandas das associações e sindicatos sem que essa pressão tenha como resultado a ação estatal no sentido de colaborar com os vendedores informais.

Eles também reclamam da omissão das Administrações Regionais principalmente a de Brasília. Devido à dificuldade de arcarem com alguns serviços necessários para a manutenção do Shopping, como a limpeza, os vendedores conseguiram realizar um acordo com a Administração, de forma com que esta arcasse com o serviço. No entanto o acordo não foi cumprido e os vendedores não tiveram outra alternativa senão arcar com as despesas de limpeza.

Outro problema identificado na relação entre os vendedores do shopping e o poder público se refere ao interventor que hoje o gerencia. Devido às denúncias de venda ilegal

de boxes pela antiga associação que representava os vendedores informais, o governo do Distrito Federal determinou que se interviesse no shopping e que a administração do mesmo ficaria a cargo deste interventor e outros funcionários públicos. Esta intervenção, entretanto, tem atuado de forma truculenta, muitas vezes de forma desrespeitosas com os vendedores, principalmente com as mulheres.

O Ministério Público tem uma boa avaliação na visão da maioria das associações entrevistadas. Recebe denúncias dos grupos e em alguns casos age de forma a favorecer os feirantes ou outros vendedores de rua.

Já no que diz respeito aos artesões, há bastante tensão também no diálogo com o poder público. Recentemente houve uma grande luta dos artesões para conseguir permanecer nos espaços que historicamente utilizam para a venda de seus produtos. Levando-se em conta a ilegalidade da feira com a proibição da existência de barracas de vendedores de rua em logradouros públicos havia um forte interesse em retirar os vendedores do local utilizando-se da prerrogativa da ilegalidade das barracas. Na tentativa de solucionar o problema, os artesãos negociaram com o governo do Distrito Federal a reforma de um espaço atrás da Torre de TV, bastante próximo ao antigo espaço, e a construção de lojas de alvenaria e toda a infraestrutura necessária para a permanência da feira.

As únicas políticas que têm sido realizadas em prol dos vendedores informais de Brasília têm sido a construção de espaços para a transferência dos vendedores de seus locais originais de trabalho para outros, muitas vezes distantes e com pouco movimento de compradores. Há alguns cursos de capacitação citados pelos vendedores que trabalham em quiosques, principalmente aqueles que trabalham com gêneros alimentícios, são cursos dados pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. Além disso, uma das diretrizes do governo é a de pressionar os vendedores de rua a se formalizarem através do Micro Empreendedor Individual e da adoção do Simples Candango.

### 3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

A principal organização de vendedores informais da cidade é a Unitrailer, *União dos Proprietários de Trailers, Quiosques e Similares do Distrito Federal*, que conta atualmente com aproximadamente 13 mil filiados. A União trabalha com três segmentos: quiosqueiros, vendedores ambulantes e donos de trailers. Segundo dados fornecidos pela Unitrailer, os quiosques e trailers da cidade proporcionam o emprego direto de mais de 60 mil pessoas e o emprego indireto de cerca de 100 mil. A União apresenta uma proposta de transformação dos vendedores informais que trabalham nessas instalações em microempresários. A principal iniciativa nesse sentido foi a assinatura de convênio com a Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), permitindo, entre outras coisas, a abertura de uma linha de crédito especial para a construção de quiosques no desenho autorizado pelo IPHAN. No

que diz respeito ao trabalho dos quiosqueiros, a principal demanda dessa categoria de vendedores informais é concessão de um maior número de licenças de modo a tornar legais todos os vendedores de rua que participam da União.

No que diz respeito às associações que representam vendedores nos shoppings populares, a principal demanda destes grupos é a ação do governo público no sentido de trazer incentivos para a circulação de pessoas na região. Segundo os representantes da Associação dos Feirantes do Shopping Popular de Brasília (ASFESPO) e do Movimento de Mulheres do Shopping Popular de Brasília, várias soluções já foram cogitadas, como a instalação de um órgão governamental responsável pelo cadastramento de veículos e motoristas, no subsolo do shopping, que faria com que muitas pessoas tivessem que se dirigir ao shopping e eventualmente circular por ele.

A ASFESPO é composta por cerca de 200 filiados e existe há nove meses. O grupo surgiu após a prisão dos membros da Associação dos Vendedores Ambulantes do Shopping Popular de Brasília (ASSHOP), a associação que representava os vendedores desde a abertura do shopping há três anos e que se viu envolvida em esquemas de corrupção e venda ilegal de boxes. Este grupo hoje tem uma composição aproximada de 50% de homens e 50% de mulheres. Como acontece com relação às feiras, vários dos vendedores dessa associação estão se formalizando através do MEI. Não foi identificada uma associação específica para o shopping popular de Ceilândia. O grupo que há lá é o *Sindicato dos Vendedores Ambulantes do Distrito Federal*, com cujos representantes não foi possível realizar entrevista, mas pelo que pode se perceber de algumas conversas iniciais com o grupo é que atua no sentido de buscar transformar o vendedor informal, agora quase sempre nas feiras ou shoppings populares em microempresários ou empreendedores individuais.

As feiras contam com associações em cada uma delas. Estas associações têm a tarefa de organizar os vendedores nas feiras, funcionando na maior parte do tempo como órgão administrativo, muito mais do que político. Nestas feiras, como nos shoppings populares, os vendedores não são donos de seus boxes, mas têm uma concessão do governo distrital para realizar o comércio nesse espaço e pagam uma taxa mensal às associações para que se possa garantir a limpeza e melhoria constante das instalações e o pagamento de contas como a de água, luz e telefone, além dos funcionários da associação. As feiras contam com um sindicato específico, o Sindicato dos Feirantes do Distrito Federal, SINDFEIRA. Este órgão é a principal instância representativa da categoria de vendedores das feiras da

*OS QUIOSQUES  
E TRAILERS  
PROPORCIONAM  
MAIS DE 60  
MIL EMPREGOS  
DIRETOS E  
CERCA DE 100  
MIL INDIRETOS*



cidade de Brasília e existe desde 1977, contando com cerca de 30.000 filiados segundo estimativas de seus representantes.

A demanda mais importante para este grupo atualmente é a regulamentação dos feirantes e seus locais de trabalho. Isso acontece pelo fato de que o decreto que instituiu o Termo de Permissão para os feirantes trabalharem nas feiras – que são do Estado – foi recentemente revogado deixando os vendedores sem nenhum amparo legal no que diz respeito à permissão para a venda, mesmo tendo sido regularizados no que diz respeito às questões fiscais envolvidas na compra e venda de mercadorias.

Com relação às feiras de artesanato, foram identificadas na Feira da Torre de TV duas associações: a Associação dos Artesãos, Artistas Plásticos e Manipuladores de Alimentos da Feira da Torre de Televisão (AFTTV) e a Associação dos Expositores, Artesãos, Artistas Plásticos e Manipuladores de Alimentos da Feira da Torre (ASSEAPMA).

## 4. ALIADOS

As alianças firmadas pelos vendedores informais de Brasília são muito diversas. A Unitrainers, por exemplo, aponta como aliados outros sindicatos e entidades de classe. Além disso, tem uma parceria formal com a ACDF, como já foi afirmado, sendo estes, para eles, grandes aliados na luta dos vendedores.

Há uma relação muito próxima entre algumas associações e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal, através dos quais buscam apoio jurídico e financeiro (através da abertura de linhas de crédito) para os feirantes, vendedores dos shoppings populares e outras categorias de vendedores informais. Devido ao enfoque cada vez maior no micro-empendedorismo, estes vendedores estão cada vez mais próximos das associações e federações do comércio formal.

Não há muitos parceiros no que se diz respeito ao governo ou aos deputados distritais e federais. Algumas organizações contam com o apoio não muito sistemático de alguns deputados, mas esse apoio é pontual e segundo alguns entrevistados ocorre apenas durante o período eleitoral, não havendo um vínculo posterior com a categoria.

## 5. IMPACTOS DA COPA

Como em outras cidades-sede, as obras de infraestrutura ligadas à Copa ainda estão focadas principalmente no estádio. Os vendedores entrevistados não relataram nenhum impacto negativo sentido até agora. Para eles, ao contrário, existe a perspectiva de os impactos sejam positivos. Mas para isso seria necessário que o governo atue de forma a favorecer os vendedores, com políticas de visibilização dos shoppings e feiras. Caso isso

não ocorra, a tendência é que os vendedores informais de Brasília permaneçam à margem do evento e não poderão desfrutar dos possíveis benefícios.

Os quiosqueiros tiveram um impacto relacionado às mudanças impostas pelo Patrimônio Histórico sobre o modelo dos quiosques a serem implantados na cidade. Esta mudança foi justificada pela necessidade de uma revitalização da cidade visando o Mundial de 2014. Esses vendedores tiveram que arcar com a edificação dos novos quiosques, se endividando através dos empréstimos facilitados pela ACDF.

De toda forma, a visão dos vendedores é bastante otimista, no sentido em que a maioria afirmou que o pode ser importante para a economia e para a geração de empregos. Isso não quer dizer que alguns não tenham sido mais críticos, apontando prejuízos como o aumento da dívida externa.

## 6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Os vendedores informais de Brasília praticamente não estão mais nas ruas e têm sido cada vez mais pressionados a se formalizarem através de mecanismos populares de taxaço. Organizações como a Unitrainers já assumem parcerias com a Coordenadoria das Cidades para o fomento à regularização e formalização de seus associados.

Eles acabaram por incorporar uma significação da formalização ligada a uma idéia de que assumiriam outro patamar no comércio, superior. Para muitos, o fato de ser um microempendedor aumenta sua autoestima e por isso, e isso faz com que anseiem por se tornar parte da economia formal. O mesmo se percebe com relação à exigência da modificação dos trailers e quiosques de Brasília. Esta mudança é apresentada pela Unitrainers como um avanço no empreendimento do quiosqueiro e os vendedores que trabalham nestes locais assumem o mesmo discurso, sem levar em conta que estão sendo obrigados a arcar com despesas que poderiam ser subsidiadas pelo governo.

Dessa forma, os brasilienses se diferem drasticamente de muitos vendedores do resto do país. Apresentam demandas quase todas elas voltadas para o comércio em si, como o aumento das vendas ou a busca de benefícios estatais ligados ao microempendedorismo.

Os principais impactos negativos relacionados à Copa estão ligados à omissão do Estado em incluir no evento vendedores dos shoppings populares e feiras, que podem acabar isolados devido à distância imposta e o desinteresse em promover o trabalho destes vendedores. Iniciativas como a visibilização em guias de turismo ou o uso estratégico do espaço no entorno do shopping como forma de trazer os turistas e moradores da cidade para estes locais podem ser soluções interessantes. Em locais como Brasília, onde a venda é proibida por lei se torna difícil a demanda pela permanência nas ruas, por isso é importante que se dê atenção aos locais onde os vendedores foram deslocados, porque apenas dessa forma será possível que a Copa implique em algum benefício para estes trabalhadores.

## NOTAS

1. Boa parte destes trabalhadores vinha das regiões Norte e Nordeste, as regiões menos desenvolvidas do país. Na busca de oportunidades de emprego, migraram para Brasília para as obras. Eram chamados de Candangos.
2. E como apresenta uma organização administrativa parecida com a de um estado, contam também com deputados federais eleitos também no mesmo período que os outros deputados federais dos outros estados.
3. A Rodoviária do Plano Piloto é uma estação para ônibus urbanos que trazem e levam todos os dias milhares de moradores das cidades satélites de Brasília que trabalham no Plano Piloto, que por sua vez concentra as principais autarquias do governo federal no país.
4. Conhecida como Rodoferroviária, a Rodoviária de Brasília é a estação que recebe os ônibus interestaduais na cidade. Ela se encontra numa localidade mais distante do centro político e comercial da cidade, numa região erma.

## I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Cuiabá é a capital do estado de Mato Grosso, localizado na região centro-oeste do país e possui 551.350 habitantes<sup>1</sup>. A maioria da população tem uma renda entre dois e cinco salários mínimos. Fundada em 1719, a cidade ficou praticamente estagnada desde o fim das jazidas de ouro até o início do século XX. A partir de então, apresentou um crescimento populacional acima da média nacional, atingindo o auge nas décadas de 1970 e 1980. Nos últimos 15 anos, o crescimento diminuiu, acompanhando a queda nacional. Hoje, além das funções político-administrativas, é o pólo industrial, comercial e de serviços do estado.

O comércio informal em Cuiabá se caracteriza por uma divisão bastante marcada entre os tipicamente conhecidos como camelôs, aqueles que vendem produtos industrializados, e os artesãos. No primeiro caso, os vendedores se localizam principalmente nas ruas e calçadas, ou nos dois shoppings populares: o Shopping Popular Cuiabá e o Shopping China. Já os artesãos permanecem principalmente nas praças da cidade realizando feiras em dias específicos da semana.

De acordo com estimativas da Prefeitura Municipal de Cuiabá, cerca de 400 vendedores de rua ocupam o espaço no entorno da Praça Ipiranga no centro da cidade. Até 1995, a maioria desses vendedores exercia sua atividade comercial nas praças e ruas do centro da cidade. Por decisão da prefeitura, foram obrigados a se instalar em outra área, mais periférica. A mudança pôs fim a uma longa batalha entre os vendedores e diversos outros grupos sociais e associações civis, de certa forma mediada pela

**551.350**  
HABITANTES

**9.816.819**  
PIB (R\$)

**7%**  
DESEMPREGO

**1.828**  
VENDEDORES  
INFORMAIS

**27,63%**  
ÍNDICE DE  
POBREZA

prefeitura, visando o controle de espaços públicos da capital, habitualmente ocupados por suas centenas de barracas<sup>2</sup>.

Os principais opositores à presença dos vendedores de rua nos logradouros e praças da cidade eram os comerciantes da cidade. Afirmando que os vendedores de rua obstruíam a passagem e as vitrines das lojas, além da concorrência “desleal”, considerando que os vendedores informais não pagam impostos, os lojistas exigiam a retirada das barracas.

## *A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS É RESPONSÁVEL POR FISCALIZAR A ATIVIDADE*

Em 1995, com a transferência dos vendedores de rua do centro para da região do porto de Cuiabá, foi montada uma estrutura ainda precária para o funcionamento do que viria a ser o Shopping Popular de Cuiabá. O camelódromo, como era inicialmente chamado, foi construído através de uma parceria entre a Prefeitura e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá.

Desde a sua criação, a Associação dos Camelôs do Shopping Popular, sofreu várias modificações em sua estrutura contando com uma ampla área coberta com área de alimentação, banheiros e um espaço que comporta hoje cerca de 400 boxes. Outro shopping popular bastante frequentado é o Shopping China Cuiabá, que possui 91 boxes e é administrado por uma empresa privada.

Já a situação dos artesãos se difere bastante dos camelôs. Há na cidade uma cultura de feiras de artesanatos em praças públicas que é bastante difundida. Algumas são realizadas em apenas um dia, outras apenas nos finais de semana, mas tem também as que são diárias. Entre estas feiras podemos citar a Feira de Artesanato da Associação mato-grossense de Artesãos, que acontece diariamente; a Feira de Artesanato Arte na Praça, que ocorre aos finais de semana; a Feira Internacional de Artesanato e a Feira do Artesanato Mato-Grossense que ocorrem uma vez por ano. Há ainda Feira Popular Artesanato na Praça que consiste num programa da prefeitura e ocorre mensalmente na Praça Alencastro, numa região central de Cuiabá.

## **2. RELAÇÃO COMO PODER PÚBLICO**

Em Cuiabá, o marco legal que regula a atividade dos vendedores de rua é a Legislação Urbana (Lei 004/92, seção III – Das atividades Ambulantes) que proíbe o exercício do comércio informal nas ruas do município. O órgão responsável pela fiscalização da atividade é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Assuntos Fundiários (SMMAAF).

Apesar da proibição da presença dos vendedores nas ruas, devido a alguns acordos com a prefeitura e a SMMAAF, foi cedido um espaço nos arredores da Praça Ipiranga, principal local de venda destes trabalhadores. Estes camelôs poderiam permanecer nos locais delimitados pela prefeitura (Praça Ipiranga, calçadas e calçadões), até que fosse solucionada a questão de para qual local seriam deslocados. Devido a essas negociações e contatos realizados com órgãos municipais, as associações afirmam ter uma boa relação com a Secretaria e outros órgãos públicos.

Recentemente, outro acordo foi feito após uma ação judicial que obrigou a prefeitura a retirar os vendedores das ruas considerando a ilegalidade da atividade em Cuiabá. Representantes da municipalidade e o Sindicato dos Camelôs do Estado do Mato Grosso (SINCAMAT) e a Associação dos Camelôs e Vendedores Ambulantes de Cuiabá (ASCAVAC), conseguiram garantir que 175 vendedores de rua cadastrados pela SMMAAF pudessem ser realocados para um espaço provisório, próximo ao local onde se localizavam anteriormente.

Estes vendedores poderão permanecer no local, desde que estejam devidamente identificados por um crachá fornecido pela prefeitura. O acordo prevê a transferência de cerca de 300 vendedores para um espaço definitivo a ser construído. A identificação e realocação dos vendedores de rua ficariam a cargo da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico.

Com relação aos vereadores e ao diálogo com as associações representantes dos camelôs, cabe destacar que o presidente da associação que representa o Shopping Popular de Cuiabá é atualmente vereador da cidade e atua esporadicamente em defesa dos direitos dos vendedores de rua, mas principalmente dos vendedores do shopping popular. Ele é reconhecido como um dos principais aliados pelo SINCAMAT, mas na avaliação da ASCAVAC, esse apoio não é muito sistemático.

Os deputados federais e estaduais são pouco ativos no que se refere à defesa dos direitos dos vendedores de rua. Esse é o caso também das subprefeituras e a Defensoria Pública. Da mesma forma tanto a Polícia Civil quanto a Guarda Municipal não apresentam posturas negativas com relação aos vendedores informais. Já o Ministério Público foi um grande aliado em alguns momentos contendo liminares que obrigavam a retirada de vendedores de rua fora dos pontos especificados pela prefeitura.

Com relação à existência de políticas públicas para os camelôs, não foi possível identificar nenhuma ação em andamento organizada pelos órgãos públicos. Anteriormente podemos citar a construção da estrutura do camelódromo que daria origem ao Shopping

## *OS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS SÃO POUCO ATIVOS NA DEFESA DOS DIREITOS DOS VENDEDORES AMBULANTES*





Popular Cuiabá. Tendo como exemplo este processo, os vendedores de rua hoje negociam com o governo municipal a possibilidade de que esta financie a construção do espaço definitivo para a permanência dos camelôs do centro, um espaço que seria localizado próximo ao Shopping Popular Cuiabá e que teria previsão de ser finalizado em 2012.

Ao contrário da situação dos camelôs, existem várias políticas voltadas para os artesãos. Elas objetivam fomentar o comércio de artesanato dando suporte a algumas destas feiras, principalmente vindas da Secretaria Especial de Indústria, Comércio e Turismo de Cuiabá (SICME), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo, da Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS) e da Secretaria de Cultura.

A Secretaria Especial de Indústria, Comércio e Turismo de Cuiabá apresenta um programa de fomento ao artesanato, incentivando a existência de feiras nas praças e realizando algumas políticas de capacitação dos artesãos. O programa atua através das associações presentes na cidade. O Programa de Artesanato Mato-grossense tem como objetivo propor estratégias que garantam o papel do artesanato/artesão como representativo da identidade cultural do Estado e que necessita de medidas incentivadoras que desenvolva a sua capacidade empreendedora. Para isso foi constituída a Comissão Institucional do Programa de Artesanato Mato-grossense, que gere o Programa. Este programa estadual faz parte do Programa do Artesanato Brasileiro<sup>3</sup>, do governo federal, sendo a forma encontrada em Mato Grosso para realizar a implementação dessa política nacional.

O programa tem como objetivo ainda estruturar, organizar e gerir, coordenar e supervisionar todas as ações e seus instrumentos de operacionalização no Estado com foco na geração de oportunidades de trabalho e renda, estimulando a formação de cooperativas e associações. Cerca de 30 mil artesãos estão inscritos<sup>4</sup> no programa em todo o estado. Eles têm acesso a linhas de crédito e cursos de capacitação fornecidos na maioria das vezes pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Há ainda um programa de artesanato chamado “Feira Popular - Artesanato na Praça”. A partir desse projeto, mulheres chefes de família expõem e comercializam produtos artesanais variados. O objetivo é fomentar a autonomia financeira dessas mulheres e qualificá-las para a obtenção de linhas de crédito, desenvolvimento de design para seus produtos, parcerias para negócios, além de estimular o empreendedorismo e associativismo. A maioria dos produtos comercializados são roupas, objetos de decoração, bordados e crochês.

## *CUIABÁ APRESENTA UM PROGRAMA DE FOMENTO AO ARTESANATO, INCENTIVANDO A EXISTÊNCIA DE FEIRAS*



### 3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

Entre os camelôs, podemos identificar a presença de duas organizações entre aqueles que permanecem nas ruas: o Sindicato dos Camelôs do Estado do Mato Grosso (SINCAMAT) e a Associação dos Camelôs e Vendedores Ambulantes de Cuiabá (ASCAVAC), já citados. A principal demanda destas associações é a da regularização dos vendedores, de forma que possam trabalhar com tranquilidade e segurança, visto que acordos firmados com a Prefeitura acerca dos locais de venda destinados a estes ocorreram de maneira informal, tendo em vista que a atividade de venda com barracas é proibida na cidade. Dessa forma,

#### *OS VENDEDORES DE RUA DE CUIABÁ ANSEIAM PELA CONSTRUÇÃO DE UM SHOPPING POPULAR OU CAMELÓDROMO*

caso haja mudanças na administração da Secretaria de Meio Ambiente – responsável pela fiscalização do comércio informal– e da Prefeitura, os vendedores de rua podem perder o espaço que possuem hoje.

Ao contrário do que acontece em Salvador, os vendedores de rua de Cuiabá anseiam pela construção de um camelódromo ou shopping popular para que estes possam ter a garantia de um espaço para trabalhar, sem precisar depender dos acordos firmados com a prefeitura. Estes projetos de construção de shoppings como citado acima se tornaram a melhor solução encontrada pelos vendedores ambulantes para continuarem trabalhando no comércio informal, tendo alguma segurança em sua atividade.

O SINCAMAT afirma ter em torno de 450 vendedores de rua filiados. O sindicato existe há cerca de trinta anos, todavia sofreu uma reorganização há cinco. Além disso, se caracteriza pela presença maior de mulheres entre os filiados. A ASCAVAC por outro lado é mais recente. Existe há oito anos e conta com um número menor de filiados, 198 vendedores. Destaca-se mais uma vez a maior proporção de mulheres que homens nesse grupo também. Há ainda a Associação dos Camelôs do Shopping Popular de Cuiabá, que é composta pelos 400 comerciantes informais do Shopping Popular de Cuiabá.

Além desses grupos, foram identificadas algumas associações de artesãos, dentre elas a Associação de Artesanato Mãos de Ouro, a Associação Mato-grossense de Produtores Artesanais (AMPA), a Associação Mato-grossense de Artesãos (AMA), Associação Mato-Grossense de Artesanato e Culinária (AMAC) e por fim o grupo “Mulheres em Ação” no Artesanato da Baixada Cuiabana.

A Associação de Artesanato Mãos de Ouro é composta por mais de 160 artesãos que ficam rodando a cidade em diversos pontos de venda e é composta majoritariamente por mulheres. No caso do projeto “Mulheres em Ação no Artesanato da Baixada Cuiabana”

como já se falou anteriormente partiu de uma iniciativa do governo promover a autonomia econômica das mulheres a partir do artesanato. Como o próprio nome já revela, o projeto é composto apenas por mulheres.

De uma forma geral, todavia, a maioria das associações de artesanato são compostas principalmente por mulheres. Esse também é o caso da AMPA, onde 70% dos 730 artesãos cadastrados são mulheres. Essa associação é responsável pela realização da Feira de Artesanato Arte na Praça.

Outra associação de artesãos é a AMA, que tem 25 anos de existência. É composta por 50 filiados que trabalham em uma travessa no centro da cidade. Caracterizam-se por serem geridos principalmente por famílias, cujos componentes se revezam na produção e venda de mercadorias. Algumas das barracas são especializadas na venda de gêneros alimentícios e bebidas, mas em sua maioria são artesãos. O espaço utilizado para a exposição dos produtos é cedido pela prefeitura há mais ou menos doze anos, assim como acontece com a AMPA. As barracas e toda a estrutura da feira são custeadas e mantidas pela associação.

Já a AMAC foi fundada por uma estudante de culinária que se uniu a outros feirantes para organizar uma associação de vendedores especializados na venda de comidas típicas cuiabanas em feiras livres. A intenção da organização é conseguir o apoio de autoridades públicas, entidades e da população para que as feiras de rua constem no roteiro oficial de turismo das cidades. O grupo quer aproveitar a preparação de Cuiabá para a Copa de 2014 e incluir feiras de artesanato e comidas típicas no roteiro oficial de turismo da Capital.

### 4. ALIADOS

Quanto aos possíveis aliados, poucos afirmaram terem o auxílio de outros grupos ou organizações. Em geral os aliados foram identificados entre órgãos do governo ou o vereador que é conhecido pela sua atuação à frente da associação ligada ao shopping popular de Cuiabá.

Os sindicatos formais não são vistos como aliados e em geral têm pouco ou nenhum relacionamento com eles. Apenas o SINCAMAT afirmou já ter havido apoio da CUT na prestação de assessoria, seja para a reformulação do sindicato seja para a construção de estratégias de atuação. Mas este apoio não é avaliado como algo sistemático e aconteceu em períodos pontuais.

Com relação aos artesãos, algumas secretarias têm sido vistas como aliadas estratégicas. É o caso da Secretaria de Cultura e a SICME, que tem realizado atividades de fomento ao artesanato estadual. Além disso, foram identificados artesãos que contam com o apoio de grupos da iniciativa privada, que patrocinam a produção de barracas, como é o caso da AMPA.

## 5. IMPACTOS DA COPA

A cidade ainda não apresenta um alto número de obras de infraestrutura voltadas para a Copa do Mundo. As obras do estádio principal já foram iniciadas, e estão sendo feitas modificações em projetos relacionados à mobilidade urbana. Além disso, diversas denúncias de corrupção ligadas a estes projetos estão sendo publicadas nos meios de comunicação, fazendo com que o processo de implementação das obras se torne mais lento.

As obras que apresentam maior potencial de impacto sobre os vendedores de rua em Cuiabá são os projetos de mobilidade urbana próximos à Praça Ipiranga, onde há maior concentração de camelôs na praça e nas calçadas. A construção de corredores de ônibus nesse local implicará na necessidade de alargamento de vias e redução dos espaços destinados às calçadas, o que faz com que os vendedores informais não tenham lugar para colocar suas barracas. Além disso, a revitalização do entorno tem como um dos objetivos a retirada dos vendedores que ali estão.

Todavia, existe há bastante tempo na cidade uma forte pressão do comércio formal para a retirada dos vendedores de rua das calçadas e praças. Essa pressão já resultou na retirada dos cerca de 400 vendedores de rua que circulam pelo centro. Os vendedores ocupavam espaços restritos designados pela prefeitura, de onde também foram proibidos de permanecer atualmente. Hoje podem exercer sua atividade apenas numa outra praça próxima à Praça Ipiranga, mas que também está sujeita a se tornar alvo de projetos de revitalização.

Os vendedores de rua de Cuiabá avaliam como positiva a vinda da Copa para a cidade, principalmente porque já vêm enfrentando o processo de remoção das áreas centrais há bastante tempo e não acreditam que a situação possa piorar. Da mesma forma, não identificam a ligação entre as remoções e o interesse dos órgãos governamentais em promover uma limpeza urbana.

## 6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Os vendedores de rua de Cuiabá enfrentam um momento bastante complicado. Por um lado a legislação local proíbe o comércio de rua na cidade. Por outro, há alguns anos tem sofrido com a dura oposição dos comerciantes formais, que pressionam a prefeitura a fiscalizar e coibir a atividade. A administração municipal por outro lado, não apresenta uma atitude ruim em relação aos vendedores. Na maioria das vezes tem deixado os vendedores permanecerem em determinados locais, enquanto não se constrói um espaço para eles.

No entanto, a pressão cada vez maior da Câmara de Comércio de Cuiabá somada às diretrizes de revitalização urbana relacionadas à Copa do Mundo, fizeram com que os vendedores fossem retirados de vez dos seus locais de venda, permanecendo até quinze

dias sem poderem trabalhar, devido a liminares judiciais que obrigavam a prefeitura a retirar e fiscalizar a presença desses comerciantes nas ruas do Centro.

Tendo em vista este cenário, os vendedores informais têm como principal demanda a construção de um espaço para que possam ser alocados. Com uma legislação que não permite a atividade informal nas ruas, os vendedores não têm condições de reivindicar a sua continuidade nas praças e calçadas. Essa vulnerabilidade os leva a acreditar que a melhor solução para eles é a mudança para shoppings populares, onde não sofreriam diariamente com a incerteza da possibilidade de permanência no local que hoje estão.

## NOTAS

1. Sua região metropolitana possui quase 1 milhão habitantes, também segundo o Censo 2010.

2.

3. Na década de 70 o Governo Federal criou o Programa Nacional do Desenvolvimento do Artesanato no âmbito do Ministério do Trabalho. Este é substituído nos anos 90 Programa do Artesanato Brasileiro gerido pelo extinto Ministério Ação Social. Em 1995 passa a ser vinculado ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, e posteriormente pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Nos anos 2000 o Programa do Artesanato Brasileiro ganhou importância na gestão pública, com status de Programa Orçamentário. É representado nos Estados e Distrito Federal pelos Governos/ Secretarias/Coordenações Estaduais que implementam suas ações conforme a sua política e diretrizes.

4. O cadastramento é feito pela própria SICME/ CIPAM. A carteira de Artesão deve ser renovada anualmente e para adquiri-la são necessários documentos básicos como fotos 3x4, Carteira de Identidade, CPF além de uma peça pronta do Artesanato. A carteira dá direito ao artesão de expor e comercializar os produtos em eventos promovidos pela SICME/CIPAM, isentar os produtos comercializados da cobrança de impostos, permite que regulamente a profissão artesão na Carteira de Trabalho e conseqüentemente garantir alguns direitos de seguridade social. Além disso dá acesso às diversas ações promovidas pela SICME.

## REFERÊNCIAS

Brandão, Ludmila. O “camelódromo”, a cidade e os fluxos globais subalternos. *Pós*, São Paulo, v. 16, n. 25, p. 232-251, 2009.

## I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Fortaleza é a capital do Estado do Ceará, no nordeste brasileiro. A região metropolitana, com mais de 3,6 milhões de habitantes, engloba 15 municípios. Suas principais atividades econômicas são comércio, turismo e indústria, especialmente os setores alimentícios, mineração e de calçados e têxtil. Apesar de possuir o segundo maior PIB da região Nordeste, é uma cidade de grande desigualdade, com 40% da sua população vivendo em situação de pobreza com renda per capita de meio salário mínimo<sup>1</sup>. Em 2007, de acordo com pesquisa do Sistema Nacional de Emprego (SINE), mais da metade da população trabalhava sem carteira assinada.

O centro da cidade sempre foi o local dos mais importantes eventos e encontros da elite fortalezense. Além disso, tinha edifícios públicos, a câmara de vereadores e a assembléia legislativa. A partir de 1980, muitos órgãos tiveram suas sedes transferidas para outras localidades, contribuindo para que Fortaleza começasse a perder sua visibilidade histórica (Arineida, 2009) e de certa forma, sua importância urbanística.

Com a vinda de investimentos no setor comercial, especificamente dos *shoppings centers* localizados em outras áreas da cidade, muitos moradores começaram a frequentar o centro apenas em busca de serviços prestados por bancos e cartórios. Ainda assim, a região continuou exercendo um papel importante de venda para o comércio varejista e aglutinador de pessoas e mercadorias.

O comércio informal no centro tornou-se referência e foi se estabelecendo cada vez mais como saída para os trabalhadores urbanos que precisam de uma atividade para sobreviver. A atividade também aparece com destaque em outras áreas da cidade, como a Avenida Beira-Mar e pontos dos bairros Montese e Messejana.

Ainda no centro, existe a feira da praça da estação que abriga ao redor de 1.200 ambulantes cadastrados que lá foram alocados vindos de outra praça, a praça em frente ao teatro José Alencar. Os

**2.452.185**  
HABITANTES

**31.789.186**  
PIB (R\$)

**8,9%**  
DESEMPREGO

**52.000**  
VENDEDORES  
INFORMAIS

**R\$ 564,00**  
RENDIMENTO  
MÉDIO (R\$)

**43,17%**  
ÍNDICE DE  
POBREZA



ambulantes encontram-se atualmente em condições muito precárias e desvantajosas de trabalho. A área perdeu muito movimento, já que as linhas de ônibus que lá circulavam foram transferidas para outras ruas deixando os vendedores mais isolados. A infraestrutura é muito precária e as condições pioram consideravelmente quando chove.

Outro aspecto importante é que Fortaleza sempre manteve a tradição das feiras nos bairros, que anteriormente aconteciam uma vez por semana nas praças – e atualmente, legalizadas, são realizadas diariamente.

A cidade de Fortaleza está dividida em sete sub-prefeituras, chamadas de Secretarias Executivas Regionais (SER). A regional do centro que trata dos ambulantes nessa área é também conhecida como SERCEFOP.

As leis que regulamentam o comércio ambulante datam de 1981 e 1994. O decreto 9.300 de 17 de janeiro de 1994<sup>2</sup> rege o comércio ambulante da cidade e define como sendo vendedores ambulantes ‘aqueles que comercializam cigarros e bombons, confecções em geral, miudezas, bijuterias, discos e fitas video-cassetes usadas, fichas telefônicas, carne de sorteio’, etc. A atividade é regulamentada por portarias emitidas por cada secretaria interessada no tema. O decreto define dois tipos de áreas: a de pequena e grande concentração de pessoas, e prevê a renovação semestral de licença dos ambulantes.

## *A CIDADE DE FORTALEZA ESTÁ DIVIDIDA EM SETE SUB-PREFEITURAS, CHAMADAS DE SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS*

Muitas das atividades comerciais enquadradas nesses regulamentos já não mais acompanham as mudanças no mercado de consumo atual. Isso significa que os comerciantes informais têm dificuldades em continuar suas atividades, tendo em vista que suas mercadorias não se ajustam à legislação vigente. Por exemplo, o decreto 9.300/94 define como produtos do comércio ambulantes as fitas-cassetes e as fichas telefônicas, mercadorias que já não existem no mercado. Nesse sentido, torna-se necessária a criação de uma nova legislação que permita o trabalho dos vendedores autônomos seja legal.

Atendendo a uma demanda da prefeitura, foi enviado à Câmara de Vereadores de Fortaleza um pedido de atualização da lei que rege do comércio ambulante. Além disso, está sendo formado um grupo de trabalho para elaboração de propostas. O grupo tem o apoio da Câmara os Vereadores, que em outubro de 2011 voltou a discutir sobre a legislação municipal dos ambulantes.

A pressão pela ocupação e retomada de certas áreas pela prefeitura tem se intensificado, principalmente no centro da cidade. Recentemente, fiscais da prefeitura entregaram credenciais provisórias de uso da via para ambulantes da Rua Liberato Barroso. Os fiscais da regional do centro estão voltando a marcar presença nas ruas General Sampaio e

Guilherme Rocha, assim como estão revogando licenças para os ambulantes da Praça da Estação, também área central, e desocupação da Praça José de Alencar, praça de referência histórica para a cidade. Na Praça da Lagoinha, 1.300 ambulantes serão realocados.

Por outro lado, a cidade está mudando por causa das obras para a realização da Copa do Mundo espalhadas em diferentes áreas. Além das obras para mobilidade urbana, do estádio, há um planejamento para requalificar algumas áreas como o centro, a Av. Beira Mar e a Praia de Iracema. Todas essas obras irão impactar não somente moradores e comerciantes dessas áreas como trabalhadores das ruas que desenvolvem sua atividade nesses espaços públicos.

Para apoiar as ações da prefeitura relacionadas ao comércio informal foi criada uma estrutura de fiscalização e controle, a chamada Guarda municipal, conhecida como o “rapa” com poder de apreender a mercadoria e prender o trabalhador (Arineida, 2009). Especialmente no centro da cidade, esse conflito tornou-se bastante noticiado e conhecido pelos fortalezenses. No início dos anos 90 houve uma melhoria na relação e trato com os ambulantes, mas o uso da força e da violência sempre foi utilizado pela Prefeitura de Fortaleza, especialmente na década de 80 (Dantas, 2005). Porém, desde o início da atual gestão municipal, os desentendimentos entre a prefeitura e os ambulantes voltaram à cena, especialmente nos dois últimos anos, novamente com o uso de aparato policial para remover ambulantes do antigo Beco da Poeira e da Praça da Sé, áreas do centro da cidade.

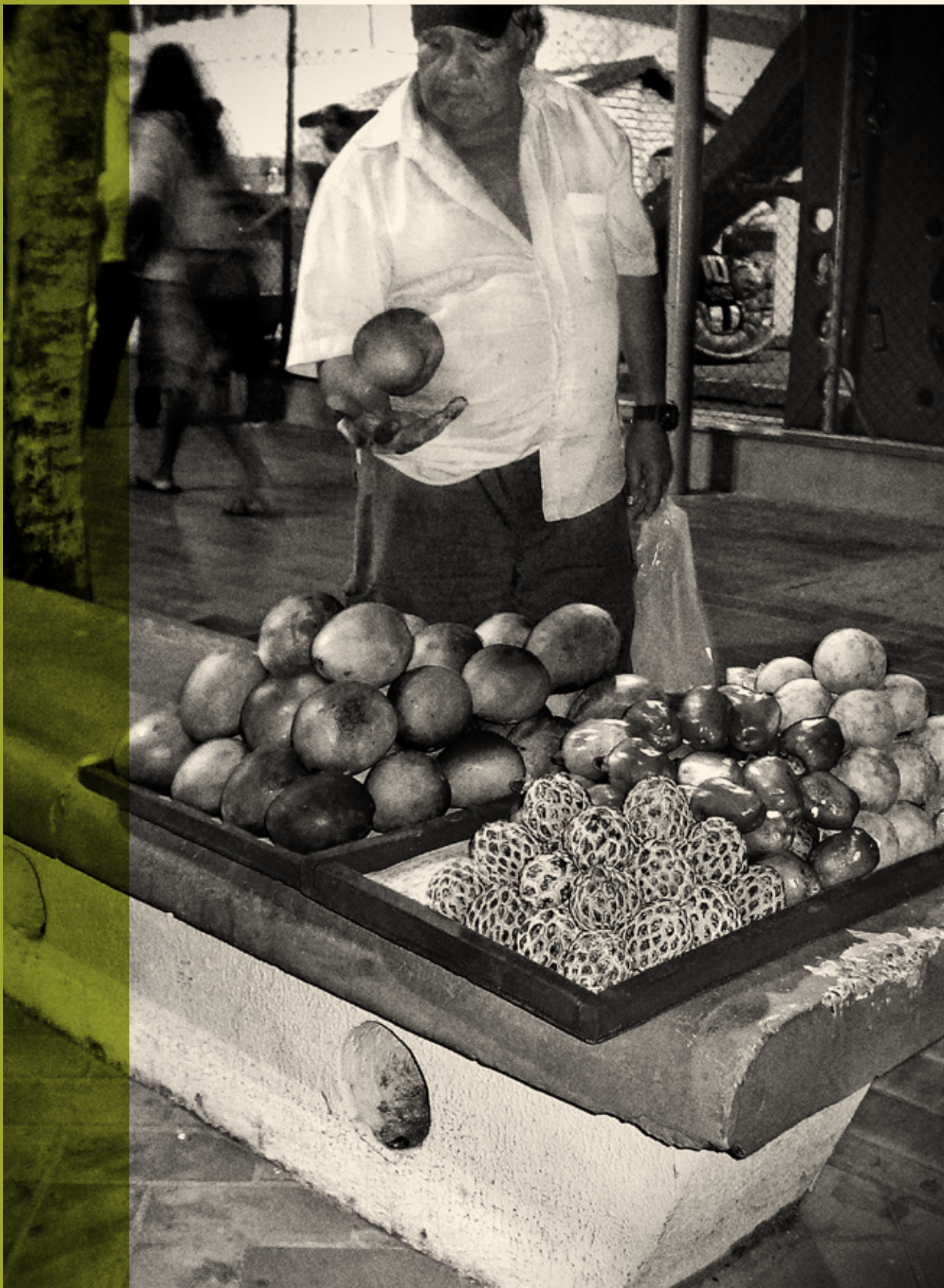
### **O CASO DO BECO DA POEIRA**

O antigo Beco da Poeira foi inaugurado em 1989, após a prefeitura municipal ceder um terreno para a Associação do Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes e Trabalhadores Autônomos do Estado do Ceará (Aprovace). Os ambulantes construíram com seus próprios recursos, 869 boxes, ampliando em 1992, para 1011 boxes e 20 lanchonetes (Silva et al, 2010).

Em 2001, a prefeitura propôs transferir o Beco da Poeira para um local próximo, localizado entre o quadrilátero da Avenida Tristão Gonçalves, Rua São Paulo, Rua Guilherme Rocha e Rua 24 de Maio. Para propiciar esse novo espaço aos vendedores autônomos a prefeitura teria que desapropriar trinta imóveis, mas apenas dezoito foram desapropriados e por isso o processo de construção do novo espaço “Centrão” foi interrompido, e restou o que atualmente é conhecido como “Esqueleto”.

## *OS CONFLITOS ENTRE A PREFEITURA E OS AMBULANTES VOLTARAM À CENA, ESPECIALMENTE NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS*





Em fevereiro de 2010, a prefeitura comunicou a Aprovece sobre a transferência dos ambulantes para o Novo Beco da Poeira - a Central de Pequenos Negócios (CPN) que seria realizada nos meses seguintes. Sob protestos, os comerciantes começaram a ser transferidos em abril do mesmo ano. Esse fato causou grande revolta e divisão entre os permissionários que até o momento não se conformaram com as mudanças, alegando que a Prefeitura não cumpriu com o combinado e não os reembolsou pelas perdas, já que o primeiro Beco da Poeira havia sido construído com recursos dos vendedores.

Mesmo correndo o risco de remoção, parte dos permissionários ocupou o “Esqueleto” sob forma de protesto e para garantir seus direitos de posse. Outra parte aceitou o “Novo Beco da Poeira” (a Central de Pequenos Negócios), por medo de ficar sem local para trabalhar. Destes, muitos abandonaram o local ou encontram-se insatisfeitos por terem perdido clientes.

### O CASO DA FEIRA DA SÉ

A Feira da Sé teve início em um pequeno aglomerado de artesãos cearenses que comercializavam sua produção próxima ao mercado central e em frente à catedral de Fortaleza. Era realizada de modo bastante improvisado, com mercadorias no chão ou em cima de caixas ou em porta-malas de carros, com a participação de fabricantes e intermediários de produtos de artesanato e confecção.

Há quatro anos a prefeitura começou a exigir a saída dos vendedores do local, e a Prefeitura de Maracanaú, cidade vizinha, disponibilizou um projeto para receber os ambulantes da Praça Pedro II. Com o projeto terminado, em maio de 2009, deu-se o início do processo de desocupação, aceito apenas por parte dos ambulantes. Os demais propuseram à prefeitura a ocupação de galpões na Rua José Avelino. A proposta foi aceita, e cada feirante pode se instalar no novo local pela quantia de vinte reais semanais.

O comércio ambulante, no entanto, voltou à região, agora com divisão entre os camelôs e os permissionários. A feira é realizada durante a madrugada com em média oito mil vendedores, e recebe 50 ônibus com compradores de diversas partes do país. Os horários de maior movimento são a partir da noite de sábado até por volta das 15h30 da segunda-feira, com revezamento de ambulantes durante este período no local.

## 2. RELAÇÃO COMO PODER PÚBLICO

As organizações de vendedores ambulantes têm passado por momentos de intensa luta pela garantia de espaços para realização das suas atividades e descrença dos ambulantes na sua representatividade após constantes perdas frente ao poder público. Há uma luta constante pelo direito ao trabalho que muitas vezes compromete o processo de luta política da categoria, enfraquecendo a mobilização e favorecendo a divisão entre eles.

Quando os vendedores ambulantes estão com dificuldades eles contam com alguns aliados, especialmente com vereadores. No primeiro mandato da atual gestão houve uma aproximação dos ambulantes com deputados estaduais e vereadores para intermediar o debate com a prefeitura sobre a venda ambulante do centro. Porém, mesmo com a pressão dos ambulantes, não houve mobilização dos representantes políticos aliados para discutir as demandas da categoria e possível facilitação de um debate com o governo municipal.

Atualmente a relação com a prefeitura é de falta de articulação e de diálogo. Os vendedores contam basicamente com o apoio de um vereador que está retomando a questão no legislativo municipal. Segundo os ambulantes na gestão anterior eles eram parceiros da prefeitura e tinham um maior reconhecimento respeito do poder público. Eles usavam batas, crachás e todas as bancas tinham sua identificação.

### 3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

A principal organização representativa dos vendedores ambulantes do Ceará é a Aprovace – A Associação do Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes e Trabalhadores autônomos do Estado do Ceará. Foi criada em 1983 com apoio da prefeitura de Fortaleza para organizar e representar os interesses dos vendedores ambulantes, especialmente do centro da cidade. Desde a sua criação, a Aprovace estabeleceu uma parceria com a prefeitura usufruindo de um diálogo aberto. A prefeitura condicionava os ambulantes “à afiliação como exigência para a alocação em espaços permitidos para a comercialização de mercadorias” (Arineida, 2009). De acordo com o Guilherme Caminha, vice-diretor da Aprovace, “buscavam estabelecer uma agenda propositiva com o poder público visando reordenar o centro da cidade a partir da visão do comércio informal”.

A associação se concentra prioritariamente no centro da cidade, apesar se propor a representar todo o estado. Atualmente tem 13.000 associados, e a estimativa é que 60% sejam mulheres e 40%, homens. A entidade representa os ambulantes do centro, abrangendo uma área que vai da Praça da Estação até a Domingos Olímpio, assim como os permissionários do chamado “Esqueleto”.

A atual gestão está no seu oitavo mandato e de acordo com sua a diretoria, tem tido a sua imagem prejudicada frente aos outros ambulantes pela prefeitura, que segundo eles, realiza campanha de difamação e descrédito do trabalho da associação, com acusações sobre o mal uso de recursos repassados, além de não apoiar a afiliação obrigatória. O relacionamento da Aprovace com a SERCEFOR é tenso e seus representante ainda não conseguiram nenhum espaço de articulação ou consulta com a atual gestão.

A instituição ainda busca uma abertura da prefeitura para reivindicar seus direitos e alega que não foram chamados pelo poder público municipal para tentar estabelecer uma agenda sobre suas atividades no centro. Os representantes da Aprovace afirmam que

o limitado tempo dos ambulantes, a incerteza de permanência na atividade e a falta de união têm afetado a organização da categoria.

Nessa mesma linha, os ambulantes não têm se vinculado ou se articulado com as centrais sindicais ou outros movimentos de luta por melhores condições trabalhistas. Além da Aprovace, há também algumas outras associações e lideranças que representam os interesses de diferentes grupos que trabalham no comércio ambulante na cidade. Na Feira da Sé não foi possível encontrar associações de ambulantes da rua, mas como eles ainda são parte do centro da cidade, se articulam com a Aprovace quando acham necessário.

Já a Associação dos Feirantes Autônomos do Galpão do Pequeno Empreendedor existe há nove anos e administra o Galpão<sup>3</sup>, que conta com 700 espaços e abriga cerca de 1.400 pessoas. É o pioneiro nessa modalidade, sendo de 99% para fabricantes de confecção. O presidente da associação conta que em 2009 houve uma boa aproximação com a prefeitura, mas que agora eles estão esquecidos pelo poder público.

O lançamento dessa primeira iniciativa de organizar os camelôs em um grande galpão desencadeou o surgimento de mais de quinze galpões na José Avelino, local atualmente conhecido como Pólo da José Avelino. Juntamente com os galpões, veio a ocupação da rua por camelôs e ambulantes. A associação estima que o Pólo da José Avelino gere cerca de 50.000 empregos diretos e indiretos, incluindo desde os fornecedores de material, costureiras, bordadeiras, transporte da mercadoria, vendedores das lojas, alimentação, táxis e empresas envolvidas com o turismo regional.

Os vendedores nos galpões alegam concorrência desleal em relação aos camelôs por causa das oportunidades de vendas. Por outro lado, camelôs acusam os permissionários dos galpões de articularem com a prefeitura a favor da expulsão dos camelôs. Essas trocas de acusações fazem com que o clima entre camelôs e permissionários seja hostil.

No entanto, ambulantes e permissionários reivindicam maior segurança nas ruas. O comércio ambulante atrai um grande fluxo de pessoas compradoras, mas traz também muita insegurança. No caso de alguns locais, como no Pólo José Avelino, os donos de lojas nos galpões contratam segurança, mas estes são insuficientes pelo grande movimento da feira.

Outra organização entrevistada foi a Associação dos Feirantes da Avenida Beira Mar (ASFABEM), fundada em 1982 para zelar pelos interesses dos feirantes da Avenida Beira Mar. A Avenida Beira Mar está localizada na orla marítima urbana em frente aos hotéis turísticos da cidade e é referência na cidade para a compra de artesanato e produtos do Estado.

*A PRINCIPAL  
ORGANIZAÇÃO  
REPRESENTATIVA  
DOS VENDEDORES  
AMBULANTES  
DO CEARÁ É A  
APROVACE*



As barracas da feira são cadastradas e os feirantes têm licença para vender, sendo sua licença renovada com aditivos a cada ano pela prefeitura. Em 1998, a feira foi tombada pelo patrimônio histórico do município.

A associação tem estatuto e cumpre com as exigências legais necessárias incluindo quadro de sócios. Possui 636 membros, todos os permissionários cadastrados pela prefeitura que atuam no espaço, dentre os quais, estima-se que 60% sejam mulheres.

O fato de a feirinha ter sido tombada garantiu a sua permanência no local, já que a orla será totalmente remodelada e sofrerá muitas modificações. Atualmente os feirantes colocam suas barracas no final da tarde e as desmontam no final da noite. Eles alugam espaços para guardar suas mercadorias em três estacionamentos particulares próximos a avenida. Os preços dos aluguéis podem variar entre R\$ 200 a R\$ 500 de acordo com o tamanho do local alugado. Juntando todas as despesas os permissionários podem chegar a gastar quase dois salários mínimos para cobrir custos de transporte de mercadorias ao local e taxas municipais<sup>4</sup>.

De acordo com a proposta atual da prefeitura para requalificação da área, a feirinha será fixa e as mercadorias ficarão em contêineres subterrâneos, onde terá também um estacionamento. O plano para a nova feirinha foi discutido e acordado entre os feirantes. Não serão concedidas novas licenças a novos feirantes na área. As obras estariam previstas para começar em fevereiro e a expectativa é de que os feirantes possam começar a trabalhar com os novos boxes a partir de setembro.

As principais reivindicações desses feirantes são com relação à iluminação do local e limitação da rede elétrica, que é muito antiga, não permitindo que eles usem de outros meios para a venda das suas mercadorias. Também necessitam de um local para guardar suas mercadorias, pois alegam que custo do estacionamento é muito alto. Porém, esperam que com a nova estrutura essa realidade mude. Acreditam que com o advento da Copa do Mundo, eles precisarão alavancar as possibilidades de venda, necessitando de microcrédito para diversificar e oferecer mais produtos aos visitantes.

Na orla, além da feirinha, há diversos outros tipos de vendedores ambulantes, pois é uma área de grande fluxo de pessoas. Há também os vendedores cadastrados (pipoqueiros, vendedores de cigarros, algodão doces, tapioca) de pontos fixos que atuam por todo o calçadão e os ambulantes que oferecem aos transeuntes suas mercadorias levadas à mão. Segundo uma liderança dos ambulantes, a maior reivindicação é de poder transitar livremente pela avenida, já que eles não estão fazendo nada contra a lei. A mesma fonte estima que sejam cerca de setenta vendedores, mas que em alta estação esse número pode triplicar.

Para os ambulantes, o desenvolvimento da atividade informal é vital para a cidade e de essencial importância para a manutenção da sobrevivência das suas famílias. Suas principais reivindicações são:

- Estabelecimento de espaços para abrigar os trabalhadores informais, considerando lugares estratégicos como o centro da cidade e a orla. Os

ambulantes aceitam serem removidos para outras áreas desde que todos estejam juntos, e não havendo oportunidades consideradas mais vantajosas aplicadas somente a alguns deles. Da mesma forma que a definição desses espaços e as garantias coletivas sejam acordadas entre governo e a categoria. Caso as soluções não sejam sustentáveis, não é possível garantir a permanência nos locais estabelecidos nem a união entre eles.

- Reconhecimento das autoridades e da sociedade do trabalho dos ambulantes, pois o uso do espaço público para comercialização de mercadorias é uma saída para permitir o sustento familiar. Esses trabalhadores são vítimas de um processo de exclusão expressado especialmente pela ausência de direitos e de garantias individuais e coletivas (proteção social, direitos trabalhistas, dentre outros). Eles não querem ser tratados como categoria inferior de trabalhadores, sofrendo do estigma que sempre os vincula à marginalidade.
- Renovação das credenciais e direito de uso do espaço com o termo de permissão da venda ambulante. Além disso, reivindicam a padronização das bancas incluindo: bata e crachá para os vendedores contendo número de identificação das barracas. A legalização das credenciais tira os ambulantes da marginalidade e estabelece outra relação com o poder público e sociedade.
- Formação de espaços de articulação e formação de consenso entre o poder público e os ambulantes. Há um sentimento de revolta por não serem escutados pelo governo municipal. Eles sabem que são uma parcela importante da economia da cidade e deveriam ser escutados sobre as suas demandas e reivindicações.
- Acesso à informação clara e atualizada especialmente com relação ao ordenamento de certas áreas por ocasião da realização da Copa do Mundo na cidade.

## 4. ALIADOS

Os vendedores ambulantes entrevistados durante a pesquisa não tinham nenhuma articulação com movimento sindical, nem movimentos sociais ou organizações da sociedade civil. O apoio que eles têm é pontual vindo de algum vereador ou outro representante político eleito, somente quando necessitam resolver alguma questão de caráter emergencial.

Até o momento de finalização do levantamento de informação, nenhuma organização



de vendedores ambulantes participa das reuniões do comitê popular em Fortaleza. No entanto, o comitê mostrou-se interessado em debater mais o tema e ver como incluir na agenda de luta.

Por outro lado, o observatório das metrópoles, liderado pelo departamento de geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), tem um grupo de trabalho que estuda o comércio informal de Fortaleza. Eles podem ser um aliado importante na elaboração de material de conteúdo e de articulação que permita conhecer melhor o perfil dos vendedores ambulantes em algumas áreas da cidade.

## 5. IMPACTOS DA COPA

Estima-se que em torno de 3500 famílias sejam removidas pela obras de mobilidade urbana e pelo menos dez comunidades estão sob ameaça de remoção. A pesquisa constatou que os ambulantes ainda não sentem os impactos das obras de infraestrutura da Copa nas suas atividades. Seguramente, os ambulantes que vendiam nas proximidades do estádio Castelão tiveram que mudar de local, seja indo para o Estádio Presidente Vargas ou outro local. O Castelão está sendo reformado e parece ser um dos poucos estádios brasileiros que será entregue antes do prazo final estabelecidos pela Fifa.

A maior preocupação dos vendedores ambulantes é em saber sobre as implicações que a Copa do Mundo trará com relação ao uso dos espaços públicos da cidade, especialmente nas praças e nos lugares turísticos e como o governo municipal e estadual pensam em resolver a questão.

Os ambulantes se dizem preocupados pela a ameaça de desemprego que poderá ser causada pela por ações de “limpeza das ruas”. Além disso, se perguntam como será a fiscalização para artigos falsificados. Em alguns dos locais visitados fora do centro da cidade, há uma preocupação com a falta de lideranças que possam ser interlocutores com o poder público para reverter alguns acordos para a Copa do Mundo.

Há uma grande falta de informação sobre a Lei Geral da Copa e os acordos entre o governo Brasileiro e a FIFA. Isso dificulta a compreensão da realidade e paralisa a luta desses trabalhadores para ações futuras, pois acabam priorizando as questões de caráter cotidiano mais urgentes.

Também se dizem preocupados com as questões de segurança de seus clientes e visitantes, pois o policiamento não tem sido suficiente para coibir problemas nos seus locais de vendas. Acreditam que com maior segurança, mais clientes chegam para comprar suas mercadorias.

Em Fortaleza, o comitê popular da Copa conta com a participação de diversas ONGs, associações de moradores e representantes de conselhos populares, organizações de direitos humanos e universidades. O tema da economia informal não tem sido o foco da agenda, já

que a grande preocupação é com a garantia do direito às moradias por causa das remoções das casas e comunidades, em decorrência das obras de mobilidade.

## 6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Esse relatório de pesquisa de campo constitui-se em uma primeira tentativa de conhecer as organizações e lideranças do comércio ambulante de Fortaleza. Devido às limitações de tempo e orçamento priorizaram-se as visitas nas áreas de maior atuação da categoria e risco de conflito na cidade.

Seria importante acompanhar o andamento das mudanças especialmente nas áreas do centro da cidade e na orla marítima urbana. Da mesma forma seria importante favorecer a articulação dos vendedores ambulantes com as diferentes instâncias de mobilização da sociedade civil já existentes.

Outro aspecto importante é da necessidade de se buscar formas para capacitação e fortalecimento das lideranças e organizações de vendedores ambulantes da cidade.

A informalidade é uma realidade na metrópole e precisa ser tratada de forma que se inclua nas políticas públicas essa massa de trabalhadores desprotegidos de direitos e que necessitam desenvolver uma atividade econômica para sobreviver.

## NOTAS

1. Laboratório de Estudos da Pobreza,UFC, 2009 declarado ao Diário do Nordeste, 12 de abril de 2009.
2. Lei N° 9.300 de 17 de janeiro de 1994, no Título III do Preço Público. Art.16: “O preço público a ser pago pelos permissionários, em cumprimento das disposições contidas neste título, será calculado levando em conta o tipo de equipamento a ser utilizado e sua localização.” No Título IV: “Dos equipamentos de trabalho serão padronizados pelo DCA com especificações adequadas aos tipos de comércio ou serviços conforme discriminação a seguir: Bancas de jornal e revistas - bancas estacionárias - tabuleiros estacionários - boxe de pré-moldados ou concretos - cabina de fibra - caixote - carrinho - carro - reboque - carrocinha-tabuleiro.”
3. O Galpão veio como proposta dos próprios ambulantes que não queriam ser removidos para Maracanaú quando a prefeitura propôs a desocupação das ruas próximas à catedral da Sé. Eles propuseram à iniciativa privada alugar o espaço para a construção de boxes para os ambulantes que estavam na rua. A prefeitura aceitou que os ambulantes se mudassem para o Galpão e fizeram um acordo de não exigirem as credenciais ou legalização de todos de imediato.
4. Os feirantes pagam o DAM, o documento de arrecadação municipal, é um guia de recolhimento de impostos e taxas municipais.

## REFERÊNCIAS

SILVA, Erciane Soares; SANTOS, Marlon; SILVA, J. Borzacchiello da. **Comércio Informal no Centro de Fortaleza: Beco da Poeira e Feira da Sé**, Documento apresentado para o XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

[www.pmf.gov.br](http://www.pmf.gov.br). Site Prefeitura de Fortaleza

## I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Manaus é um município da região Norte do Brasil, capital do Estado do Amazonas. É uma cidade histórica e portuária, sendo a segunda metrópole da região Norte. O período entre 1890 e 1910 foi um marco para o crescimento da cidade, pois foi o período áureo da borracha, momento de muita riqueza e importância da cidade no contexto internacional. Atualmente seu principal motor econômico é o Pólo Industrial de Manaus que ganhou importância a partir da Zona Franca de Manaus, criada em 1967.

Sua economia baseia-se no setor industrial (eletroeletrônica, farmacêutica, mineração, dentre outras), agricultura, beneficiamento da madeira, pecuária e ecoturismo. Segundo o IBGE (2010), o Estado do Amazonas tem 18,6% da sua população em extrema pobreza, sendo 6,2% da população de Manaus considerada miserável.

A partir da criação da Zona Franca de Manaus, a cidade tornou-se um atrativo de populações vindas do interior do Estado, primeiramente nos setores de comércio e serviços e depois para o pólo industrial de Manaus. A partir dos processos de terceirização, automação, flexibilização do trabalho no setor industrial e a crescente busca por postos de trabalho no setor formal, evidenciou-se um agravamento das condições socioeconômicas e um novo cenário de relações de trabalho incluindo o crescimento de ocupações informais precárias (Oliveira, 2009).

É possível constatar a presença de ambulantes em diversos locais: nas praças e calçadas do centro, nas feiras municipais, nas paradas de ônibus, na área portuária e no calçadão às margens do rio Negro, na parte turística da cidade. Além das bancas de ambulantes, há carros que vendem mercadorias especialmente nas ruas do centro, os “carros-camelôs”.

Segundo pesquisa feita por Oliveira (2009), 99% dos permissionários da Praça Matriz permanecem na banca em média dez horas por dia, trabalhando de segunda à sábado e invariavelmente

2.452.185  
HABITANTES

40.486.107  
PIB (R\$)

20.000  
VENDEDORES  
INFORMAIS

41%  
ÍNDICE DE  
POBREZA

nos domingos dos meses festivos (em datas como Dia das Mães, Dia dos Pais, Natal, etc). Os ambulantes pagam vigias responsáveis pela segurança das bancas à noite. Os que não deixam suas mercadorias na praça empregam carregadores para levar e trazer suas mercadorias.

O centro de Manaus é o lugar mais emblemático para conhecer os ambulantes da cidade. Segundo pesquisa do SEBRAE (2005) o centro é o local mais atraente para o ambulante, já que circulam 141 linhas de ônibus, 860 veículos coletivos nos dias úteis, 150 mil veículos particulares, além de centenas lojas atacadistas e varejistas e importadoras (Oliveira, 2009).

Em Manaus o reconhecimento do comércio de rua foi feito na gestão do prefeito Amazonino Mendes em 1993 (Kitamura et al.). Segundo dados da Secretaria Municipal de Abastecimento (Sempab) existem 4,8 mil ambulantes na cidade de Manaus, sendo 2,5 mil deles estabelecidos no centro (dados levantados de set. 2009), especialmente nas redondezas da Praça Matriz. Esse número vem crescendo continuamente, especialmente nessa área.

Na gestão atual (2009-2012) existe um projeto chamado “Centro Vivo 28” através do qual a prefeitura tem como objetivo proporcionar melhorias das condições de conforto ambiental, estética e funcional no centro da cidade de Manaus, através de execução de ações imediatas e de planejamento a médio e longo prazo. Os resultados esperados no decorrer da implantação do projeto são elencados como: melhorias na qualidade ambiental; melhorias no sistema viário; recuperação de espaços públicos; sistematização das ações de limpeza urbana; promoção do turismo; melhorias na iluminação pública; promoção

do resgate do patrimônio cultural; melhorias na acessibilidade; e por fim, recuperação das áreas de jardins e mobiliário urbano. Mas, cabe perguntar: e onde entram os camelôs nesse projeto? Muitos dos vendedores de frutas e verduras já foram convidados a se retirar do centro, principalmente do entorno da Praça da Matriz, e isto provocou protestos (pag.66, Oliveira, 2009).

A Sempab tem tentado impedir a instalação de novos ambulantes no centro, suspendendo a emissão de licenças. Segundo os ambulantes, a demanda por compra de licenças sem autorização tem crescido. Eles alegam que o centro está sendo invadido por vendedores migrantes, chineses, peruanos e que falta fiscalização para coibir a comercialização das licenças já outorgadas.

As principais lideranças dos camelôs e feirantes e o governo municipal acreditam que a solução para conter o problema do é a construção de camelódromo ou *shoppings* populares. A proposta da prefeitura é de que com a construção de *shoppings* populares, o espaço público no centro seja reorganizado e que somente os camelôs cadastrados possam ser transferidos para estes locais.

Em 2011, a prefeitura estava construindo um shopping popular provisório, RoadWay,

na zona portuária, com o propósito de ser um piloto antes que um lugar definitivo fosse arranjado. O shopping temporário estava sendo finalizado, com 80% de sua estrutura já construída, mas foi embargado pela justiça. O local foi repassado para a iniciativa privada para outros fins. Enquanto isso, o shopping popular definitivo está em fase de licitação.

Segundo representante do Sindicato dos Vendedores Ambulantes de Manaus (Sincovam), estima-se que existam entre 18.000 a 20.000 ambulantes na cidade. Esse número difere ao que é estimado pela prefeitura. Em 2009, o sindicato fez um mapeamento dos ambulantes na praça central e cadastrou 2.134 camelôs. Na zona leste da cidade, área comercial, o sindicato está fazendo o levantamento do número de ambulantes, e acredita-se que este número chega a mil trabalhadores. Já nos cinco terminais de ônibus da cidade, a estimativa é de haja 600 camelôs.

O governo municipal prevê a construção de *shoppings* populares para abrigar os vendedores ambulantes em diferentes áreas da cidade, especialmente os que trabalham no centro e nas redondezas da área portuária, área de grande concentração e fluxo de pessoas.

As feiras populares de Manaus acontecem em locais cedidos pela prefeitura, como galpões, praças públicas e nas ruas. Nas feiras atuam os feirantes cadastrados e ambulantes. De acordo com informações da Sempab, em Manaus há 54 feiras cadastradas, 33 delas fixas, duas volantes e 19 funcionam na categoria de mercados. O município tem 7.219 permissionários trabalhando atualmente nesses locais.

No centro da cidade, no final do dia, alguns ambulantes aproveitando a ausência de fiscalização montam banquinhas repletas de frutas e verduras para vender aos trabalhadores que saem dos seus empregos.

## ESTRUTURA DA VENDA INFORMAL

A lei orgânica municipal vigente para a cidade de Manaus é datada de 1990 e considera como comércio ambulante ‘aquele que é exercido por pessoa autônoma, em vias, logradouros públicos ou de porta em porta’. Cabe ao executivo municipal zonestar os locais com demarcação de áreas, os horários, as mercadorias para tal finalidade. A concessão para prática da venda ambulante poderá ser obtida a partir de contribuição anual.

No seu artigo 431, a lei proíbe a utilização e comercialização por parte dos vendedores ambulantes de verduras e estivas e geral; bebidas alcoólicas; uso de gás liquefeito- GLP, armas e utensílios como terçado, faca, punhal, canivete, tesoura, chaveiro, chave de fenda, formão e mercadorias eletroeletrônicas.

As licenças são nominais e intransferíveis, ou seja, não é possível vender ou contratar um trabalhador para trabalhar na banca. A busca por bancas cadastradas é grande, já que os camelôs têm a esperança de que serão contemplados com boxes nos futuros *shoppings* populares. Há uma proibição da atividade do comércio ambulante num raio de 300 metros das proximidades de imóveis do patrimônio histórico.

Durante a pesquisa de campo, o Projeto de Lei 121 estava tramitando na Câmara e previa a concessão dos espaços públicos para a iniciativa privada, uma terceirização da

## SEGUNDO OS AMBULANTES, A DEMANDA POR COMPRA DE LICENÇAS SEM AUTORIZAÇÃO TEM CRESCIDO





gestão de mercados e feiras. O projeto não contava com o apoio do sindicato de feirantes e recebia críticas de lideranças políticas que viam com grande risco colocar o setor de abastecimento da cidade nas mãos da iniciativa privada. O projeto não foi aprovado.

Os órgãos da prefeitura que tratam da questão do comércio informal no município são a Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SEMPAB) e o Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (IMPLURB).

A SEMPAB trata da 'política de promoção, fiscalização e gerenciamento da atuação do comerciante informal de Manaus, além da gerência do sistema produtivo, levando aos centros de comercialização, estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento, que atua diretamente nos segmentos de produção rural, abastecimento, comércio informal, mercados e feiras'(site SEMPAB).

A secretaria conta com os seguintes programas:

- Revitalização de feiras e mercados;
- Reorganização do comércio informal;
- Cadastramento de feirantes;
- Feiras itinerantes nos bairros;
- Atendimento e apoio técnico ao setor primário.

Já o Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano – IMPLURB tem como objetivo realizar o planejamento e ordenamento urbano da cidade (plano diretor, mudanças urbanísticas e projetos).

Na tentativa de retomar a fiscalização e controle do espaço público, a prefeitura tem intensificado o controle dos ambulantes, especialmente com relação aos ambulantes de produtos alimentícios e sem cadastro, que não tem como comprovar a origem dos seus produtos. A orientação da SEMPAB é de que caso alguma irregularidade aconteça, o vendedor e o ambulante devem ser retirados, e o proprietário perder a concessão.

A SEMPAB está conversando com as entidades representativas dos ambulantes para entrar em acordo sobre o ordenamento do centro enquanto o shopping popular não fica pronto. A prefeitura está disponibilizando 16 fiscais na área central diariamente.

## 2. RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

A relação da Sincovam com o poder público é boa, até porque ambos querem a construção de *shoppings* populares para a categoria. Atualmente, o sindicato dos ambulantes está negociando com a prefeitura um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, que é um acordo proposto pelos ambulantes para que haja melhorias nas condições de trabalho nas ruas. Em contrapartida os ambulantes fiscalizariam a vinda de novos ambulantes não-cadastrados.

### 3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

As principais organizações de vendedores de ruas são: o Sindicato dos Vendedores Ambulantes de Manaus (Sincovam) e a recentemente criada, a Associação dos Vendedores Ambulantes do Comércio Informal do Amazonas (Avacin). Existe também o Sindicato Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus (Sindifeira).

O Sincovam foi criado há seis anos e representa o comércio de vendedores ambulantes de Manaus. Possui 2.134 sócios, que vendem as mais diversas mercadorias, desde artigos de vestuário, bijuterias, eletrônicos, comidas e bebidas e prestam serviços de concertos. O presidente do sindicato está no segundo mandato, e é camelô desde 1982.

O sindicato possui a carta sindical e tem vinte pessoas que compartilham as decisões, incluindo seis membros da diretoria. Estima-se que a proporção de homens e mulheres no sindicato seja de 50% cada. A diretoria convoca os associados e faz reunião a cada dois meses em cada rua do centro para tratar do andamento das atividades e planejamento dos trabalhos. Além disso, eles realizam assembléia interna tal como previsto em estatuto.

O sindicato tem boa relação com a prefeitura e poder público em geral. Alegam que o momento é favorável à tentativa de parcerias, pois é a primeira vez depois de quinze anos que a prefeitura busca o sindicato para colaborar na fiscalização e ordenamento do centro.

Em Agosto de 2011, o Sincovam realizou uma consulta pública da qual participaram 9.714 pessoas para conhecer a opinião sobre a instalação dos camelôs em *shoppings* populares provisórios. O resultado da pesquisa foi de 97% dos votantes se manifestaram a favor da proposta. Esse plebiscito foi entregue aos órgãos públicos competentes numa tentativa de retomar a construção do *shopping* popular.

O Sindicato tem boa relação com a iniciativa privada, a câmara de dirigentes lojistas de Manaus-CDLM, Associação comercial, Prefeitura Municipal de Manaus, Governo do Estado, dentre outros. Segundo Raimundo Nonato, presidente do Sincovam, eles buscam dialogar com os setores e esperam consultados quando o assunto é a venda ambulantes.

Para o Sincovam, seria primeiramente importante trabalhar em áreas prioritárias especialmente na parte central da cidade. Ao mesmo tempo eles reconhecem que muitos ambulantes têm mais de uma banca e a se opõem a mudar para os *shopping* populares para não perder suas bancas ou lojas, pois nos *shoppings* populares somente será permitida uma unidade por camelô.

Entre os temas considerados importantes na agenda de luta da categoria estão: possibilidades de crédito bancário para os ambulantes, modernização das bancas, representação política frente ao poder público e setor privado, além de oportunidades de parcerias para formação empreendedora.

De acordo com o sindicato, também é importante melhorar as condições de saneamento das vias públicas da cidade assim como sua limpeza; reformar o espaço público, especialmente as calçadas; além de criar condições melhores de trabalho para abrigar os ambulantes durante todo o ano – levando-se em conta que em Manaus, no inverno, chove

durante seis meses e isso afeta diretamente o trabalho dos ambulantes e conseqüentemente, a renda das famílias que trabalham no comércio nas ruas.

O sindicato não tem poupado esforços para sensibilizar a população e aos tomadores de decisão sobre a construção dos *shoppings* populares. Já tiveram cinco audiências públicas e duas tribunas populares na câmara de vereadores. Os dirigentes consideram importante que seja levada em conta a capacidade de pagamento de aluguel ou taxas pelos ambulantes nestes locais para que os valores sejam adequados a realidade financeira desses vendedores de modo que o custo não inviabilize o trabalho. Além disso, caso a iniciativa privada seja a responsável pela construção e administração desses espaços, é necessário que a relação entre ela e os camelôs seja intermediada pela prefeitura.

Já a Associação dos Vendedores Ambulantes do Comércio Informal do Amazonas (Avacin) foi criada há pouco mais de seis meses. Não foi possível entrevistar as lideranças da associação no momento da pesquisa. O que se percebeu é que ainda não havia uma agenda comum de trabalho conjunto com o Sincovam.

O Sindicato Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus (Sindifeira), por sua vez, é um sindicato parceiro do Sincovam. Representa os feirantes que vendem produtos alimentícios, lidando também com trabalhadores que atuam nas ruas da cidade. Compartilha da mesma agenda com relação ao ordenamento dos ambulantes. Seus representantes lutam para que o governo municipal disponibilize espaços para abrigá-los. Para eles, atuar nas ruas precariza ainda mais as condições de trabalho, pois os ambulantes enfrentam uma situação mais vulnerável considerando os riscos às intempéries do tempo, exposição a possíveis atos de violência e insegurança.

Em Manaus, os feirantes são essenciais para a economia da cidade, pois o abastecimento da cidade é feito pelas feiras públicas. Segundo a lei orgânica municipal, o Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus representa a comunidade na comissão de abastecimento, um órgão técnico de apoio ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

### 4. ALIADOS

Durante a pesquisa de campo, não havia nenhuma articulação das organizações de vendedores ambulantes com outras entidades da sociedade civil organizada. O Comitê Popular da Copa de Manaus, criado em Agosto de 2011, está ativo com mais de 40 organizações da sociedade civil, porém os ambulantes ainda não participam desse espaço. O principal objetivo do comitê é monitorar as obras da Copa e assegurar que os movimentos populares e comunidades sejam representados e possam se manifestar contra os abusos.

Seria importante que os vendedores ambulantes se fizessem representar nesse espaço. Há uma preocupação do comitê popular em promover maior participação do judiciário e legislativo nas suas reuniões. O que se percebe é que os sindicatos, por sua



vez, estão se concentrando em estabelecer uma agenda mais comercial e articulando com outros setores. O Sincovam e o Sindiferia têm o apoio da Central Única de Trabalhadores - Manaus (CUT-MA).

Segundo o presidente do Sincovam, os ambulantes têm sido contemplados em políticas públicas com as propostas reais de construção de equipamentos, como *shoppings* populares, crédito para fomento oferecido pelo Governo do Estado, e curso de formação gratuito oferecido pelo SEBRAE. Segundo o presidente, 40% dos camelôs registrados fizeram capacitação com órgão.

Já com relação às feiras populares, onde também são encontrados ambulantes, segundo um parlamentar do município, 'as feiras e os mercados populares têm o estigma de ser um lugar onde pobre compra. A classe média compra nos supermercados. Isso faz com que o setor público não se preocupe com a categoria, os locais são de higiene precária, falta local para refrigeração das mercadorias, dentre outros problemas que precisam ser tratados'.

## 5. IMPACTO DA COPA

Os ambulantes ainda não percebem nenhuma mudança e não têm conhecimentos sobre os possíveis impactos que poderão ter nos seus negócios com a vinda da Copa do Mundo para a cidade.

As obras ainda não foram definidas, as informações não são claras, os projetos de mobilidade urbana estão parados, assim como a obra no aeroporto. O maior impacto para a população será o monorail de linha de 20 km da zona leste a zona central, que é de responsabilidade do governo estadual.

Durante reunião de lançamento do comitê popular da Copa, a principal reclamação das organizações sociais, é de que as audiências não estão mobilizando as comunidades e há uma carência de informação geral.

Os movimentos populares afirmam que a prefeitura não está discutindo sobre as remoções das comunidades, e o tema também não tem sido amplamente discutido na Câmara. A sensação do comitê popular é de que o projeto da Copa não está muito socializado com a população.

Resumidamente as principais obras relacionadas à Copa do Mundo são:

- Requalificação e planejamento para a desocupação dos igarapés;
- O estádio Arena da Amazônia que será construído. O estádio anterior está sendo demolido. O novo estádio terá capacidade para 48.000 assentos, e tem previsão para estar pronto no primeiro semestre de 2013 para receber os jogos da Copa das Confederações, anterior a Copa do Mundo;

- As obras de mobilidade urbana: monorail ou VLP ou VLT (coletivos de média capacidade). Alguns setores acreditam que o monorail não será construído a tempo. O monorail terá a capacidade de transportar 200 mil passageiros por dia e terá 20 km de extensão sendo orçado em R\$1,3 milhões;
- Construção de cinco hotéis;
- Programa de segurança pública: programa ronda do bairro e concurso par 2,5 mil policiais;
- Construção de campo de treinamento de atletas;
- Ampliação do porto de Manaus para receber os navios de turistas e que estes possam funcionar como hotéis;
- Reforma do aeroporto e obras do entorno;
- Revitalização do centro de Manaus com a construção de espaços para abrigar os camelôs.

## 6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A presente pesquisa pôde identificar inicialmente as principais organizações representativas dos vendedores ambulantes. Ficou evidente que o debate sobre a venda ambulante em Manaus é muito incisivo no tema da promoção dos *shoppings* populares. Nesse sentido, torna-se importante conhecer melhor as propostas que estarão sendo discutidas quando do estabelecimento dos *shoppings* populares e se os ambulantes se vêem completados e forma justa e sustentável para exercer suas atividades nesses espaços.

Torna-se importante fortalecer as organizações com informação, e acompanhar os processos decisórios das organizações representativas para garantir este inclusivo e que representem a voz de todos. Além disso, torna-se essencial promover um maior debate sobre o tema na agenda municipal, incluindo o debate com outras lideranças que venham a ter outras opiniões e propostas para a categoria.

Constitui-se um desafio dar continuidade ao trabalho de campo no sentido de reconhecer outras lideranças que tenham uma visão diferente e que possam contribuir nas decisões e organizações da categoria.

Outro ponto importante que deverá ser abordado é a formação de lideranças femininas. Todas as lideranças entrevistadas eram homens e as organizações não se preocupam em ter representantes das ambulantes nas tomadas de decisão.

## REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Marcio Andre Araujo de. **Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus**, Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.



## I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade de Natal é capital do estado do Rio Grande do Norte, estado do Nordeste Brasileiro. Possui como principais atividades econômicas o turismo, o comércio, a indústria e a construção civil. Essa diversidade contribui para coexistência de um perfil socioeconômico bastante heterogêneo de seus habitantes. É possível encontrar áreas tradicionais da economia marcadas pela precariedade laboral e social, assim como outras áreas de grande expansão e crescimento de renda elevado.

Segundo o IBGE, Natal possui um índice de pobreza de 40% (2010), um percentual de 34,4% de famílias no estado com rendimento mensal familiar *per capita* de até meio salário mínimo (2008), sendo um dos melhores índices socioeconômicos do Nordeste e uma das menores desigualdades sociais do país<sup>1</sup>.

Assim como outras médias e grandes cidades brasileiras, Natal observou um grande crescimento da economia informal a partir da década de 1990, do qual passou a englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores. Paralelamente a esse aumento, tem-se o crescimento de outras formas de trabalho não-regulamentadas pela legislação trabalhista, que podem ser vistas como participantes de um contexto de precarização do trabalho (Alves; Tavares, 2006, p 428).

Em Natal os vendedores ambulantes estão presentes na vida cotidiana da cidade. A zona leste, considerada centro da cidade, além de dispor de diversos comércios, serviços e prédios governamentais, é uma área caracterizada por forte presença de trabalhadores da economia informal, sejam eles ambulantes, camelôs, trabalhadores de quiosques, entre outros. Nesta zona, encontram-se os bairros de Alecrim e Cidade Alta, onde há uma expressiva presença de comércio ambulante, além dos dois principais camelódromos ou shoppings populares da cidade.

Os camelôs e vendedores ambulantes do centro da cidade atuam principalmente juntos aos bairros de concentração de lojistas

803.739  
HABITANTES

10.369.581  
PIB (R\$)

18%  
DESEMPREGO

40%  
ÍNDICE DE  
POBREZA

colocando-se paralelamente aos estabelecimentos comerciais dos bairros Cidade Alta e Alecrim, onde também existem os camelódromos.

Além disso, é possível perceber a distribuição de vendedores ambulantes em outros pontos da cidade, considerados de localização estratégica, onde há grande fluxo de pessoas. Eles estão em calçadas e canteiros das ruas próximas às universidades e escolas da capital, aos *shoppings centers*: *Midwall Via Direta* e *Natal Shopping*, a bancos e hospitais, nos pontos de ônibus e orla marítima, nas praias urbanas (calçadas, areia e/ou feirinha de artesanato), especialmente de Ponta Negra. A estimativa é que para cada calçada de *shopping center* atuem em torno de 15 a 20 camelôs.

Os vendedores ambulantes de Natal vendem diversos tipos de mercadorias que vão desde comida e bebida a peças de vestuários, CDs e DVDs piratas, artigos eletrônicos, celulares, nos camelódromos, além artigos de artesanato típicos da cidade, feitos de palha, bordados, bijuteria de sementes e roupas de algodão, vendidos nas feirinhas.

É possível observar nas ruas do centro que os vendedores ambulantes fixaram muitos de seus pontos de venda, descaracterizando a atividade de ambulante e passando a se tornar camelôs de ponto fixo. Suas barracas são inclusive presas com cadeados na tentativa de garantir esse espaço.

Ainda que seja possível perceber as diferentes manifestações do comércio informal, as condições de vulnerabilidade e precariedade de sua realização estão presentes em

todas as formas. O vendedor ambulante ou camelô não dispõe de espaços seguros, fica sujeito às intempéries do tempo e ainda leva o estigma da categoria que está relacionado à marginalidade.

Durante a pesquisa de campo, os permissionários de boxes dos camelódromos foram muito enfáticos quando questionados sobre a falta de continuidade de políticas públicas para o setor. Reclamaram que foram esquecidos pelo município e que apesar de terem espaços para trabalhar, a sua localização e estrutura disponível não favorecem a busca e continuidade de clientela.

Além das formas tradicionais da venda ambulante na cidade, os vendedores ambulantes também podem participar do fornecimento de bebidas e comidas para um grande evento, o Carnatal, que acontece a cada ano no mês de Dezembro. O evento, considerado

um carnaval fora de época, reúne muitos foliões do Estado e turistas de todo o país. A Prefeitura limita o número de ambulantes cadastrados para vender nas proximidades da passagem dos trios elétricos. Para o presente ano abriram cerca de 350 vagas para vendedores ambulantes nos dias do evento. Outra forma de presenciar a venda ambulante

## VENDEDORES AMBULANTES FIXARAM MUITOS DE SEUS PONTOS DE VENDA, DESCA- RACTERIZANDO A ATIVIDADE

na cidade é a venda próxima aos estádios na ocasião de partidas de futebol.

Natal não tem legislação específica para a regulação do comércio ambulante. A lei orgânica do município não trata especificamente das questões da venda informal. Regulamenta as questões das responsabilidades municipais de forma ampla.

Segundo titular da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR) entrevistado, “não há legislação que possa impedir o trabalho dos ambulantes”<sup>2</sup>. De acordo com ele, “a única recomendação utilizada pela SEMSUR é de que o comércio não sendo ilegal, funcione de forma itinerante, ou seja, não seja fixo”. Sendo assim, não é permitida a ocupação do espaço público, de forma fixa na cidade.

Os vendedores permissionários de ponto fixo, por possuírem licença para atuar em determinados pontos da cidade, possuem maior estabilidade e melhores condições de trabalho. É o caso de feirantes e de camelôs cadastrados pela SEMSUR.

A prefeitura organiza-se em secretarias municipais. A venda ambulante da cidade é administrada pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR, que tem como uma das suas atribuições “normatizar e fiscalizar o comércio ambulante, as bancas de revistas, quiosques, os trailers e demais serviços similares”, assim como a gestão e qualificação das feiras livres da cidade.

Desde 2009 a SEMSUR vem tentando fazer o levantamento e cadastramento dos comerciantes informais do centro: ambulantes, camelôs, trailers e quiosques na pretensão de legalizar 70% dos vendedores que atuam nos espaços públicos da cidade sem licença da prefeitura. Segundo a SEMSUR estão cadastrados 1.600 ambulantes, 1548 feirantes e 222 boxes de mercado (Jornal Tribuna do Norte, 29/09/2009).

Ainda de acordo com a Secretaria, as primeiras fiscalizações feitas junto aos ambulantes têm efeito de notificação, sejam sobre o local impróprio para a venda, ou a irregularidade da atividade desenvolvida. Essa notificação fixa um prazo entre 24 e/ou 72 horas para que deixem o local. Quando o ambulante tem reincidência, seu material pode ser recolhido. Quando recolhido, o material será doado, não retornando ao ambulante. ‘Quando o produto recolhido seja alimento, este é doado às instituições de caridade e se são não perecíveis, são enviados para armazéns da própria SEMSUR’ (Oliveira, 2009). A secretaria utiliza o sistema de rodízio de fiscais em todas as áreas comerciais concentrando 10 a 15 fiscais em cada local por dia de atuação<sup>3</sup>.

Quando há uma chamada da prefeitura para realização de cadastramento, os fiscais vão aos locais de venda e dão um prazo para que se cadastrem. O recadastramento tem se repetido em diferentes gestões municipais não havendo continuidade dos trabalhos anteriormente realizados.

## NATAL NÃO TEM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA A REGULAÇÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE





De acordo a pesquisa feita por Oliveira (2009) “a praia de Ponta Negra, os bairros Cidade Alta e Alecrim, e pontos de ônibus próximos aos *shoppings centers* são os locais mais visitados pelos fiscais da SEMSUR justamente por serem alvos de denúncias de empresários e populares que se dizem prejudicados pela presença dos ambulantes”.

## 2. RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

Percebe-se que as associações classificam sua relação com o poder público como ‘boa’, quando conseguem resolver rapidamente entraves relacionados à atividade cotidiana da venda, como, por exemplo, licenças, impostos, etc. Esse é o caso da Associação da Feira de Artesanato de Ponta Negra.

Porém, quando se trata do tema da construção coletiva de políticas para o setor, a relação é quase inexistente. Não há nenhuma comissão temática nem no poder executivo, nem no legislativo que esteja envolvida na discussão sobre o planejamento da atividade na cidade.

Segundo alguns dos entrevistados, o contato dos camelôs com seus representantes parlamentares eleitos é pontual e limitada, pois eles aparecem somente antes das eleições. Há uma preocupação dos vendedores ambulantes que essa falta de articulação com o poder público venha a prejudicá-los especialmente quando começarem a implementar as obras para a Copa do Mundo nos locais de grande presença de vendedores informais. Eles temem que suas demandas não sejam ouvidas, e que a ameaça de retirada dos ambulantes dos seus postos de trabalho torne-se realidade.

## 3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

Durante a pesquisa de campo não se encontraram lideranças de rua ou associações de ambulantes criadas para buscar melhorias para a categoria. Foi possível entrevistar as Associações de Permissionários dos Camelódromos de Cidade Alta e Alecrim e da Feira de Artesanato de Ponta Negra. Além disso, alguns camelôs do Alecrim, na avenida Bandeira, foram entrevistados aleatoriamente.

Segundo representante do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos essa dificuldade de se encontrar lideranças ou associações de referência representativas dos ambulantes aparece porque “não há mobilização autônoma e os movimentos de trabalhadores informais foram sempre muito ligados às oligarquias e partidos políticos”. Percebe-se, portanto, que existe uma representação para fins comerciais, mas não para a sensibilização a favor da luta pelos interesses da categoria.

O bairro do Alecrim, na zona leste de Natal, realiza desde a época de 1920 uma feira tradicional. O comércio é bastante diversificado, e os ambulantes – 836 bancas e



437 feirantes – vendem frutas, produtos eletrônicos e informática, DVDs, roupas, dentre outros. Também há um comércio de produtos sazonais que atende a pedidos da clientela de acordo à época do ano.

No bairro, há presença de muitos informais, especialmente nas ruas principais próximas às paradas de ônibus, por onde passa um grande fluxo de pessoas que utilizam o

## *EM 1980, A PREFEITURA CONSTRUIU O CAMELÓDROMO SHOPPING PARA TENTAR CONCENTRAR OS AMBULANTES EM UM ÚNICO LUGAR*

transporte público. Estima-se que pelas ruas do Alecrim trabalhem em torno de 500 camelôs (Paris, 2008). Os camelôs vendem em frentes às lojas. Por um lado, alguns lojistas vêm a presença dos camelôs de forma incômoda, outros, acham que os camelôs atraem clientela, porém reivindicam reestruturação das ruas ou deslocamento apropriado dos vendedores ambulantes (Oliveira, 2009).

Em 1980 a prefeitura construiu o camelódromo Shopping dos Pequenos Negócios do Alecrim (Shopene), na tentativa de concentrar os vendedores ambulantes em um único espaço (Oliveira, 2009). Em 1989 foi criada a Associação do Shopping dos Pequenos Negócios do Alecrim para representar os interesses dos seus permissionários e organizar a gestão do shopping popular. Segundo relata o vice-presidente da associação, a organização nasceu a partir das tentativas de organização física com a construção de boxes de madeira.

A associação é legalizada, tem estatuto e quadro de sócios. Segundo o vice-presidente, “eles se reúnem quando precisam”, mas geralmente a cada 45 dias.

De acordo com ele, “depende dos problemas”. Geralmente é o corpo principal diretivo, formado por sete representantes eleitos a cada dois anos, que concentra as decisões. Quando a decisão é tomada, eles comunicam aos associados. Caso o assunto seja de interesse dos sócios, a decisão é tomada em conjunto.

As principais reivindicações dos permissionários do Shopene dizem respeito à realização do trabalho cotidiano comercial são: melhoramento da estrutura física, condições de acessibilidade e modernização dos boxes, necessidade de lugares para alimentação no estabelecimento; e aumento das oportunidades de realização da venda como aquisição de máquinas eletrônicas de pagamentos para cartões de débito e crédito.

Os ambulantes do Alecrim reclamam da precária infra-estrutura urbana e saneamento precário. Há muitos buracos nos canteiros e sujeira nas ruas. Além disso, há uma insegurança, sendo os ambulantes e clientes vulneráveis a possíveis furtos e situações de violência.

Já no bairro Cidade Alta, vizinho ao Alecrim, muitos vendedores ambulantes comercializam seus produtos no final do dia, quando não há fiscalização. Aproveitam esse tempo

para coincidir com o fechamento das lojas e término do expediente dos trabalhadores lojistas. Ao final do dia, desenha-se no ambiente de Cidade Alta, um cenário diferenciado, no qual literalmente, as calçadas da Avenida Rio Branco e Rua Princesa Isabel ficam tomadas de mercadorias, espalhadas pelo chão, transformando o panorama visto durante o dia, período no qual esses vendedores não se instalam” (Oliveira, 2009).

Em 1997 a prefeitura municipal construiu um local para abrigar os ambulantes do bairro<sup>4</sup>. Foi feito um sorteio entre os ambulantes e depois se disponibilizou o local para ocupação. Esse espaço seria mais um camelódromo para a cidade, o Shopping Popular Cidade Alta. O camelódromo possui 452 boxes que vendem diferentes artigos como artigos de vestuário, DVDs e CDs piratas, além de oferecerem serviços de consertos de celulares e relógios.

A prefeitura paga pela energia elétrica do camelódromo. As instalações do local são precárias especialmente com relação à rede elétrica. Inclusive, vários pequenos focos de incêndios já aconteceram no local, colocando em risco a vida dos vendedores e clientes. O Shopping Cidade Alta tem as suas vias de acesso mais amplas e arejadas se comparadas às do Shopene.

No mesmo período, foi criada a Associação Shopping Popular Cidade Alta no intuito de zelar pelos interesses dos permissionários dos boxes do Shopping Cidade Alta. A associação zela principalmente pela sua gestão administrativa e manutenção como limpeza e vigilância. Segundo Adriano Rocha, diretor administrativo da associação, dos 452 boxes, somente 230 deles são ativos. O restante serve de depósito já que seus donos preferem vender nas ruas.

O representante da Associação alega que outros permissionários poderiam fazer melhor uso do espaço cedido, porém Associação não pode interferir, pois somente a prefeitura pode agir e controlar sua ocupação. Ele aponta outros problemas, como por exemplo, o aluguel dos boxes pelos permissionários que, segundo ele, são em torno de 30% a 40% dos boxes existentes, ou seja, o permissionário cede o box para um terceiro. O aluguel varia de \$70 a \$200 reais por mês. Outro problema citado por ele é a grande quantidade de ambulantes instalados ilegalmente nos locais considerados impróprios que teriam mais chances de vender seus produtos por estarem mais próximos à clientela que frequenta o bairro Cidade Alta (Oliveira, 2009). Esse distanciamento dos lojistas e do fluxo de pessoas é uma das grandes queixas dos permissionários desse camelódromo.

*HÁ UM CLIMA DE  
INSEGURANÇA,  
AMBULANTES E  
CLIENTES ESTÃO  
VULNERÁVEIS A  
POSSÍVEIS FURTOS  
E SITUAÇÕES  
DE VIOLÊNCIA*



Com relação às questões de gestão e governabilidade, a Associação Shopping Cidade Alta se reúne somente quando tem que resolver algum problema. Mas, segundo um representante da organização, quem resolve é o presidente da associação. Ele afirma que poucos sócios participam, chegando ao máximo ao número de 15 sócios quando se trata de algo muito importante. A última reunião ampla de sócios aconteceu há um ano.

A associação tem regulamento interno e conta 65% de homens e 35% de mulheres no seu corpo de sócios. A administração do shopping relata que 70% dos ambulantes iniciais que foram contemplados com o local de venda no shopping foram embora por falta de divulgação e apoio.

A associação enfrenta problemas de dívidas financeiras aos funcionários e não possui recursos para realizar investimentos. As principais demandas dos permissionários são: melhoramento das instalações especialmente no relacionado à manutenção e melhoria da rede elétrica (os vendedores têm muito medo de incêndio, pois além da rede ser muito antiga, esta se encontra sobrecarregada) e realização de ações de promoção das vendas e marketing do local: segundo a associação, o local é muito abandonado e não há divulgação junto à clientela.

Com relação aos vendedores informais, a associação acredita que será necessária uma reorganização dos ambulantes, incluindo a emissão e revisão das licenças e revisão das condições de permissão dos boxes nos shoppings populares. Além disso, acreditam que é importante dar uma melhor visibilidade aos trabalhadores da economia informal que em muitas vezes vistos como marginais, e para isso, seria necessário rever as políticas públicas para o setor.

## 4. PRINCIPAIS ALIADOS

Os vendedores informais de Natal não têm articulação com o movimento sindical. O Comitê Popular da Copa de Natal é um comitê pequeno e bastante coeso, formado por profissionais liberais e organizações da sociedade civil organizada. Eles demonstram estarem sensibilizados com as questões dos vendedores informais, especialmente no que diz respeito à violação dos direitos humanos. Algumas organizações que participam do Comitê Popular da Copa são: Coletivo Leila Diniz, Comitê 9840, Cedeca Casa Renascer, Instituto Sabino Gentile, dentre outras.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) há também a iniciativa do observatório das metrópoles, que envolve especialmente professores dos cursos de geografia e arquitetura e urbanismo. Eles estão desenvolvendo diferentes estudos sobre os impactos na infraestrutura urbana e social da Copa na cidade. Eles também participam das atividades do comitê popular da Copa local.

Os vendedores ambulantes não têm muita articulação com os três poderes na esfera

local. Porém quando há algum tipo de conflito, recorrem primeiramente à prefeitura para resolvê-lo, somente depois recorrem aos vereadores e deputados, mas ainda assim, de forma limitada, sem muita referência.

## 5. IMPACTO DA COPA DO MUNDO

Em Natal há uma grande desinformação e descontentamento pela falta de diálogo entre governo e sociedade civil sobre as obras relacionadas à Copa do Mundo. Sabe-se que há uma preocupação dos governos municipal e estadual em minimizar as remoções, especialmente por causa dos projetos de mobilidade urbana que terão que ser construídos na cidade.

Estima-se que 670 famílias serão afetadas no projeto inicial, e a prefeitura ainda está desenvolvendo um plano para diminuir este impacto. Além disso, estima-se que foram gastos 30 milhões em estudos. Com relação às obras, serão no total onze intervenções em avenidas em vias estruturais.

Há ainda muita especulação sobre as possíveis mudanças urbanas que acontecerão com a vinda da Copa, mas não há um canal de diálogo direto entre a prefeitura e os trabalhadores informais. As possíveis mudanças na cidade são acompanhadas pela mídia e a informação que surge primeiramente é sobre o estádio. O projeto inicial do estádio Arena das Dunas foi modificado. A prefeitura doou para o Estado, o Estado vai dar concessão por 25 anos para a iniciativa privada.

Apesar ainda das mudanças serem poucos visíveis, alguns ambulantes já estão sofrendo os impactos das obras da Copa. Muitos dos que vendiam nas proximidades dos estádios tiveram que mudar de local de venda ao redor ou a caminho do estádio. Segundo pesquisadores do observatório das metrópoles, os jogos agora são mais distantes, porque estão acontecendo em um clube de futebol privado. Os pesquisadores acham difícil que os mesmos vendedores tenham se mobilizado para o novo local por causa da distância do estádio que fica fora de natal.

Segundo representante do comitê popular da Copa, os ambulantes foram para o campus universitário ou suas proximidades, e para as paradas de ônibus da cidade, em geral pontos de grande fluxo de pessoas.

Quanto aos permissionários entrevistados dos shoppings populares, eles acreditam que não sofrerão nenhuma remoção e não têm nenhuma informação sobre as exigências

*O COMITÊ POPULAR  
DA COPA DE NATAL  
É FORMADO POR  
PROFISSIONAIS  
LIBERAIS E  
ORGANIZAÇÕES DA  
SOCIEDADE CIVIL  
ORGANIZADA*

da Fifa com relação às mercadorias, praças dos torcedores, zonas de exceção, dentre outros. Já os movimentos sociais afirmam que a prefeitura tem feito somente estudos, mas nenhuma ação foi encaminhada.

Entre as preocupações dos movimentos sociais que participam do comitê popular da Copa estão:

**1. As questões relacionadas ao direito à moradia.**

O maior impacto sentido até o momento foi o da construção do novo estádio de futebol, o Arena das Dunas. As remoções para a construção dos projetos de mobilidade urbana ainda estão por acontecer e o que se sabe é que há um desejo da prefeitura e do governo do estado para que este seja o menor possível. Contudo, sabe-se que há uma grande especulação imobiliária em novas áreas e áreas turísticas, as áreas próximas ao rio serão reurbanizadas e há um forte perigo de expulsão dos moradores dessas áreas, além das famílias que terão que serem removidas para a construção das obras para o evento. Além disso, muitos moradores tiram sustento familiar possuindo pequenos negócios nas suas casas: mercadinhos, bancas de venda de alimentos e bebidas, dentre outras.

**2. Falta de estabelecimento de espaços colaborativos e decisão.**

Segundo o comitê da Copa, a prefeitura e o governo somente informam sobre as decisões tomadas no planejamento.

**3. Falta de clareza das informações e de estabelecimento de canais de comunicação mais transparente.**

Os vendedores ambulantes não possuem informações atualizadas sobre as possíveis mudanças na cidade e não sabem como as questões relacionadas à zona de exceção, assim como às limitações de venda devido a lei da Fifa irão afetar suas atividades.

O maior desafio é com relação à necessidade de identificação e fortalecimento de lideranças representativas dos vendedores ambulantes. Durante a pesquisa, não se conseguiu identificar as lideranças da categoria na cidade, e segundo trabalhadores locais, elas não existem. Outro desafio vinculado a este é a identificação de lideranças femininas.

A organização dos vendedores ambulantes é muito frágil, se limita basicamente à atividade comercial, não havendo vínculos sociais entre indivíduos e organizações que lutam conjuntamente para o estabelecimento de políticas para o setor.

Da mesma forma, será necessário fortalecer os vínculos com a universidade, os institutos de pesquisa e a sociedade civil organizada para que esse setor da economia comece a ser visualizado e repensado por todos. Outro desafio é com relação à formação

de dados sobre o perfil da economia informal de Natal, incluindo desagregação de dados sobre os vendedores, questões sobre os imigrantes, jovens e mulheres.

## 6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A pesquisa de campo em Natal evidenciou que os impactos da Copa ainda não foram sentidos nem pelos ambulantes nem pela sociedade civil em geral. Há uma expectativa sobre possíveis mudanças na estrutura física urbana, mas tudo ainda muito especulativo, já que a informação ainda não é clara e precisa.

Torna-se necessário fomentar o debate sobre estes impactos na economia informal nos espaços já formados como o comitê popular da copa e fortalecer esforços conjuntos nas cidades juntamente com outras organizações que estão promovendo o debate sobre o evento: observatório das metrópoles, ICM-Internacional da Construção e Madeira, Central Única de Trabalhadores, Ministério Público e Defensoria Pública. Além disso, buscar promover o debate sobre o tema da economia informal no executivo, legislativo e judiciário municipal e estadual com o estabelecimento de comissões, através da pressão das organizações da sociedade civil organizada.

Esse debate amplo deverá levar a uma criação de um canal de articulação e negociação social que possa atender às principais reivindicações do setor.

## NOTAS

1. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Natal\\_\(Rio\\_Grande\\_do\\_Norte\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Natal_(Rio_Grande_do_Norte))
2. Entrevista dada ao jornal Diário de Natal em 11 de setembro de 2011.
3. Idem
4. Rua Ulisses Caldas, centro, perpendicular a av. Rio Branco.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A Dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In **Riqueza e miséria do trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NASCIMENTO, Gerson Gomes do. **Shopping-centers**: elementos de (re) produção urbana na zona sul de Natal-RN. 2003. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

OLIVEIRA, Joima de Deus; **Trabalhadores por conta própria**: o trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e do Via Direta. Dissertação do Mestrado Serviço Social, UFRN, Natal, 2009.

[www.pmf.gov.br](http://www.pmf.gov.br). **Site da Prefeitura Municipal de Natal**

## I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade de Porto Alegre está situada na região sul do Brasil, e apresenta os maiores índices de desenvolvimento econômico e social do país. Recebeu altos fluxos de imigração de várias regiões da Europa no século XIX, que influenciaram no veloz crescimento e desenvolvimento urbano da cidade. A metrópole tem grande parte da economia no setor primário e secundário, e recentemente passou a apresentar crescimento da contribuição do setor de serviços no setor econômico<sup>1</sup>.

Não foram encontradas estatísticas públicas sistematizadas sobre o número de vendedores informais em Porto Alegre. No entanto, algumas lideranças calculavam, antes do estabelecimento do Centro Popular de Compras, em 2007, a existência de aproximadamente quatro mil vendedores na região central da cidade. Este número inclui, além dos vendedores informais de mercadorias de utilidade, ambulantes itinerantes de alimentos e bebidas. A entidade representativa vendedores itinerantes possui aproximadamente 2.400 cadastrados, que são conhecidos como “fim de linha”, por venderem em terminais de ônibus e trens nos bairros da cidade.

Os produtos vendidos no Shopping Popular, que abarca os vendedores informais que costumavam vender no centro, são em geral eletrônicos chineses e confecções. Os ambulantes itinerantes, os únicos autorizados a vender nas ruas do centro, comercializam alimentos perecíveis como churrasco, bebidas, doces, algodão doce, pipoca, cachorro quente etc. Nos bairros de Porto Alegre são encontrados vendedores informais de produtos perecíveis e não perecíveis vendidos regularmente. No entorno dos estádios, a uma distância de aproximadamente 30 metros da entrada, são encontrados vendedores informais comercializando lanches e bebidas, além de artigos de torcida dos times que vão jogar.

Nas feiras de artesanatos, assim como nas feiras de economia solidária, são comercializados artesanatos feitos de elementos

1.409.351  
HABITANTES

37.787.913  
PIB (R\$)

7%  
DESEMPREGO

5.000  
VENDEDORES  
INFORMAIS

23,74%  
ÍNDICE DE  
POBREZA



naturais (bioartesanato), além de produtos alimentícios, roupas e objetos que imprimem a cultura local.

De acordo com Martins (2004), os vendedores ambulantes são caracterizados por formarem um grupo heterogêneo. Sua pesquisa mostra que além dos comerciantes informais cadastrados na prefeitura, há ainda um contingente de vendedores informais que exerce a atividade de forma irregular e outro segmento que opera comercializando produtos ilegais<sup>2</sup>.

A Lei nº 3.187 de 24 de Outubro de 1968<sup>3</sup>, que por muitos anos regulamentou o comércio ambulante no município de Porto Alegre, foi alterada em 2006 quando o Centro Popular de Compras (Shopping Popular) foi inaugurado. As leis que regulam atualmente o comércio ambulante no município dividem os vendedores informais entre os que vendem produtos perecíveis e não perecíveis.

Os trabalhadores que vendem mercadorias de utilidade passaram em 2006 a ser normatizados pela Lei nº 9941, que determina a mudança da denominação oficial da profissão de camelô para a de comerciante popular. A lei determina que os vendedores informais situados na região central da cidade podem vender apenas no Centro Popular de Compras, que funciona de acordo com o Decreto nº 16.101 de 2008, enquanto os vendedores informais de outras regiões das cidades (bairros) são autorizados a vender regularmente nas áreas públicas.

No Centro Popular de Compras (CPC), a prefeitura emite dois tipos de licença de comercialização, o alvará provisório – a título precário – que deve ser renovado anualmente e que o município tem o poder de cassar, e o alvará definitivo, mediante cadastro na categoria Micro Empreendedor Individual (MEI), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que prevê contribuição para a previdência social, o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Os vendedores informais que vendem produtos perecíveis são autorizados a comercializar nas ruas e são regulamentados pelo *Decreto nº 15.464 e pela Lei nº 9.720, de 2005, que estabelece normas para o comércio ambulante nas áreas públicas, e normatiza a concessão de licença para o exercício da venda de produtos alimentícios como churrasquinho, cachorro-quente, refeições rápidas, bebidas não alcoólicas etc. em vias e logradouros públicos*. Estes vendedores informais devem seguir padrões de estética e higiene estabelecidos pela prefeitura.

Com exceção dos comerciantes do CPC, todos os demais ambulantes da cidade possuem o alvará a título precário, que deve ser renovado anualmente. A legislação permite o cadastro de até dois auxiliares e a autorização de venda é hereditária, passando de pai para filho, de forma que novos vendedores não podem ser legalizados, pois dificilmente novas vagas são abertas.

A secretaria municipal responsável pela emissão do alvará de autorização de venda na rua é a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC). Embora não haja frequentemente abertura de novas vagas de comercialização no espaço público, devido ao fato de a autorização municipal ser hereditária e de novas vagas não serem criadas, a

SMIC dispõe de um procedimento de solicitação de alvará. Representantes de organizações de vendedores informais consultados declararam que apesar da inexistência de vagas disponíveis no centro, é possível conseguir alvará para comercialização no espaço público em bairros como Assis Brasil, Resenha, Azen, Praça Parobé, Viaduto Conceição e Bonfim.

Algumas lideranças destacaram que não há grande incidência de violência policial no processo de fiscalização da SMIC. A apreensão de mercadorias de trabalhadores sem licença de venda segue, na maioria das vezes, o procedimento de lacre e de disponibilizar a retirada do produto sob a apresentação de nota fiscal e pagamento de multa (ainda que a multa normalmente seja mais cara que a mercadoria e, portanto, o ambulante irregular não consiga pagar).

No entanto, o principal problema destacado em relação à atitude da SMIC e da Prefeitura em relação ao comércio informal, é a constatação de que a instituição do Centro Popular de Compras (CPC) na região central da cidade significou a realização de um projeto de limpeza urbana de exclusão definitiva dos vendedores informais das ruas. O processo de negociação do poder público com os vendedores informais para a construção do CPC resultou no acordo de que a comercialização informal nas ruas do centro ficaria proibida.

De acordo com os trabalhadores entrevistados, a medida foi tomada para evitar que os comerciantes populares que fossem remanejados das ruas para o camelódromo tivessem sua renda familiar ameaçada pela concorrência com o comércio informal nas ruas entorno do CPC. No entanto, a proibição da venda nos espaços públicos do centro de Porto Alegre resultou no controle estrito da atividade e a expropriação do espaço público para a comercialização informal, atividade que historicamente assegurou a subsistência de trabalhadores que se encontram em situação de grande vulnerabilidade social.

## 2. RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

O estabelecimento do Centro Popular de Compras (CPC) foi a principal medida do poder público em relação ao comércio informal nos últimos anos. A instituição do shopping popular, que alterou a legislação que regulamentava o comércio informal, significou uma mudança no paradigma da cidade. Existem diferentes visões sobre o processo de instauração do CPC, que ilustram as percepções existentes sobre a atitude das autoridades municipais em relação à venda ambulante.

Os representantes de organizações de vendedores informais de Porto Alegre se dividem entre aqueles que defendem que o camelódromo ofereceu vantagens sólidas aos trabalhadores, que ao saírem das ruas para um ambiente fechado e regulamentado deixaram de ser expostos ao abuso policial e eventualidades climáticas, além de contar com mais segurança, estabilidade e dignidade; e aqueles que defendem diferentemente, que o camelódromo fez parte de um processo de encarceramento e isolamento dos ambulantes e de criminalização da profissão àqueles que foram excluídos do processo de regularização.





Os que defendem a segunda opção pontuam que para se manter dentro do CPC, é preciso ser capitalizado e capaz de arcar com o aluguel e condomínio cobrados pela empresa administradora do local, e que aqueles que não conseguem realizar os pagamentos em dia são despejados do espaço de venda.

Para compreender o projeto de construção do camelódromo, é preciso remontar o processo de diálogo com a prefeitura, o cadastramento e o início do funcionamento do shopping popular.

Parte significativa dos representantes de organizações de vendedores informais entrevistados defende que no início da elaboração do projeto do CPC existiam cerca de 800 ambulantes nas ruas do centro, e que o processo de cadastramento incluiu todos os vendedores de rua da região. O planejamento do camelódromo contou com o diálogo entre a prefeitura e os comerciantes informais, além de audiências públicas que resultaram na incorporação de propostas dos ambulantes no projeto arquitetônico do shopping popular. Os vendedores informais, com base no levantamento de outras experiências de camelódromos Brasil a fora, exigiram que o shopping popular fosse horizontal e não vertical como no projeto original. O processo de cadastramento ainda deu prioridade e ofereceu os boxes mais bem localizados a 60 deficientes visuais.

As entidades representativas de vendedores informais que se opõem ao projeto do camelódromo não discordam do fato de ter existido diálogo no projeto de estabelecimento do CPC, no entanto, assim como urbanistas da ONG Cidade que acompanharam o processo de negociação, defendem que a construção do camelódromo foi um artifício da prefeitura para convencer os camelôs no seguinte discurso: o direito de serem comerciantes, de que a rua é precária e que o shopping popular realizaria o “sonho de dignidade”. Os entrevistados que defendem essa perspectiva avaliam que antes do estabelecimento do camelódromo havia 4quatro mil comerciantes no centro, e que a prefeitura reconheceu e incluiu no projeto do shopping popular apenas 840.

Independentemente das divergências entre representantes das diversas organizações, todos relataram que pouco antes do início do projeto de construção do CPC, a prefeitura sinalizou aos vendedores informais que o município iria “revitalizar” e “reorganizar” o espaço público da região central da cidade, e que o projeto não era compatível com a ocupação dos espaços de interesse pelo comércio informal. Por outro lado, o shopping popular era bem quisto pelos vendedores informais que nas ruas tinham de gastar com carrinho, carregador, estacionamento, além de estarem expostos a chuva, sol e assaltos ao depósito onde armazenavam a mercadoria. Foi neste contexto que as entidades representativas de ambulantes então existentes se mobilizaram para participar do projeto de construção do camelódromo.

Embora o processo de negociação do camelódromo tenha sido participativo, as conversas não transpareceram que a prefeitura planejava estabelecer uma parceria público-privada para a administração do terreno público cedido ao shopping popular. Também não foi colocado que a lógica empresarial da administradora na gestão do CPC prevaleceria sobre o direito ao trabalho, sem nenhuma intervenção da prefeitura. Os urbanistas da



ONG Cidade defendem que a administração empresarial do CPC estabelece uma lógica darwinista, onde vendedores competem entre si, comercializam produtos parecidos e têm de pagar aluguel no valor aproximado de um salário mínimo por box, além do condomínio (segurança, limpeza, conservação), e caso não consigam pagar são expulsos. Os únicos vendedores que conseguem sobreviver são aqueles mais capitalizados, sobretudo que vendem produtos eletroeletrônicos.

Algumas entrevistas apontaram para o fato de que esses vendedores mais capitalizados são aqueles que têm condições de pagar o contrabando de mercadoria chinesa. Os vendedores que não têm poder aquisitivo para comprar esses produtos, não conseguem lucrar o suficiente para pagar a administradora, se mantêm com muita dificuldade, muitas vezes tendo que ceder o espaço de venda a comerciantes mais fortes, que pressionam para alugar o box. Foi citado também entre as organizações de ambulantes que o camelódromo tem sido palco de disputa de lojistas da região que se interessaram na oportunidade de negócio e no movimento de pessoas. Estes lojistas por vezes alugam até três boxes e fazem pequenas lojas.

A organização que se opõe à lógica empresarial existente no CPC, a Associação Feira Rua da Praia (ASFERAP), denuncia que cerca de 50% dos ambulantes que foram transferidos das ruas do centro para o shopping popular foram despejados por não conseguirem pagar o aluguel e condomínio, sem nenhuma intervenção da prefeitura.

Por outro lado, a Associação dos Comerciantes do Centro Popular de Compras de Porto Alegre (ACCPC-POA) defende que a administração municipal, embora negligente e permissiva quanto à lógica empresarial imposta pela administradora, faz “vista grossa” aos produtos eletrônicos piratas comercializados no camelódromo, com a intenção de possibilitar que os vendedores pequenos se capitalizem, criem condições de crescer e se adaptar a lógica econômica de pequeno comerciante.

O diálogo entre os comerciantes informais e as autoridades municipais, ainda que com contradições, existe solidamente e está relacionado à cultura de participação

social do estado do Rio Grande do Sul, que estabeleceu na década de 80 em diversos municípios o Orçamento Participativo (OP), que possibilitou a formação de conselhos temáticos por atores sociais relevantes que discutem a elaboração de propostas para o orçamento municipal do ano seguinte. Diversos representantes de associações de comerciantes informais, juntamente com autoridades municipais, fazem parte de conselhos municipais e fóruns que debatem temas como, por exemplo, trabalho e renda. Este quesito faz a administração pública de Porto Alegre dispor de mecanismos consultivos ou decisórios que institui o diálogo com esses conselhos.

## *CERCA DE 50% DOS AMBULANTES PARA O SHOPPING POPULAR FORAM DESPEJADOS POR NÃO CONSEGUIREM PAGAR O ALUGUEL E CONDOMÍNIO*

O acordo entre os comerciantes alocados no camelódromo com a prefeitura sobre a proibição da venda informal nas ruas do centro permitiu que a gestão municipal determinasse no planejamento urbano do município, um quadrilátero que só autoriza o comércio popular dentro do CPC. Os trabalhadores que vendem irregularmente nas ruas do centro atualmente sofrem fiscalização intensa e correm risco de terem sua mercadoria apreendida. Existe um convênio da SMIC com a Brigada Militar (polícia estadual) para fiscalizar o comércio ambulante no centro.

A relação entre os trabalhadores excluídos de regulamentação e as autoridades municipais não pôde ser mapeado pelo presente relatório, pois não houve contato com trabalhadores nesta situação. De acordo com a Associação Gaúcha Autônoma de Vendedores Profissionais Transitórios, que representa os trabalhadores itinerantes que comercializam alimentos perecíveis e bebidas, a prefeitura não tem preocupação em cadastrar ou licenciar os ambulantes que vendem ao redor dos estádios, mas apenas verifica se estão respeitando a distância estabelecida de 30 metros do estádio. Um trabalhador consultado que vendia bebidas alcoólicas regularmente ao redor dos estádios, disse que há alguns anos a prefeitura cassou as licenças de venda de bebidas alcoólicas.

A regulamentação dos artesãos ocorre através de uma prova para emissão da carteira de artesão realizada pela Casa do Artesão. A prova de artesão pode ser agendada a qualquer dia do ano e é exigida a produção de três produtos diferentes, para assim evitar revenda. Os seguintes critérios são utilizados: ineditismo, acabamento e criatividade. Os artesãos são pontuados, e anualmente a SMIC lança edital para triagem de artesãos que se inscreverem para ingressar nas feiras de artesanato. As maiores pontuações são selecionadas, sendo o júri composto por uma comissão de artesãos e representantes da SMIC. A diretoria das feiras de artesanato se reúne uma vez por mês com a SMIC para resolver questões.

A maior crítica das organizações à atuação da prefeitura em relação ao comércio ambulante é a crescente restrição do espaço público para o uso comercial que vem ocorrendo, atrelada à “revitalização” dos espaços públicos. A preocupação dos ambulantes do Gasômetro, região turística prestes a ser incluída em um projeto de remodelamento urbano, é de que sejam expulsos da área ficando sem meios de subsistência. Outro ponto delicado é a falta de intervenção das autoridades e mesmo conivência com a lógica mercadológica imposta pela administradora do camelódromo aos vendedores.

### 3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

As reivindicações das organizações de vendedores ambulantes no município de Porto Alegre variam de acordo com as condições de venda no espaço público que os diferentes tipos de comerciantes informais exercem. As principais entidades mapeadas são:

**CPCPOA – Associação dos Comerciantes do Centro Popular de Compras de Porto Alegre**

- conquistar alvará definitivo (atrelado a categoria MEI) para todos os ambulantes do CPC (muitos ainda estão com autorização a título precário);
- estabelecer uma relação comercial mais justa entre administradora e vendedores.

**ASFERAP – Associação Feira Rua da Praia**

- intervenção pública para assegurar relação comercial justa e solidária entre a administradora do camelódromo e os vendedores;
- Criar novos espaços públicos para a venda informal.

**Associação Gaúcha Autônoma de Vendedores Profissionais Transitórios**

- garantir direitos dos ambulantes e participação nas decisões dos órgãos municipais sobre o comércio informal.

**Fórum Municipal da Economia Solidária**

- conseguir garantir juridicamente a realização das feiras de economia solidária nos espaços públicos do município.

**Sindiambulantes - Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes e Comércio Varejista de Feirantes do Rio Grande do Sul**

- organizar a categoria;
- administrar o processo de renovação anual dos alvarás.

**AAOG – Associação Ambulantes da Orla do Gasômetro**

- garantir a permanência no local de venda; padronizar barracas e conseguir melhor infraestrutura.

**ARTEFAN – Artesãos da Praça da Alfândega**

- organizar, urbanizar e padronizar artesãos da Praça da Alfândega.

**AFABSJB - Associação Feira Artes Brique de Sábado de José Bonifácio (Brique - Redenção):**

- organizar feira;
- articular vendedores;
- manter bom relacionamento com poder público e moradores do bairro.

O Fórum da Economia Solidária reivindica que as feiras periódicas (de alimentos, roupa e artesanato) que sempre existiram na cidade e fazem parte da cultura do estado,

continuem ocorrendo nos espaços públicos. A organização escolhe sua diretoria democraticamente, e periodicamente elege um conselho deliberativo. As reuniões da diretoria ocorrem mensalmente e é composta, majoritariamente de mulheres.

As lideranças afirmam que a prefeitura vem dificultando a autorização para o uso do espaço público e tentando transferir feiras, que historicamente ocorrem ao ar livre, para espaços fechados. O Fórum, que articula associações de diversas feiras de economia solidária, luta por mudanças na legislação que assegurem a preservação do uso do espaço público para este fim.

As reivindicações de autorização do uso do espaço público para a comercialização estão relacionadas ao processo de reordenamento urbano realizado na região central de Porto Alegre, que teve como principal empreendimento a construção do CPC – Centro Popular de Comércio. A proibição da venda informal na região central e a criminalização dos vendedores informais irregulares na área foram seguidas por “revitalizações” de espaços públicos por iniciativas privadas.

A ACCPCPOA, que representa os trabalhadores do CPC, reivindica que a relação comercial entre os vendedores e a empresa administradora do camelódromo seja mais justa, e que para garantir isso haja interferência da gestão municipal no sentido de assegurar melhores condições e a preservação dos direitos dos trabalhadores. A organização é representada por uma diretoria eleita através do voto direto a cada quatro anos, e tem sua estrutura decisória composta por uma diretoria que se reúne periodicamente para definir as ações da associação.

O representante entrevistado explicou ainda que a prefeitura emitiu o alvará definitivo, atrelado a categoria MEI – Micro Empreendedor Individual, apenas à uma minoria dos trabalhadores do shopping popular, e a grande maioria dos vendedores do camelódromo possui ainda a autorização transitória a título precário. A ACCPCPOA reivindica que os trabalhadores do CPC sejam formalizados através da categoria MEI para que obtenham alvará definitivo.

A ASFERAP, principal opositora a prefeitura desde o estabelecimento do camelódromo representa os trabalhadores que exigem de forma mais incisiva a intervenção pública para mudar os termos da relação comercial estabelecida entre a administradora do camelódromo e os vendedores. A organização elege sua diretoria de dois em dois anos, e tem as decisões tomadas em reuniões da diretoria e em fóruns do OP – Orçamento Participativo, dos quais muitos membros da diretoria também fazem parte. A maioria da diretoria é composta por mulheres.

De acordo com seu representante, metade dos trabalhadores que foram transferidos das ruas do centro para o camelódromo foi removida do CPC por não conseguir pagar o aluguel e condomínio. A ASFERAP reivindica que a prefeitura abra novas vagas de comercialização para as pessoas que foram excluídas do CPC, ou que o Ministério Público obrigue a empresa a aceitar de volta as pessoas despejadas do shopping popular.



A ASFERAP também representa trabalhadores que se mantêm no camelódromo com muita dificuldade. A associação reivindica melhorias no CPC como a construção de uma creche dentro do estabelecimento, relógio de luz individual por box, além de apoiar Projetos de Lei que visem beneficiar os vendedores mais prejudicados. A associação ainda luta por autorização de comercialização em feiras e eventos no município, para que trabalhadores do CPC trabalhem extra, complementem a renda e consigam se manter no camelódromo. Da mesma forma, o Fórum da Economia Solidária reivindica mudanças na legislação que assegurem a preservação do espaço público para a venda.

Associação Gaúcha Autônoma que representa os vendedores de rua itinerantes de alimentos perecíveis reivindica a garantia de direitos dos ambulantes, e a participação de seus representantes nas decisões da prefeitura sobre o uso do espaço público. A entidade tem suas decisões tomadas pelos membros mais antigos que se reúnem periodicamente, conversam e decidem. De acordo com o representante entrevistado, os mais novos não querem ocupar posto de liderança, embora exista a possibilidade de montarem uma chapa para concorrer pela diretoria.

As organizações acima citadas têm em comum a reivindicação por maior participação e espaço nas decisões e procedimentos da prefeitura em relação à comercialização no espaço público, fato sem dúvida relacionado à cultura participativa do OP – Orçamento Participativo.

A Associação dos Ambulantes da Orla do Gasômetro (AAOG) reivindica a garantia de permanecer no local que vendem. A região é um foco turístico da cidade e existe o temor de que a prefeitura abra licitação para empresas concorrerem ao uso do espaço para a construção de lojas de bebidas e lanches. Os trabalhadores que a associação representa não têm capital para tal competição e o processo significaria a expulsão desses vendedores do local. A organização elege a diretoria a cada dois anos e tem a tomada de decisões realizada em assembleias bimensais, onde todos têm poder de voz.

Para evitar que processos como esse ocorram, a AAOG assim como a Associação Gaúcha, reivindicam melhorias e investimento nas barracas de venda. A AAOG reivindica especificamente a construção de quiosques fixos com banheiro e infra-estrutura adequada. De acordo com seus representantes, no passado conseguiram investimento de patrocinadoras para a padronização das barracas, mas a prefeitura nunca ajudou. A Associação Gaúcha defende que o investimento em padronização do equipamento dos vendedores itinerantes contribui para que o município incorpore organicamente os vendedores ambulantes.

Da mesma forma, as associações de artesãos Artefan e AFABSJB reivindicam que a venda no espaço público seja organizada sistematicamente, e que assim seja incorporada pelo município e pela sociedade. A Artefan, que representa trabalhadores artesãos do centro, reivindica investimento público e privado para organizar, urbanizar e padronizar artesãos da feira Praça da Alfândega, além de lutar historicamente pela garantia do direito ao trabalho. A organização elege democraticamente a cada dois anos uma diretoria, que se reúne mensalmente para a tomada de decisões.

A AFABSJB da feira semanal do Brique, no Parque Redenção, na mesma linha, existe no intuito de organizar a feira, articular trabalhadores e manter uma boa relação com os moradores do bairro e com a prefeitura. A associação elege anualmente uma diretoria, que se reúne mensalmente tanto internamente como com o poder público para a tomada de decisões.

## 4. PRINCIPAIS ALIADOS

Diversas organizações de vendedores informais citaram a existência de parcerias com a iniciativa privada, patrocinadores que investem na padronização de barracas em troca de divulgação da marca. A parceria ocorre em troca de equipamento, jaleco, bonés, guarda sol etc.

O sindicato que representa oficialmente os vendedores informais é o Sindiambulantes. De acordo com a Lei federal Artigo 608, comerciantes populares com alvará temporário (a título precário) contribuem obrigatoriamente com o imposto sindical. O sindicato, que possui a base estadual de 15 mil trabalhadores, não é filiado a nenhuma central sindical, mas informou que tem feito conversas com a UGT – União Geral dos Trabalhadores.

O procedimento de repasse da contribuição sindical ocorre anualmente atrelado a renovação do alvará. O sindicato e a prefeitura acordaram a união dos procedimentos de renovação e pagamento de taxa durante o planejamento da construção do camelódromo. Os representantes do sindicato contam que durante o processo de cadastramento para o CPC, lideraram a listagem dos ambulantes que vendiam no centro, incluindo todos os vendedores informais da região.

No entanto, o representante da ACCPCPOA defende que quem encabeçou este processo de negociação foram os próprios trabalhadores, e que o Sindiambulante fez um acordo com a prefeitura para poder receber a contribuição sindical obrigatória. Segundo o representante da associação, o Sindiambulante cobra para fazer a renovação do alvará de título precário, e incorpora este valor como contribuição sindical. A ACCPPOA defende e incentiva que os trabalhadores do camelódromo sejam formalizados e enquadrados na categoria MEI – Micro Empreendedor Individual, conseguindo assim a autorização definitiva, que representa além de maior estabilidade, a total autonomia em relação ao sindicato.

Apesar de pagarem a contribuição sindical obrigatória, diversos trabalhadores do Centro Popular de Compras pagam uma mensalidade a mais para a ACCPCPOA, que oferece benefícios e assessoria jurídica nos moldes de um sindicato.

A Associação Gaúcha, assim como a ACCPCPOA apoiavam o SCAPA – Sindicato dos Comerciantes Ambulantes de Porto Alegre, que existe desde 1995. No entanto, a entidade representativa não obteve a carta sindical do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, que oficializou o Sindambulante.

A cultura de participação social do estado do Rio Grande do Sul faz com que as lideranças de organizações de vendedores informais circulem entre representantes de diversos

movimentos sociais como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados, movimentos de moradia entre outros.

Em relação à mobilização em torno do impacto social da Copa do Mundo, foram formados quatro comitês populares dos atingidos pela Copa, são eles: Centro, Cruzeiro, Cristal e Vila Dique. Cada um reúne forças políticas e moradores de comunidades atingidas diretamente por obras de mobilidade e infraestrutura para a Copa. Em Porto Alegre, os movimentos sociais que dão suporte aos comitês defendem que é importante que as mobilizações políticas dos atingidos pela Copa sejam desenvolvidas nas comunidades para criar localmente formas de organização e resistência.

A ONG Cidades, que faz parte da rede de pesquisa Observatório das Metrôpoles de Porto Alegre, desenvolve estudos sobre os processos de exclusão e limpeza urbana empreendidos na cidade. Os pesquisadores da organização se relacionam diretamente com representantes de movimentos sociais que sofrem o impacto destes projetos urbanísticos. A organização esteve presente no processo de negociação do camelódromo, e algumas lideranças de vendedores informais mostraram respeito e confiança nos pesquisadores da ONG Cidade.

Já os artesãos podem contar com a Casa do Artesão, que oferece a carteira de artesão e serve como espaço instrumental para a categoria.

Os vendedores informais contam com o apoio de alguns vereadores preocupados com a garantia dos direitos dos ambulantes. Esses representantes da câmara municipal fizeram parte, por exemplo, da implantação do camelódromo em 2008 e 2009 e costumam propor Projetos de Lei com propostas de fomento aos vendedores informais com maior dificuldade de se manter no shopping popular. As propostas são criadas no sentido de auxiliar a capitalização e adequação à condição de pequeno comerciante.

A principal política pública do governo federal de formalização dos vendedores informais e de combate à vulnerabilidade social de trabalhadores não incluídos na economia formal é a economia solidária, difundida pela Secretaria Nacional da Economia Solidária do MTE. Porto Alegre desenvolveu experiências sólidas de economia solidária, que estão relacionadas à cultura de feiras periódicas de produtos cooperativos, que fecham um ciclo de fomento ao desenvolvimento local, que implica uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não no capital<sup>4</sup>. Os produtos comercializados muitas vezes são feitos pelo próprio vendedor, ou por cooperativas e movimentos sociais sob diretrizes de um comércio justo e sustentável.

## 5. IMPACTO DA COPA DO MUNDO

Os especialistas em planejamento urbano do Observatório das Metrôpoles de Porto Alegre entendem que a construção do camelódromo é parte de um projeto de “revitalização” do centro com o objetivo claro de “higienizar” e excluir a população de baixa renda dos

pontos de interesse turístico da cidade, tendo em vista a valorização e embelezamento do espaço. Dentro deste processo, existem fortes indícios que a região do Gasômetro – que tem 20 famílias vivendo da comercialização de alimentos e bebidas – seja concedida a empresas para comercializarem e utilizarem a demanda de consumidores que beneficia atualmente os vendedores informais.

Este processo de gentrificação está fortemente relacionado à produção da assepsia urbana para a Copa do mundo, uma vez que a adequação das cidades ao megaevento pressupõe a formatação de Cidades Globais.

Representantes dos comitês populares dos atingidos pela Copa das regiões afetadas, assim como várias organizações de vendedores de rua, defendem que os projetos de infraestrutura, que estão causando a remoção de diversos bairros de baixa renda situados em áreas que interessam à especulação imobiliária, não atingem diretamente áreas de comércio ambulante. No entanto, comerciantes informais que possuem pequenos armazéns – muitas vezes irregulares – dentro dos bairros afetados serão diretamente impactados pelo processo de despejo de comunidades inteiras.

Existe também a preocupação com um pequeno bolsão de ambulantes do Parque da Marinha, bastante próximo do estádio Beira Rio, e com vendedores de lanches e bebidas do entorno dos estádios que serão os principais prejudicados pela zona de exclusão prevista pela FIFA. Contudo, estes trabalhadores, que são representados pela Associação de Ambulantes Itinerantes da grande Porto Alegre (Estádio Olímpico e Beira Rio), não foram ouvidos pela presente pesquisa embora tenha sido constatado que não são regularizados e nem ligados às entidades representativas consultadas.

Entretanto, os vendedores informais regulamentados não mostraram preocupação com a Copa. A grande maioria dos representantes acha improvável que a o evento desafie os espaços conquistados por parâmetros democráticos históricos da cultura local. A perspectiva de um entrevistado é que a FIFA não violará direitos conquistados, como o direito ao trabalho, sem um levante da população.

A força da sociedade civil organizada em Porto Alegre, fruto da cultura de participação conquistada através do tempo e que influi na estrutura político decisória do poder público, oferece uma conjuntura de intensa mobilização e pressão popular, vista nas organizações de vendedores informais, no movimento de moradia contra despejos relacionados às obras da Copa e em outras frentes de reivindicação.

No entanto, a sociedade civil vem enfrentando uma preocupante perda de espaço democrático em Porto Alegre, frente à sobreposição de interesses empresariais às demandas sociais, que refletem a linhagem política do poder executivo. A atitude da administração pública de impor interesses privados na gestão da cidade, apesar da resistência oferecida pelos mecanismos decisórios e de mobilização da sociedade civil, representa uma rachadura na estrutura política participativa da cidade, e uma grande preocupação dos movimentos sociais no contexto da Copa do Mundo.

A Copa cria condições ideais para a privatização do espaço público, já que oferece oportunidades de negócio, flexibilização da legislação e grandes incentivos governamentais. Esta valorização do espaço público catalisa o processo de expulsão das populações de baixa renda da cidade. Exemplo disso é o centro de Porto Alegre passar a ter pontos “adotados” por empresas privadas como a Coca-Cola (patrocinadora oficial da Copa), que ganhou a licitação para realizar o projeto de “revitalização” do espaço que era ocupado por ambulantes antes do remanejamento para o camelódromo em 2007.

Da mesma maneira, a coleta seletiva do lixo está sendo mecanizada na cidade e existe a determinação de que os carroceiros que recolhem materiais recicláveis serão extintos até 2016 (embora tudo indique que este processo será antecipado para a Copa), deixando nove mil famílias que dependem da renda advinda deste trabalho, sem nenhuma atividade econômica.

Os ambulantes não regularizados pela prefeitura, que foram excluídos do shopping popular, sofrem com a forte fiscalização, a alta vulnerabilidade social – por serem impedidos de exercer sua atividade econômica e com a falta de mobilização política e unidade de luta.

Contudo, o cenário para a organização de um grupo coletivo de representantes de vendedores informais sobre a Copa no município de Porto Alegre é extremamente favorável. Os atores políticos das organizações representativas de vendedores informais existentes foram formados na cultura do diálogo, no exercício da democracia e participação política. A principal dificuldade seria superar as desavenças estabelecidas na construção do camelódromo, que fragmentou a unidade da luta e dividiu de um lado os trabalhadores que conseguiram se manter como comerciantes populares no Centro Popular de Compras junto com aqueles que são regulamentados para o comércio nas ruas, e de outro lado vendedores que não conseguiram pagar os altos valores do camelódromo e foram expulsos, ficando na mesma situação de todos os outros ambulantes que nunca chegaram a ser formalizados.

Os representantes dos Comitês Populares dos atingidos pela Copa se mostram extremamente solidários com a questão do comércio ambulante, muitos destacando que o processo de regulamentação destes trabalhadores em 2007 foi injusto e excludente. Os membros dos comitês se propuseram a incluir as reivindicações dos vendedores informais na pauta de mobilização e pressão política contra o impacto social da Copa, desde que os próprios trabalhadores tragam as questões a serem incluídas.

## 6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A perspectiva de ação da Campanha Cidades para Todos até 2014 é de aproveitar a cultura democrática participativa de Porto Alegre que permitiu a consolidação de organizações representativas formadas no exercício do diálogo e mobilização popular. No entanto, as organizações de vendedores informais – que têm espaços de diálogo com a prefeitura – não abarcam significativamente comerciantes informais irregulares, que

estão pulverizados pelas várias regiões da cidade e com baixo potencial político. Para fortalecer o nível de organização desses trabalhadores é importante a criação de um espaço de discussão que envolva todos os tipos de vendedores informais da cidade no formato de um fórum municipal.

Num segundo momento, a capacitação política das organizações de trabalhadores informais ofereceria instrumentos para a superação das desavenças criadas anteriormente, ampliando a cultura política já existente, aumentando a unidade de luta e fortalecendo o enfrentamento dos impactos da Copa. É também importante oferecer apoio institucional por certo período de tempo, para desenvolver estratégias de ação jurídica, de *advocacy* e de articulação e mobilização política.

A criação de um fórum municipal deve aproveitar os espaços políticos democráticos existentes que dispõem de espaços de diálogo com o poder executivo e legislativo. O incentivo à conscientização desses trabalhadores como parte de uma categoria unificada é fundamental para existência de um fórum representativo de vendedores informais e para potencializar seu alcance político.

É imprescindível também que as organizações de vendedores informais juntem forças com coalizões existentes que agreguem movimentos sociais e populações atingidas pela Copa do Mundo.

## NOTAS

1. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto\\_Alegre](http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Alegre)
2. [http://www.aucip.org.uy/docs/procesos\\_de\\_gestion\\_municipal\\_y\\_regional/cleber\\_cuti.pdf](http://www.aucip.org.uy/docs/procesos_de_gestion_municipal_y_regional/cleber_cuti.pdf)
3. <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000016933.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=r&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>
4. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia\\_solid%C3%A1ria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_solid%C3%A1ria)



# RIO DE JANEIRO

MAÍRA VILLAS  
BÔAS VANNUCHI

## I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade do Rio de Janeiro é a segunda maior metrópole brasileira, um dos principais centros econômicos e o maior destino turístico do país. Foi capital do Brasil de 1763 até 1960, quando foi inaugurada Brasília. Devido a grande movimentação econômica, a cidade recebeu no auge da industrialização (1960-1980), fluxos migratórios de diversas regiões do país, em especial do nordeste, de pessoas em busca de oportunidade de trabalho e projeção social. Por esse motivo o município apresenta uma população de grande heterogeneidade e diversidade. A economia tem sua maior atividade no setor de serviços, resultado de um processo recente de diminuição da indústria e projeção dos serviços e negócios.

Não foram encontradas estatísticas oficiais sobre o número de ambulantes no município do Rio de Janeiro. O cadastramento oficial de 2009 obteve 35 mil inscritos interessados, no entanto, de acordo com a prefeitura, deste total apenas 25 mil estavam aptos a exercer a atividade nas ruas da cidade e somente 18.440 vagas disponíveis<sup>1</sup>. Os ambulantes pontuaram que o cadastramento não foi direcionado aos ambulantes, mas a toda população desempregada do município.

As lideranças de vendedores de rua calculam a existência de 60 mil ambulantes no município. A estimativa é baseada na projeção de que deve haver 35 mil ambulantes assentados com ou sem autorização, e adicionando os vendedores itinerantes, o número pode dobrar. Um levantamento feito pelo Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) em 2009 apontou no centro 6 mil vendedores informais chamados do “pulo”, aqueles que vendem a cada dia num local diferente, não possuem ponto fixo (não estão num esquema de pagamento de propina para tal) e que são caracterizados por exporem suas mercadorias em uma estrutura de venda que é fácil de desmontar para que possam escapar da fiscalização.

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**6.320.446**  
HABITANTES

**175.739.349**  
PIB (R\$)

**5,7%**  
DESEMPREGO

**35.000**  
VENDEDORES  
INFORMAIS

**23,85%**  
ÍNDICE DE  
POBREZA

(IPEA) mostrou que, em 2000, 70% dos trabalhadores do Rio de Janeiro estavam alocados no setor de serviços<sup>2</sup>, que de acordo com o estudo, no município é caracterizado por atividades econômicas atrasadas e de baixa qualificação, e apresenta os maiores graus de informalidade dentre as demais regiões metropolitanas.

Os produtos comercializados na cidade são de natureza variada. Nas ruas do Rio de Janeiro se encontram vendedores de comida, bebida, roupas, artigos de decoração, acessórios, artesanato, CDs e DVDs piratas. No Mercado Popular Uruguaiana e seu entorno, são vendidos produtos eletrônicos e tecnologia chinesa.

A legislação que rege a venda ambulante no município do Rio de Janeiro é a Lei nº 1876 de 29 de junho de 1992<sup>3</sup> e o Decreto 29.881/2008<sup>4</sup>. O nome da permissão de uso do espaço público para comercialização é Taxa de Uso de Área Pública (TUAP). Dentre as principais resoluções determinadas, os fatores previstos na lei de maior relevância são:

- Existência de duas comissões: a Comissão Permanente composta de representantes do comércio, governo e mais dois representantes escolhidos pelas entidades representativas dos ambulantes; e Comissões Regionais, no âmbito de cada região administrativa, composta pelos mesmos atores sociais, mas a nível local. A Comissão Permanente é responsável por submeter ao prefeito o zoneamento dos locais e demarcação das áreas necessárias e possíveis ao desempenho da atividade do comerciante ambulante de acordo com o entendimento das Comissões Regionais;
- Cadastramento de um auxiliar para a atividade de comerciante ambulante;
- A autorização concedida para o exercício da atividade de comerciante ambulante poderá, a pedido do interessado ou sempre que exigir o interesse público, ter o seu local de ponto fixo ou de estacionamento remanejado para outro logradouro;
- A apreensão de mercadorias é prevista quando o trabalhador não possui a autorização, devendo a autoridade fiscalizadora lavrar auto de apreensão ficando uma via com o ambulante. A mercadoria apreendida só será devolvida se a autoridade competente julgar necessário, mediante recurso no prazo de três dias úteis a contar da data de apreensão. Não são liberadas mercadorias apreendidas que não tiverem comprovação de procedência;
- Nos eventos festivos oficiais, o exercício do comércio ambulante poderá ser regulado por disposição de emergência baixada pelo órgão competente.

O Decreto de 2008, que foi responsável pela instituição do cadastramento, determina entre outras medidas, que fica definido em caso de incapacidade para o trabalho ou de óbito do titular da autorização, a transferência da autorização para o cônjuge, herdeiro ou companheiro, desde que comprovada a condição de impossibilidade de trabalho do titular.

A Secretaria municipal responsável pela regulamentação das vagas no logradouro público e, portanto, pela venda ambulante é a Secretaria de Ordem Pública (SEOP). Dentro da SEOP as IRLF – Inspetorias Regionais de Licenciamento e Fiscalização são responsáveis pela emissão da autorização da venda. A autoridade que efetua a repressão aos trabalhadores irregulares é a CCU – Coordenadoria do Controle Urbano.

## 2. RELAÇÃO COMO PODER PÚBLICO

A relação entre os trabalhadores ambulantes e as autoridades competentes é marcada pelo não cumprimento do poder público à legislação municipal regulamentadora da atividade profissional da venda informal, e também por forte presença do uso de coerção, seja por força física ou imposição de suborno para permitir a venda urbana irregular.

Até 2008, de acordo com as lideranças de organizações de vendedores informais consultadas, apenas 10% dos ambulantes do município do Rio de Janeiro eram licenciados, de forma que a permanência de cada bolsão de camelô de ponto fixo, chamados na cidade de “assentamentos”, sempre foi negociada através do pagamento de corrupção às autoridades fiscais. A política de pagamento de suborno para a permanência de cada assentamento é conhecida pelos vendedores informais como política de “tolerância”.

Dessa forma, a relação com a gestão municipal sempre foi determinada pela aplicação da lei de caso a caso. Nesta conjuntura, ocorrem formas extra-oficiais de negociação do espaço de venda, como reuniões esporádicas da Guarda Municipal (GM) com ambulantes para conversar sobre a atitude da polícia e a perseguição aos trabalhadores irregulares, além de acordos informais entre presidentes de associações de ambulantes e candidatos eleitorais em busca de votos, que garantem a “tolerância” do assentamento. A relação pessoal de lideranças de organizações representativas dos trabalhadores com representantes do poder público também resultam, muitas vezes, na revogação de processos truculentos de remoção ou mesmo na conquista de maior estabilidade do assentamento.

A grande maioria dos representantes entrevistados destacou dois principais problemas em relação aos departamentos e autoridades municipais: a indisposição da prefeitura em regulamentar a venda ambulante através dos anos, e a violência policial que a grande maioria dos vendedores informais está sujeita.

A atual prefeitura iniciou seu mandato no início de 2009 com o lançamento da operação Choque de Ordem, uma proposta do poder municipal para realizar a limpeza urbana do centro e de diversas outras regiões, tendo como uma das principais diretrizes





a repressão ao comércio informal. O secretário de ordem pública declarou publicamente que as medidas têm o caráter de devolver aos cidadãos os espaços públicos ocupados ilegalmente. De acordo com algumas lideranças, a campanha do prefeito foi feita com base na promessa de repressão e limpeza das ruas e contou com apoio de lojistas e de parte significativa da sociedade que se opõe ao comércio ambulante.

As ações vêm no sentido de cadastrar um número determinado de vendedores informais nos bairros e no centro, institucionalizar e padronizar feiras através de parcerias público privadas além de estabelecer um camelódromo na região central. Tudo isso sob a ótica de formar Empreendedores Individuais e de garantir, após a regularização de um número restrito de vendedores, a limpeza do espaço urbano, com reforço a fiscalização e repressão aos comerciantes excluídos do processo de legalização.

Em junho de 2009, através do Decreto 29.288, a prefeitura instaurou o cadastramento e recadastramento de 18.400 vendedores informais. Ainda que com diversas falhas quanto ao cumprimento da Lei 1876/92 que regulamenta a venda ambulante no município, o processo de licenciamento recadastrou quatro mil trabalhadores que já possuíam a autorização e abriu 14.400 vagas de venda na cidade.

O Cadastro Único do Comércio Ambulante (CUCA) foi realizado em duas fases: a primeira fase foi de recadastramento dos ambulantes que já possuíam o cadastro da Taxa de Uso de Área Pública (TUAP), e a segunda fase um cadastramento aberto a toda população desempregada, com ampla divulgação e favorecendo os cidadãos com necessidades especiais. Inscreveram-se 35 mil candidatos que foram avaliados sob um sistema de pontuação que classificou os inscritos em graus de maior dificuldade e necessidade, tais como quantidade de filhos, ser ex-presidiário, possuir casa própria, idade avançada etc. De acordo com a prefeitura, dentre os inscritos, apenas 25 mil foram considerados aptos a exercer a função, o excedente de aproximadamente 10 mil ambulantes, de acordo com as informações oficiais, ficará num banco de dados aguardando vacância por desistência ou outro tipo de situação<sup>5</sup>.

A forma que o cadastro foi realizado ilustra a atitude unilateral da prefeitura e a falta de diálogo nas tomadas de decisões em relação ao comércio informal. Além de não seguir a lei municipal que prevê nas determinações de licenciamento a consulta de comissões com representantes da sociedade civil, incluindo vendedores informais, de acordo com diversos representantes de organizações de vendedores de rua consultados, o cadastramento foi injusto, pois a prefeitura chamou toda população desempregada para concorrer com os ambulantes.

Os entrevistados contextualizaram que o Rio de Janeiro tem a economia baseada nos serviços e praticamente não possui indústrias, por esse motivo, incluir a população desempregada no cadastramento aumentou muito o número de candidatas a pontos regulares de venda na rua. Além disso, segundo diversos vendedores informais, a prefeitura não se preocupou em privilegiar os ambulantes que há anos vendem irregularmente, sob esquema de suborno. Os trabalhadores disseram que a pontuação não foi transparente



e que para o cadastramento não foi exigida documentação que comprovasse tempo de rua. Foi também dito nas entrevistas que as associações não orientaram seus membros a comprovarem a experiência de rua.

Outro ponto de discórdia foi o número de postos abertos para venda ambulante de ponto fixo em cada região da cidade. A prefeitura usou como parâmetro a quantidade de ambulantes prevista no Anexo 2 da Lei 1876 de 1992. Há quase 10 anos o número estabelecido de ambulantes em pontos fixos a serem registrados no município era de 18.400 comerciantes; a prefeitura determinou a mesma quantidade de vagas para os dias atuais, quando é evidente que o número aumentou significativamente.

Os vendedores informais conhecidos como do “pulo” (que são comerciantes itinerantes que se instalam em diferentes locais e possuem a estrutura da banca de venda fácil de desmontar para facilmente correr do “rapa” – expressão popular que se refere a Guarda Municipal), assim como os vendedores conhecidos como do “gancho” (que vendem dentro do transporte coletivo público), não foram direcionados ao cadastramento e não têm perspectiva de conseguir autorização de venda. Estão sempre prontos a recolherem sua mercadoria para fugir das autoridades, e muitas vezes sofrem com a violência policial.

O cadastramento foi realizado em diversos bairros e no centro. O sistema de pontuação indicou os mais aptos, segundo a prefeitura, a ocuparem as vagas disponíveis, que tiveram a autorização de venda (TUAP) emitida com sucesso. No entanto, diversos vendedores informais, ainda que com a idade avançada e com muitos anos de venda de rua sob esquema de pagamento de propina, atingiram uma pontuação muito baixa e não conseguiram regularização de um ponto de venda.

Ainda mais, o processo de emissão de autorizações, que foi completo nos bairros, foi interrompido no centro, deixando os vendedores informais da região central, ainda que pontuados, sem licenciamento e ainda sob o esquema de “tolerância”.

De acordo com o advogado da categoria, que acompanhou de perto o processo de cadastramento e licenciamento municipal em várias regiões da cidade, o processo efetuado além de ter sido pouco divulgado (principalmente o período para recorrer às decisões), fere o decreto da lei. O advogado entende ainda que o licenciamento de ambulantes pontuados no cadastramento do centro parou porque o plano de organização do solo público para os megaeventos não foi ainda definido.

Os artesãos, que também tiveram um processo de cadastramento em 2009, vem da mesma forma sofrendo com a negligência das autoridades municipais em cumprir a lei

ao conduzir o processo de regulamentação da venda nos pontos estabelecidos. A SEOP em conjunto com a Secretaria da Cultura promoveu o cadastramento de artesãos, prevendo uma prova de avaliação da manufatura do artesanato. De acordo com representantes de organizações de artesãos, diversos artesãos experientes foram reprovados devido ao fato de não terem sido estabelecidos critérios justos de julgamento, prevalecendo critérios subjetivos e pessoais do júri.

O regulamento das feiras de artesanato – Feirartes<sup>6</sup> – impõe que a comissão julgadora seja composta por artesãos de ruas e não apenas artistas, como foi o caso do cadastramento conduzido pela prefeitura. Da mesma forma que ocorreu com os ambulantes, as autoridades municipais licenciaram parte dos artesãos, passando a fiscalizar e proibir a venda daqueles que não foram regularizados.

Ainda mais, os artesãos licenciados criticam a falta de estabilidade quando ocorrem eventos grandes que ocupam o espaço público onde se localizam as feiras de arte, e que são impedidos pela prefeitura de trabalhar.

Outro ponto delicado apontado pelos ambulantes sobre a atitude das autoridades municipais chave com o comércio informal é a violência policial, recorrente e parte do dia a dia dos ambulantes, principalmente daqueles que não estão sob um esquema de “tolerância”.

A principal apreensão dos ambulantes que obtiveram pontuação baixa e não foram licenciados, assim como os que aguardam licenciamento que foi interrompido na região central, é que após o Decreto 29.288 que estipulou o cadastramento, o poder público determinou que os comerciantes informais sem licença serão removidos das áreas públicas. Houve também um “aviso prévio” de que o esquema de tolerância vai acabar.

Este enorme contingente de trabalhadores que não foram incorporados no licenciamento está sob situação de alta vulnerabilidade e indefinição.

A prefeitura além do cadastramento institucionalizou algumas feiras e iniciou o projeto de construção do camelódromo da Central do Brasil. Estes projetos de reordenamento urbano caminham em parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro (SMTE), e visam a capacitação e formalização dos vendedores ambulantes através da categoria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Empreendedor Individual (EI).

Um exemplo claro de institucionalização de feiras em locais com forte presença do comércio informal é o projeto de “revitalização” do bairro histórico da Lapa, realizado em 2009. Para acabar com o comércio informal, historicamente presente no bairro, a prefeitura criou a Feira Noturna Lapa Legal, com 82 barracas de vendedores que foram registrados, capacitados pela Vigilância Sanitária na manipulação de alimentos e equipados com uniformes, modelos de barraca padronizados e banheiros, com patrocínio de uma cervejaria.

A construção do mercado popular (camelódromo vertical) da Central do Brasil, iniciada em 2011, pretende alocar ambulantes que tiveram suas barracas destruídas pelo incêndio ocorrido no antigo camelódromo da Central do Brasil em 2010. O prédio terá 600 boxes, e está incluído no projeto de infra-estrutura urbana da Copa/Olimpíada de revitalização

## *O PODER PÚBLICO DETERMINOU QUE OS COMERCIANTES INFORMAIS SEM LICENÇA SERÃO REMOVIDOS DAS ÁREAS PÚBLICAS*



da Zona Portuária. As autoridades municipais têm em vista organizar, formalizar (EI) e capacitar os trabalhadores do camelódromo<sup>7</sup>.

Embora a política da SMET de divulgar e incentivar o registro e emissão de CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob a categoria EI ofereça benefícios ao trabalhador, a formalização gerou grande expectativa entre os comerciantes informais, que pensaram que pagando impostos e a previdência social, teriam a garantia do uso do espaço público para venda. No entanto, o cadastro de EI não assegura a permissão para vender em solo urbano – uma vez que tal autorização é exclusivamente emitida pelas Inspetorias Regionais de Licenciamento e Fiscalização (IRLF) –, submetido à outra secretaria do município, a SEOP. Os trabalhadores que se cadastraram no EI foram formalizados, mas continuam sob esquema incerto de permanência nas ruas, o que gerou grande frustração.

Sobre a reordenação dos espaços públicos através de feiras institucionalizadas e camelódromos, o principal problema é a exclusão de qualquer perspectiva de legalidade de todos os vendedores informais que não foram incluídos no que o secretário especial de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, declarou ser o modelo de comércio ambulante que a prefeitura pretende implantar em toda a cidade<sup>8</sup>.

De acordo com uma importante liderança de trabalhadores de rua, a Feira Lapa Legal expulsou ambulantes que trabalhavam no local há anos, que não puderam pagar os quiosques padronizados, e tiveram que ceder espaço para comerciantes capitalizados. Os vendedores informais que vendiam na região enfrentam hoje um esquema rigoroso de monitoramento com agentes da Guarda Municipal 24 horas.

Da mesma forma que ocorreu ao final do licenciamento dos artesãos e ambulantes, após o estabelecimento da feira regulamentada, apenas os comerciantes cadastrados na SEOP e com licença de venda puderam trabalhar, e todos os outros que não foram beneficiados passaram a ser criminalizados e expelidos do entorno.

### 3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

As principais organizações de vendedores de rua do município do Rio de Janeiro são o Movimento Unido dos Camelos (MUCA), a Associação dos Expositores da Feirarte e Outros (AEFO), Fórum Permanente do Comércio Ambulante do estado do Rio de Janeiro, Federação das Associações de Ambulantes do estado do Rio de Janeiro (FAARJ), Associação do Comércio Ambulante do Centro e Adjacências (ACAC), Mercado Popular Uruguaiana, entre outras. Também têm relevância significativa no cenário do trabalho de rua da cidade, associações antigas ligadas a assentamentos específicos como a Associação de Vendedores Ambulantes (Avarpa) da Rua do Passeio (Cinelândia) e a Associação do Comércio Ambulante da Rua da Quitanda. Foram levantadas da mesma forma, organizações ligadas ao comércio nas praias como a ASCOLPRA – Associação Comércio Legalizado de Praia e a Cooperativa Orla Legal.

A maioria das associações reivindica a legalização da venda ambulante e o cumprimento da Lei 1876/92 que regulariza o comércio ambulante no município. A maior parte dos ambulantes não tem autorização de venda e o cadastramento de 2008, de acordo com diversas lideranças, não seguiu as determinações da lei o que prejudicou os vendedores mais experientes com maior tempo de rua, que não conseguiram a licença. Por esse motivo a principal reivindicação das organizações é a autorização de venda no espaço público.

De acordo com representantes do Fórum de Ambulantes, a grande maioria dos assentamentos é “tolerada”, e a prefeitura não emite a TUAP para que seja mais fácil remover ambulantes quando preciso. A organização é um espaço criado pela Comissão Especial de Ambulantes da Câmara Municipal em 2009, e tem a estrutura decisória centrada na figura do presidente, que estabelece sua diretoria e é eleito por voto a cada 3 anos.

A FAARJ, assim como diversas outras organizações, reivindica a TUAP para os ambulantes que há anos são “tolerados”. A federação possui uma diretoria composta por presidentes das associações filiadas, e decide suas ações políticas a partir de reuniões, assembléias e congressos.

De acordo com seu representante, o ambulante anseia por pagar impostos e ser legalizado, para não ficar a mercê de pagamento de corrupção à autoridades municipais. É consenso absoluto entre as entidades representativas que a ilegalidade gera suborno.

A Avarpa, que está ameaçada de despejo (já recebeu notificação de remoção), luta pela TUAP e para evitar a remoção. A TUAP possibilitaria a permanência no local ou o remanejamento para outro local de grande movimento. A Associação não possui uma estrutura decisória democrática, e os membros apenas contribuem para o presidente, que “aluga” as barracas e centraliza a tomada de decisões.

A principal reivindicação a respeito do cadastramento dos ambulantes realizado em 2008, e que a AEFO encabeça, é que a listagem oficial realizada pela SEOP seja revogada e que um novo cadastramento seja feito de acordo com a lei. A organização tem a estrutura decisória ligada a uma diretoria deliberativa eleita, que mensalmente realiza assembléia para consultar os membros. A AEFO nasceu da necessidade de reivindicar justiça frente ao cadastramento de 2009 que exclui das ruas um número alarmante de vendedores informais e artesãos.

O Fórum dos Ambulantes assim como a FAARJ destacam que o processo de cadastramento foi realizado sem a participação de associações de ambulantes/artesãos como determina a lei e é, portanto, inconstitucional. Os trabalhadores entraram judicialmente com liminar e mandato de segurança, mas o desembargador responsável indeferiu os processos.

A AEFO coloca as seguintes reivindicações para um novo cadastramento: que a quantidade de trabalhadores ambulantes na cidade (estipulada na lei do ambulante do município de 1992, e já defasada) seja quantificada novamente de acordo com as estatísticas atuais; que o cadastramento tenha maior divulgação e transparência dos prazos, critérios e documentos necessários para provar o tempo de experiência de

venda de rua (que foi ignorada); e que o cadastramento seja direcionado aos ambulantes existentes e sob regime de “tolerância”, ao invés de um registro aberto a toda a mão de obra desempregada no município.

A associação do Comércio Ambulante da Rua da Quitanda teve uma experiência mais positiva que as demais entidades no cadastramento. A organização tem um presidente desde sua fundação em 1996, que toma as decisões e frequentemente propõe melhorias

para a feira. Todos os membros fizeram o cadastramento, conseguiram boa pontuação e estão aguardando licenciamento. A principal reivindicação é a emissão da TUAP, que está demorando a ser emitida devido à paralisação do processo de licenciamento na região central da cidade. A Associação também reivindicou e conquistou a padronização e organização da feira, e recentemente reformou as barracas, contribuindo para a revitalização da praça.

Uma reivindicação recorrente e reiterada pela AEFO, FAARJ e ACAC, é a questão da organização da venda ambulante através dos bolsões planejados em espaço público e da construção de mercados populares. A AEFO defende o aproveitamento organizado, padronizado e planejado dos espaços públicos (praças, largos etc.) e sua representante elaborou recentemente, em conjunto com membro da ACAC, propostas de projetos para construção de shoppings populares. A FAARJ também defende a organização sistemática do espaço ocupado.

A ACAC, representativa de trabalhadores do mercado popular Uruguaiana, e com experiência na

organização desta forma de organização de trabalhadores do comércio informal, tem como principal demanda a urbanização e organização do mercado popular que traga melhorias. A organização elege uma diretoria de quatro em quatro anos através de voto direto, e as decisões são tomadas por reuniões quinzenais convocadas pela diretoria e onde os membros são convidados a participar. A ACAC nasceu em 1994, juntamente com o mercado popular e não teve movimentação significativa, até recentemente ressurgir como oposição da atual associação de trabalhadores que representa oficialmente os vendedores do camelódromo, que faz o papel de administrar empresarialmente os espaços de venda, cobrando preços abusivos e não prezando pelo bom funcionamento de Uruguaiana.

A ACAC reivindica medidas como: separar os espaços de alimentação, creches, banheiros, ampliar corredores para cadeirantes, relógio de luz individual, projeto de incêndio anti-pânico, cabine bilíngue para turistas etc. O representante defende ainda que a organização dos mercados populares como o de Uruguaiana leve em conta o projeto

## *O FÓRUM DOS AMBULANTES CRITICA O FATO DE NÃO TER GOVERNABILIDADE ALGUMA SOBRE O QUE É DISCUTIDO ENTRE SEUS MEMBROS*

urbanístico cultural de preservação do patrimônio histórico do centro da cidade existente desde a década de 80 chamado Corredor Cultural, incluindo à urbanização dos camelódromos propostas culturais como bibliotecas, exposições de arte etc. A organização propôs recentemente um projeto de reforma do camelódromo frente aos indícios de que a o poder público iria fechar o local, devido a falta de organização existente. O projeto está em trâmite a nível estadual, uma vez que o terreno pertence ao governo do estado.

A FAARJ e a ACAC defendem para além da autorização de venda (TUAP), a formalização de todos os comerciantes de rua ou de mercados populares através de EI – Empreendedor Individual ou microempresa. Além disso, a FAARJ reivindica capacitação aos ambulantes registrados como EI.

O Fórum dos Ambulantes critica o fato de não ter governabilidade alguma sobre as questões discutidas entre seus membros, e reivindica que a sua existência vá além de um espaço de discussão e que tenha um papel consultivo, quiçá decisivo, ao poder público.

O MUCA existe no esforço de organizar e reivindicar melhores condições aos camelôs do “pulo”, aqueles que não têm ponto fixo, expõem a cada dia em um lugar diferente e são os mais vulneráveis. Os ambulantes do “pulo” anseiam por um ponto fixo, mas não encontram espaço nos assentamentos. Estes trabalhadores frequentemente sofrem com violência policial, perdem sua mercadoria e são criminalizados. O movimento não possui diretoria, pois os trabalhadores em foco se encontram em situação socialmente muito vulnerável para contribuir associativamente, além de serem muito fragmentados para se organizar. A organização é apoiada pela CUT-RJ e as decisões são centralizadas na liderança principal, que por sua vez é bastante próxima da base.

A representante do MUCA reivindica respeito à categoria, defende o licenciamento destes trabalhadores. A principal demanda é o fim da violência policial, que ocorre diariamente na vida de ambulantes que não estão sob um esquema de “tolerância”.

A ASCOLPRA tem uma experiência interessante, e conseguiu espaço nos governos municipal e estadual para organizar, legalizar e administrar a venda ambulante nas praias. O processo de formalização dos vendedores da orla começou em 1996 e hoje a organização é bem institucionalizada, ouvida pelo poder público e conduzida por uma diretoria eleita a cada cinco anos.

A associação reivindica o cumprimento da lei, além da mudança do modelo de barraca autorizado, a implantação de um projeto de reciclagem (projeto de cooperativa de aproveitamento do material do coco já em andamento) e capacitação do idioma inglês aos vendedores. O

## *OS AMBULANTES DO “PULO” ANSEIAM POR UM PONTO FIXO, MAS NÃO ENCONTRAM ESPAÇO NOS ASSENTAMENTOS*

processo de mais de 30 anos de luta serve, sem dúvida, como modelo aos demais comerciantes do espaço público.

A AEFO representa além de ambulantes, expositores de artesanato em feiras regulamentadas pelo município denominadas “Feirartes”, e reivindica também que a prova avaliativa aplicada em 2008 aos artesãos, que reprovou muitos, seja declarada inconstitucional, uma vez que é prevista em lei uma comissão julgadora da prova de artesão com representantes de artesãos de rua, o que não foi cumprido.

A principal reivindicação que reúne todas as associações é o direito ao trabalho e o rechaço ao abuso policial.

## 4. ALIADOS

O Movimento Unido dos Camelos (MUCA) é a única organização ligada a uma central sindical. O movimento nasceu com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se propôs a apoiar o movimento sem receber contribuição dos membros. De acordo com a liderança entrevistada, o MUCA não tem condições de se sustentar, pois os trabalhadores do “pulo” não podem contribuir associativamente por se encontrarem em condição de alta vulnerabilidade social. Em 2009, quando o movimento foi criado, em conjunto com a CUT foi feito o cadastro de 5000 ambulantes do “pulo”.

Contudo, algumas lideranças de outras organizações representativas destacaram que a CUT não atua efetivamente em favor dos ambulantes, somente por interesse eleitoral ou quando os ambulantes se mobilizam.

A Internacional da Construção e Madeira (ICM), que tem feito o trabalho de unificar forças e mobilizar sindicatos de trabalhadores da construção civil das obras da Copa, são parceira na luta pelo trabalho decente e pelo direito ao trabalho.

A principal coalizão que agrega diversos movimentos sociais no enfrentamento do impacto social da Copa é o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa e Olimpíadas. O coletivo foi uma das primeiras manifestações populares vistas em cidades sede da Copa no Brasil. Isso porque muitos dos movimentos sociais participantes haviam se organizado anteriormente em motivo dos Jogos Pan-americanos de 2007. Realizado no Rio de Janeiro, o Pan provocou impactos ferozes na vida da população urbana de baixa renda, além de não legar benefício algum à sociedade, materializando na visão da população pobre do município a truculência que um megaevento internacional causa na cidade.

O grupo realizou uma grande manifestação dia 31/08/2011, em virtude do sorteio preliminar da FIFA. O principal foco do Comitê Popular é a questão da moradia, relacionada aos despejos ocorridos em função das obras de infra-estrutura e mobilidade urbana para a Copa e Olimpíadas. No entanto, o comitê se preocupa em representar todos os setores da sociedade prejudicados pelo impacto social causado pelos megaeventos.

A organização Jubileu Sul, assim como a relatoria especial pelo Direito a Moradia Adequada da ONU foram importantes mobilizadoras do processo de organização e articulação dos comitês populares nas 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo.

A FNT – Frente Nacional dos Torcedores, movimento de torcedores de todo o Brasil que luta contra a elitização do futebol e por um remodelamento de suas estruturas que o torne justo, democrático e popular, é bastante atuante no município do Rio de Janeiro, onde foi fundada, e um importante parceiro dos trabalhadores informais.

Além do apoio do comitê local do projeto “Jogos Limpos” do Instituto Ethos, que defende o controle social e transparência nas obras da Copa, O Observatório das Metrôpoles do Rio de Janeiro é bastante atuante no comitê popular da Copa e Olimpíadas, assim como o núcleo de estudos de planejamento urbano ETTERN- Laboratório Estado Trabalho, Território e Natureza. Ambos são baseados na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, e procuram dar apoio e contribuir com as reivindicações populares ligadas ao direito a cidade. O ETTERN recentemente elaborou, em parceria com a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, ameaçada de remoção para a construção de uma obra de infraestrutura para as Olimpíadas, um Plano Popular de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social para o bairro, a ser apresentado à prefeitura municipal como alternativa ao despejo.

Os principais aliados dos ambulantes no poder público são vereadores, deputados estaduais e federais que recebem os trabalhadores do comércio informal em momentos de crise ou conflito, e pressionam autoridades competentes a flexibilizarem sua atitude.

O apoio e receptividade dos representantes podem ocorrer tanto por interesse eleitoral como por afinidade política. Um exemplo de apoio de representantes do legislativo aos ambulantes foi a criação da Comissão de Ambulantes na Câmara dos vereadores para analisar a Lei 1876/92, logo depois da manifestação contra o cadastramento em 2009, que levou as ruas 1.500 vendedores informais. A Comissão criou o Fórum de Ambulantes para adequar a Lei 1876/92, que prevê representantes de ambulantes nas comissões de zoneamento do comércio ambulante e incentivou para que houvesse mobilização mais forte.

Existem também ocasiões em que as autoridades do poder executivo, como, por exemplo, membros da SEOP, recebem lideranças de organizações de vendedores informais, e negociam, caso a caso, a permanência de assentamentos ou a atitude da Guarda Municipal em relação aos comerciantes de rua. Estes episódios acontecem majoritariamente por algum critério subjetivo do responsável pelo departamento de ordem pública que possua empatia ou que ceda a insistência de determinado representante, ao sendo assim um espaço institucionalizado de diálogo equânime.

Embora existam instâncias de defesa jurídica da população de baixa renda, não foi verificada a relação das organizações consultadas com a Defensoria Pública. No entanto, foram encontrados casos em que diversas organizações, através de advogado que atende a categoria, entraram com liminar e mandato de segurança no Ministério Público Estadual contra o cadastramento de 2009 e o sistema de pontuação imposto. No entanto, o pedido foi negado.

## 5. IMPACTOS DA COPA

Uma consulta a um representante do Observatório dos Conflitos Urbanos do departamento ETTERN – Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, indicou que o principal impacto causado pela Copa, é o “estado de exceção” que é criado em torno do megaevento, e permite que projetos sejam realizados sem nenhum controle social e sem preocupação com a violação de direitos sociais. O “estado de exceção” também catalisa processos urbanísticos já planejados e realiza de forma voraz a limpeza urbana e higienização dos espaços públicos. O cadastramento dos ambulantes e a padronização dos locais de venda na rua fazem parte deste processo, assim como a exclusão e criminalização agressiva e definitiva dos comerciantes informais que ficaram fora do processo de legalização e que atentem utilizar os espaços “revitalizados”.

Dentre os projetos urbanos do Rio de Janeiro, “potencializados” no processo de gentrificação da cidade, destaca-se o Corredor Cultural<sup>9</sup> encabeçado pela Fundação Rio Arte, da Secretaria Municipal de Cultura. Iniciado nos anos 1980, o projeto de conservação do centro histórico determina a delimitação das APACS - Áreas de Proteção do Ambiente Construído. O Corredor Cultural visa a preservação e revitalização do centro da cidade. A área do corredor alcança aproximadamente um milhão de metros quadrados<sup>10</sup>, e delimita áreas que são atualmente repletas de bolsões de camelôs.

O principal projeto de infra-estrutura viária para a Copa e Olimpíadas, é a implantação de quatro linhas BRT (Bus Rapid Transit), que são corredores de ônibus expressos e articulados. Estão sendo construídas 4 BRTs: a Transoeste (Barra da Tijuca-Santa Cruz-Campo Grande), Transolímpica (Recreio dos Bandeirantes-Deodoro), Transbrasil (Avenida Brasil: Centro-Deodoro) e Transcarioca (Barra-Aeroporto Internacional Tom Jobim). Também será implantado um sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), ligando o aeroporto Santos Dumont à região portuária. O impacto social dessas obras é vasto e tem provocado o despejo de milhares de famílias de baixa renda sem uma contrapartida relevante do poder público. No que concerne a venda ambulante, a Transcarioca atingiu em sua primeira fase de projeto duas áreas de comércio informal: Jacarepaguá e Madureira.

Diversos projetos de modernização estão sendo realizados sob o mesmo pretexto, como a recuperação da zona portuária (Porto Maravilha), o Morar Carioca, a revitalização do entorno do Estádio João Havelange (Engenhão), a ampliação do Sambódromo e o projeto integrado do entorno do Complexo do Estádio Maracanã. O Maracanã expulsou ambulantes do seu em torno para execução das obras de reforma, a expectativa das lideranças de organizações de vendedores de rua é que os comerciantes informais que costumavam vender na região antes da obra não sejam autorizados a comercializar no local quando a reforma for concluída.

As organizações de vendedores ambulantes e artesãos estão temerários com a atitude das autoridades municipais durante a Copa. Os vendedores de feiras de artesanato da orla, dizem já sofrer atualmente impactos com eventos esportivos menores, quando são

impedidos de montar a feira. Uma liderança de ambulantes afirmou enfaticamente que a “Copa não é para pobre”, que a população não vai ganhar com o evento e certamente o ambulante vai sofrer muito, como ocorrido nos jogos Pan-americanos quatro anos atrás.

Outro fator que preocupa as organizações de vendedores informais é a suspensão do processo de licenciamento de trabalhadores do centro, e o conseqüente “aviso prévio” de que os esquemas de “tolerância” serão extintos. Diversos entrevistados pontuaram que a prefeitura recuou para não regulamentar a venda no centro, e que isso pode estar ligado ao plano de organização do solo público previsto para os megaeventos.

A experiência de contato com organização de vendedores ambulantes do município do Rio de Janeiro mostrou que existe um cenário favorável para a organização de um grupo de trabalho coletivo de representantes de organizações de vendedores informais e aliados sobre a Copa do mundo. Existem, portanto, desafios que precisam ser superados para que isso ocorra, tanto em relação a capacidade de organização política dos representantes de organizações de comerciantes de rua, quanto à postura do poder público no tratamento da questão da ordem do espaço público frente aos megaeventos.

Sobre a organização política dos vendedores informais, foram identificadas as seguintes dificuldades:

- O esgotamento emocional dos ambulantes que buscaram se mobilizar politicamente ao longo dos anos. Além de serem ignorados pela gestão municipal e criminalizados no desempenho de sua atividade profissional, a categoria de trabalhadores nunca tem suas reivindicações atendidas.
- A relação dos vendedores informais com representantes do poder legislativo, que se define como uma das únicas alternativas possíveis de movimentação política dos ambulantes, e é diretamente relacionada à principal dificuldade de organizar a categoria, já que resulta inevitavelmente no uso político dos trabalhadores ambulantes como massa de manobra de candidatos políticos a procura de apoio eleitoral. A recorrência deste fato faz a categoria ser completamente descrente de uma eventual mobilização política que leve a efetiva garantia e expansão de direitos.
- A forma que o associativismo foi estabelecido em diversas organizações. O dinheiro pago ao presidente da associação é na maioria absoluta das vezes, a arrecadação para o pagamento da

*O MARACANÃ  
EXPULSOU  
AMBULANTES DO  
SEU EM TORNO  
PARA EXECU-  
ÇÃO DAS OBRAS  
DE REFORMA*



“tolerância” às autoridades municipais. O presidente da associação concentra a contribuição e negocia a permanência dos vendedores de ponto fixo. Este processo torna a associação um veículo de acumulação de dinheiro, onde os trabalhadores pagando um “aluguel” para poder trabalhar, e instaura uma lógica empresarial, nada representativa e contrária ao coletivismo político. As associações muitas vezes são nada mais que a administração do dinheiro sujo para manter o assentamento que não é regularizado, e não raramente os interesses individuais do presidente se sobressaem aos da maioria, numa lógica de exploração de seus próprios associados.

- A competitividade entre os representantes das organizações e a disputa por poder. Existem muitos comportamentos autoritários entre as lideranças das organizações e não existe a compreensão de que o diálogo, o debate e a confluência de opiniões sejam benéficos. A falta do exercício democrático e da noção da importância da união de forças é resultado da própria *práxis* dos trabalhadores, que competem no dia a dia, o que dificulta enormemente qualquer iniciativa de fortalecimento político.

O principal desafio em relação à atitude da gestão municipal é o fato de a prefeitura e a SEOP adotarem uma postura de não dialogar com a categoria e de criminalizar os vendedores informais excluídos do processo de licenciamento, que foi realizado unilateralmente. Estas medidas são relacionadas à promessa eleitoral de acabar com o comércio informal e de valorizar o espaço público, fortemente ligada ao fato de o Rio de Janeiro vir sediando diversos eventos mundiais (Jogos Militares, Rio + 20 em 2012 etc.), além do jogo final da Copa do mundo e as Olimpíadas 2016.

Tendo em vista esses pontos principais, o cenário para a organização da categoria é positivo. A mobilização dos ambulantes é efervescente e tem todas as condições de se estruturar.

## 6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

As principais conclusões quanto aos encaminhamentos da Campanha Cidades para Todos até 2014, são que as ações a serem tomadas pela *StreetNet* e aliados para fortalecer o nível de organização dos vendedores informais, devem ser em direção a criação de condições para a construção de um espaço de articulação política entre associações de vendedores informais. O estabelecimento deste espaço, por sua vez, é pensado para que possibilite a reivindicação de um espaço de negociação com o poder público que busque a garantia do direito ao trabalho dos vendedores informais.

Apesar da existência de diversas organizações de vendedores de rua na cidade do

Rio de Janeiro, existe uma total desarticulação política entre elas. É necessária a criação de um espaço de articulação das diversas representações de ambulantes, para fortalecer a organização e o alcance destes trabalhadores.

Este espaço político só pode ser pensado a partir da formação política dos representantes de organizações de ambulantes em práticas democráticas de organização política, além do exercício da democracia, da colaboração e do cooperativismo. Dessa forma será possível que representantes unam forças, abandonem desavenças e fortaleçam a unidade de luta, para assim superar a lógica competitiva estabelecida no dia a dia do trabalho.

Para garantir que a articulação entre representantes e a formação política desencadeiem um processo sustentável de organização e fortalecimento da categoria, é fundamental que exista um suporte técnico regular por um certo período de tempo, que traga o conhecimento específico de ações políticas efetivas na garantia de direitos, tanto jurídica, como de formulação e pressão política para a implementação de políticas públicas (*advocacy*), e de auxílio para a organização de protestos e articulação política, até que os próprios trabalhadores tenham condições de levar o processo autonomamente.

Para que exista um espaço de negociação que cumpra a função de sistematizar as principais reivindicações e possibilitar conquistá-las é necessária a criação de um espaço de negociação com o poder executivo competente, já que envolvimento de representantes municipais da Câmara de vereadores não é suficiente para decidir sobre as políticas adotadas, uma vez que o prefeito e o secretário municipal responsável pelo solo urbano têm uma postura de não dialogar com outras instâncias, além de ter como prioridade a organização e limpeza do espaço público.

Da mesma forma, é de fundamental importância somar forças com coalizões existentes no embate às violações de direitos sociais causadas pelas obras e acordos referentes à Copa e Olimpíadas, e envolver os atores sociais mobilizados em função da garantia de direitos nos megaeventos.

## NOTAS

1. [http://www.rio.rj.gov.br/clf/maximo\\_comerciantes.htm](http://www.rio.rj.gov.br/clf/maximo_comerciantes.htm)
2. [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td0773.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0773.pdf)
3. [http://www.rio.rj.gov.br/clf/legislacao/lei\\_1876\\_92.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/clf/legislacao/lei_1876_92.pdf)
4. [http://www.rio.rj.gov.br/clf/legislacao/decreto\\_29881.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/clf/legislacao/decreto_29881.pdf)
5. <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=768005>
6. <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/314384/decreto-25491-05-rio-de-janeiro-rj>
7. <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1648861>
8. [oglobo.globo.com/rio/mat/2010/02/04/lapa-legal-com-barracas-novas-banheiros-quimicos-915790687.asp](http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/02/04/lapa-legal-com-barracas-novas-banheiros-quimicos-915790687.asp)
9. <http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/45de5243ec916734b18d.pdf>
10. [http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/cime/CE18/CE18\\_001.html](http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/cime/CE18/CE18_001.html)

## I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Salvador é uma metrópole com mais de 3,5 milhões de habitantes, sendo o município mais populoso do Nordeste e a sétima região metropolitana mais populosa do Brasil. É fortemente marcada pela grande concentração de negros e pardos, que juntos compõem cerca de 80% da população e por isso se caracteriza pelo fato de ser um grande centro da cultura afro-brasileira.

O trabalho informal na cidade existe desde o século XIX. Mas foi no século XXI que este apresentou um rápido crescimento devido ao caráter restritivo da modernização da economia nesse período. A economia da cidade e do estado durante muito tempo esteve ligada à produção agrícola e outras atividades cujas demandas por mão-de-obra especializada não eram predominantes. Com a reestruturação produtiva que se acentua a partir da segunda metade do século XX que a informalidade se torna cada vez mais presente em Salvador, principalmente a partir da década de 70.

A atividade dos vendedores informais é em Salvador o principal ramo do mercado de trabalho informal. Além disso, se constitui um elemento formador da cultura local e do modo de ser da cidade, o que é bastante evidenciado no que se refere ao trabalho das baianas do acarajé<sup>1</sup>, as quitandeiras<sup>2</sup> e o artesanatos em geral – atividades que existem na cidade desde o século XIX<sup>3</sup>. No entanto, hoje o comércio informal se caracteriza principalmente pela venda de produtos industrializados nacionais e importados de países asiáticos como a China e a Coreia do Sul, as mercadorias mais comercializadas.

Segundo estatísticas produzidas com base na Pesquisa Nacional por amostra de domicílio (PNAD) a Bahia tem a maior proporção de vendedores de rua na faixa das famílias que são consideradas pobres. Segundo pesquisa apresentada por Guimarães<sup>4</sup> no ano de 2002, entre os vendedores de rua, destaca-se uma predominância masculina (58,5%), e uma maior concentração na faixa etária de 30 a 39 anos (29,4%), seguindo-se a faixa de 40 a 49 anos (24,5%), e

**2.675.656**  
HABITANTES

**32.824.229**  
PIB (R\$)

**15,3%**  
DESEMPREGO

**42.000**  
VENDEDORES  
INFORMAIS

**R\$ 610,00**  
RENDIMENTO  
MÉDIO (R\$)

**35,76%**  
ÍNDICE DE  
POBREZA

depois a faixa mais jovem, de 20 a 29 anos (23%). Os ambulantes que possuem 50 a 59 anos representam 10 % do total, e acima dessa faixa encontram-se apenas 2,8%. Quanto à escolaridade, verifica-se uma reduzida proporção de analfabetos, (4,3 %), uma maior parte que possui o ensino fundamental incompleto (43,3%), ou o ensino fundamental completo (19%), encontrando-se ainda um contingente significativo que possui o ensino médio incompleto (16,3%) ou completo (15,6%).

Há alguns anos foi realizado um reordenamento dos vendedores de rua na região central da cidade. Após a iniciativa de uma das organizações de vendedores de rua na cidade – a Associação dos Feirantes e Ambulantes da Região Metropolitana de Salvador (ASFAERP) – em solicitar à prefeitura que realizassem uma parceria para realizar esse projeto. O reordenamento dos principais bolsões de vendedores de rua da região da Avenida 7 de Setembro foi realizado de forma que foram delimitadas cerca de 13 áreas onde os vendedores de rua poderiam posicionar suas barracas. Da mesma forma, em outra região da cidade, num bairro mais periférico chamado Calçada, houve tentativas de ordenamento dos vendedores de rua a partir de iniciativas propostas por representantes da ASFAERP que atuam nesta região.

Esta organização do espaço, todavia, com o passar dos anos acabou se desfazendo devido ao aumento dos vendedores de rua na cidade. As barracas, antes padronizadas, passaram a rivalizar com outros formatos, ocupando espaços de forma cada vez mais desordenada. A desorganização crescente desagradava cada vez mais os lojistas, trazendo obstáculos para atuação destes vendedores nas ruas da cidade. Os vendedores de rua permanecem nas calçadas em frente aos bancos e lojas, gerando conflitos com o comércio formal que prejudicam os próprios vendedores informais.

## 2. RELAÇÃO COMO PODER PÚBLICO

Ao contrário do que acontece em outras grandes cidades do país, os vendedores ambulantes na cidade de Salvador não sofrem com uma fiscalização intensa na maioria dos locais onde apresentam maior concentração. Dessa maneira, o comércio informal crescente acarretou numa proliferação de vendedores que se acumulam nas calçadas e praças da cidade gerando um tumulto que na visão das próprias associações, como veremos mais a frente, dificulta as vendas e colabora para a construção de uma visão negativa da atividade por parte da sociedade e dos lojistas destas regiões da cidade. Em locais de grande circulação de pessoas, como a Avenida 7 de Setembro, os camelôs ocupam quase todo o espaço disponível para a circulação de pedestres e em alguns casos escondem as vitrines e fachadas das lojas com suas bancas e mostruários.

A quantidade cada vez maior de vendedores ambulantes tem criado problemas em termos não só da aceitação da população e dos lojistas, como também afeta a concorrência entre os vendedores. As causas para o crescente número de vendedores ambulantes nas

ruas de acordo com os grupos entrevistados se devem principalmente à migração vinda de outros estados mais pobres da região nordeste, como é o caso de Sergipe. No entanto autores apontam também a migração proveniente da zona rural do estado (NASCIMENTO, 2011) como um fenômeno importante que tem se dado recentemente na cidade.

Na gestão do antigo prefeito da cidade Antônio José Imbassahy (1996-2004) foi feito o ordenamento dos vendedores a partir da iniciativa das associações, as lideranças de esquerda e as ONGs em conjunto com o governo municipal, como já foi dito. Levando-se em conta que a prefeitura afirmou não ter condições arcar com os custos da reorganização das barracas e da construção de barracas padronizadas, esta incentivou as associações a procurar parcerias como o Banco Bradesco, o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, e a Visão Mundial. Estes bancos se interessavam em organizar as ruas e as praças do entorno onde se localizavam suas agências com o objetivo de manter sua limpeza e organização.

Além disso, os bancos ameaçaram retirar as barracas que permanecessem em frente às fachadas das lojas. A solução encontrada foi a liberação de uma linha de crédito especial para os vendedores de rua para a construção de barracas padronizadas, para aqueles que não tinham condições de fazê-lo com recursos próprios. Esta linha de crédito apresentava condições mais flexíveis para a concessão do crédito, de forma a se adaptar à realidade do comércio informal na cidade.

No que diz respeito às feiras, as principais são administradas pela prefeitura através da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Combate à Violência<sup>5</sup> (SESP). O setor de Mercados e Feiras é responsável, além da administração, pelo licenciamento de vendedores<sup>6</sup>. Segundo os representantes das associações a relação dos feirantes com a prefeitura e outros órgãos do governo é boa, não sendo identificados grandes conflitos.

Em se tratando dos vendedores que realizam suas atividades em logradouros e praças públicas, a regulamentação e fiscalização destes também estão a cargo da SESP. O setor de Comércio Informal e Espaço Público é responsável pelo ordenamento, licenciamento e fiscalização de espaços públicos e comércio Informal. A Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização (CLF) é responsável pelo licenciamento de ambulantes, para atuarem tanto no dia a dia, quanto em festas populares, sendo também sua função a organização do comércio informal, exercendo a fiscalização e apreensão de mercadorias daqueles vendedores de rua que não estão licenciados. A Coordenadoria também é responsável pela liberação de eventos realizados em logradouros públicos, e por isso são estratégicos para os vendedores de rua que trabalham vendendo alimentos e bebidas em festas populares.

Para receber licenciamento para atuar como vendedor de rua, é necessário a apresentação dos documentos básicos de identificação e indicar a área em que deseja trabalhar, áreas essas definidas, como já foram citadas, há alguns anos atrás a partir de uma ação da SESP em conjunto com as organizações de vendedores de rua de Salvador. Além disso, é necessário o pagamento da taxa de R\$7,54.

A prefeitura é o principal órgão público com quem os vendedores informais se





relacionam. Segundo eles, a postura da prefeitura em geral é favorável aos vendedores. Assim também o seria a maior parte dos órgãos do poder público, a exemplo do governo do estado, secretarias municipais e estaduais, entre outros. É certo, no entanto, que em gestões municipais anteriores houve maior interesse em colaborar para a melhoria das condições de trabalho destes vendedores, o que não acontece atualmente. Nesse sentido, não há atitudes negativas com relação à presença dos vendedores, mas não há da mesma forma uma atitude no sentido de apoiar o trabalho destes indivíduos. Quanto ao Ministério Público, ele é visto como um possível aliado, podendo ser incitado a apoiar determinadas demandas dos vendedores informais. Todavia, em alguns momentos também foi utilizado por alguns grupos da sociedade para tentar forçar a retirada de trabalhadores instalados em calçadas e em frente a vitrines de lojas do comércio formal.

Já no que diz respeito aos artesãos, o órgão que mais se faz presente no cotidiano destes trabalhadores é o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá. Este instituto é uma autarquia da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, com a finalidade de executar a política de preservação, fomento, promoção e comercialização do artesanato baiano. Tem, também, como uma de suas diretrizes a organização e o fortalecimento dos núcleos de produção, associações e cooperativas, estimulando a qualificação dos artesãos.

Outra atribuição importante do Instituto é o cadastramento dos artesãos no estado, sendo a única instituição em Salvador responsável pela emissão das carteiras de identidade profissional do Artesão. Estas carteiras de identidade permitem ao artesão ter autorização da Secretária da Fazenda para utilizar Notas Fiscais e dá ao artesão o direito de participar das feiras e eventos do Mauá. Esta carteira é reconhecida pelo Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) e é válida em todo território nacional. Este programa do governo federal conglomerava vários órgãos estaduais e municipais em todos os estados brasileiros. Estes órgãos vêm assumindo um papel central na organização do comércio informal de artesanato, investindo na constituição e fortalecimento de organizações de artesãos em todo o Brasil.

Para os artesãos, todavia, o principal apoio dado pelo Instituto é a realização das feiras, que também se constitui na principal demanda dos artesãos, além da existência de outros espaços para a comercialização de seus produtos. Segundo a associação de artesãos entrevistada para esta pesquisa, os artesãos têm uma boa relação com o Instituto, mas reclamam da falta de interesse dos outros órgãos do poder público em atuar no apoio a atividade do artesanato na cidade.

### 3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDAS

Dentre as organizações mapeadas destaca-se o Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Ambulantes de Salvador (SINDFEIRA) que congrega cinco associações de vendedores ambulantes da cidade. O sindicato abrange o trabalho tanto dos vendedores

de rua quanto o dos vendedores que trabalham nas feiras da cidade. A primeira delas é a Associação dos Feirantes e Ambulantes da Região Metropolitana de Salvador (ASFAERP). A ASFAERP tem como filiados grande parte dos bolsões de camelôs da cidade de Salvador e sua região metropolitana, sendo a organização que apresenta a maior abrangência territorial da cidade. Esta associação, como foi dito, foi a principal associação responsável pela intermediação junto à prefeitura da reorganização dos vendedores de rua ocorrida em algumas regiões da cidade. Com o aumento desordenado do comércio informal em anos recentes, a principal demanda destas organizações, sem dúvida, é o ordenamento da atividade dos vendedores na cidade de Salvador.

A segunda associação, que também faz parte do SINDFEIRA, é Associação Profissional dos Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador. A associação foi fundada em 1985 e surgiu de uma ruptura de alguns diretores do SINDIFEIRA com a antiga gestão do Sindicato. Devido ao descontentamento com algumas ações do Sindicato, estes diretores se retiraram de seus cargos e formaram uma associação independente. Hoje a associação conta com cerca de 1300 filiados e retomou relações com o SINDFEIRA, do qual atualmente faz parte. Além disso, a associação conta com uma porcentagem aproximada de 40% de mulheres e 60% de homens filiados, sendo que boa parte desses associados estão localizados nas feiras, apesar de contar também com vendedores de rua. O tipo de mercadoria que se vê vai desde produtos industrializados importados até artesanato. O sindicato abrange todas as feiras e os vendedores de rua, e o centro da cidade concentra o maior grupo de vendedores filiados ao grupo. Uma das demandas apontadas pelo representante desta associação é a permanência dos vendedores de rua nos locais de trabalho em que eles hoje se encontram.

A terceira associação é a Associação do Comércio Informal de Salvador. Essa associação era anteriormente chamada de SINDFORMAL. Embora tenha atuado em Salvador por cerca de três anos, devido a mudanças estatutárias e de diretoria, optou-se pela modificação do nome da associação. A associação, agora com o novo nome, existe há cerca de nove meses. A maioria dos associados são camelôs que se encontram principalmente no centro, em locais como o Coqueiro da Piedade e a Avenida 7 de Setembro. A maioria de seus vendedores é licenciada. A principal demanda do grupo é a que se repete com relação com o Sindicato e associações: o ordenamento dos vendedores de rua principalmente nas áreas demarcadas na última reforma e ordenamento das barracas dos vendedores de rua do centro. Além do ordenamento, acreditam que a revitalização destas áreas e obras de infraestrutura nestes locais poderia contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos vendedores.

A última associação é a Associação dos Proprietários de Barracas nas Festas Populares (ABFEST). Diferentemente das outras associações de vendedores de rua, este grupo trabalha em sua maioria com vendedores de alimentos e bebidas que trabalham em festas ao ar livre como grandes shows, jogos de futebol, e festas populares como o Carnaval e a festa de São João. Estes vendedores não têm licença permanente de trabalho, mas apenas de acordo com a realização de festas e eventos. Devido a essa particularidade, a principal demanda deste

grupo é que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Prevenção à Violência permita a liberação de licença para a atuação do maior número possível de associados nas festas. Outra particularidade desta associação é que o número de mulheres é imensamente superior ao número de homens – cerca de 70% de mulheres contra 30% de homens.

Ainda foi possível identificar associações de artesãos como o Centro Associativo das Trabalhadoras do Artesanato, grupo formado por mulheres em idade avançada. Estes grupos trabalham produzindo peças para várias lojas de artesanato, a maioria delas concentrada no Pelourinho. Participam também de feiras eventuais que ocorrem na cidade, a maioria delas organizada por órgãos do governo, com o objetivo de incentivar o turismo local, principalmente o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá.

## 4. ALIADOS

Em geral, as alianças relatadas pelos vendedores informais na cidade são outras associações de vendedores de rua, o SINDFEIRA, ou órgãos públicos ou vereadores e deputados estaduais e federais. A aliança mais profícua tem sido a das associações e o sindicato. A estrutura organizacional colegiada da ASFAERP faz com que a própria associação seja um conglomerado de grupos menores presentes em vários pontos da cidade, contando com fortes lideranças em várias regiões da cidade. Entre a ASFAERP e a ABFEST há uma forte aliança, apesar de os dois grupos lidarem com questões diferentes no que diz respeito à dinâmica e regulação da venda.

Os sindicatos formais são vistos como possíveis aliados, mas não há uma parceria constante. Em geral o apoio destes sindicatos e centrais sindicais está fortemente ligado à disponibilização de assessoria jurídica, entre outras. Foram lembrados o Sindicato dos Petroleiros de Salvador, que em alguns momentos teria colaborado com ajuda financeira para a realização de atividades e manifestações, Sindicato dos Químicos de Salvador, Sindicato dos Bancários e a CUT.

A prefeitura, atualmente do Partido Progressista, não é uma parceira potencial. Mas em mandatos anteriores o diálogo entre as associações e o poder municipal já foi mais intenso, como no governo anterior<sup>7</sup>. Além disso, tem contado com o apoio de alguns vereadores, principalmente devido ao fato de que um desses legisladores tem como base e apoio eleitoral a categoria dos vendedores de rua. Já os deputados federais e estaduais são reconhecidos como potenciais parceiros, apesar de não terem tido uma participação proeminente na defesa das demandas dos grupos de vendedores que estão nas ruas. O cenário se modifica com relação às feiras. A Feira de São Joaquim, a maior da cidade recentemente foi contemplada com um auxílio financeiro do Ministério do Turismo e do Governo Estadual para realizar uma grande reforma estrutural de suas instalações. A captação desta verba contou com o apoio direto dos deputados federais e estaduais da Bahia, através de emendas orçamentárias e outras formas de captação.



Os artesãos identificam o poder público como um de seus principais parceiros, no sentido em que podem usufruir dos programas de incentivo ao artesanato. O Instituto Mauá organiza e realiza feiras de artesanato, além de captar recursos sejam públicos sejam privados para realização de eventos que possam vir a favorecer os artesões da cidade.

Com relação a grupos da iniciativa privada, os artesões citaram algumas tentativas do Banco do Brasil em apoiar atividades realizadas por artesões, mas ainda muito raras. Já os vendedores de rua, na época da reorganização das barracas e do espaço onde se localizavam na cidade, citaram além do Banco do Brasil, o Banco Bradesco, o Banco do Nordeste, e a ONG Visão Mundial, que colaboraram com a abertura de linhas de crédito especiais para os vendedores de rua.

## 5. IMPACTOS DA COPA

Em Salvador ainda não foram iniciadas obras de infraestrutura, com exceção da reforma do estádio Fonte Nova, local onde ocorrerão os jogos da Copa na cidade. Os vendedores que antes trabalhavam neste local, exercem suas atividades hoje no outro estádio da cidade e não sofreram impactos muito grandes com relação a esta mudança.

Da mesma forma, pouco é sabido sobre possíveis remoções. Há projetos de alargamento de vias no centro da cidade que farão com que o espaço disponível para a colocação de barracas e bancas sejam diminuídos, afetando diretamente os vendedores. No entanto, para além da diminuição do espaço para os vendedores, há projetos de realocação dos vendedores de rua da cidade, que hoje estão presentes em grande quantidade em ruas importantes. Já houve a tentativa em momentos anteriores de se construir um camelódromo para abrigar vendedores das ruas. Este projeto, todavia, não obteve sucesso, pois segundo os vendedores informais, o local escolhido para a construção do camelódromo não era próximo à vias com grande fluxo de pessoas, fazendo com que as vendas fossem reduzidas, levando por sua vez os vendedores a se retirarem do camelódromo e voltarem para as ruas. Devido a essa experiência mal sucedida as associações em Salvador rejeitam a construção de camelódromos ou shoppings populares como possível alternativa em caso de serem retirados das ruas.

## 6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Salvador apresenta um contexto bastante atípico no que diz respeito à atividade do comércio informal. Não há repressão forte dos governos municipais e estaduais e a venda nas ruas não é proibida como em várias outras cidades. Isso gerou um boom de vendedores de rua, vindos tanto do comércio formal que não absorve determinadas parcelas da população sem formação exigida pelo mercado de trabalho formal, tanto migrantes de outras cidades do estado quanto de estados vizinhos.

As ruas do centro e de outras regiões estão tomadas pelos vendedores de rua, ocupando massivamente as calçadas e praças. Esta situação faz com que cresça o descontentamento dos comerciantes formais que tem suas entradas e fachadas obstruídas por alguns vendedores, o descontentamento de uma parcela da população que se incomoda com o bloqueio das passagens de pedestres (já houve tentativas de utilizar o Ministério Público para a retirada dos vendedores), além de chamar a atenção das autoridades interessadas em promover uma higienização urbana visando a Copa do Mundo.

Caso haja a remoção maciça destes vendedores, o número de afetados pode ultrapassar a marca de 12 mil famílias, número aproximado de vendedores de rua presentes nos principais bolsões de camelôs, segundo as associações entrevistadas. Algumas feiras ao contrário, podem se beneficiar ao tentarem utilizar o argumento de que são atrativos turísticos da cidade, como a Feira de São Joaquim. Este argumento vale também para os artesãos, mas nesse caso, há muita dificuldade no que diz respeito à abrangência das políticas de fomento do artesanato, visto que muitos grupos não conseguem se beneficiar das ações promovidas pelo Instituto Mauá.

Devido ao grande contingente de pessoas atuando no comércio informal da cidade, a questão da abrangência, portanto, aparece como um elemento crucial na defesa de políticas públicas para os camelôs, feirantes, barraqueiros de festas populares e artesãos. As políticas que existiram atingem apenas uma parcela dos grupos, todos eles com situação regulamentada pela prefeitura. Isso nos leva a outra preocupação: os grupos mais vulneráveis hoje são os vendedores de rua não licenciados para exercer a profissão, pois em geral não são contemplados em políticas para a categoria e não contam com o apoio formal das associações. Sendo poucos os representantes que defendem a inserção destes não regularizados. Levando-se em conta que há cerca de 3000 vendedores cadastrados na prefeitura, aproximadamente 9000 vendedores em situação precária que dificilmente serão incluídos mesmo em projetos de construção de shoppings populares.

Por fim, é necessária a disseminação de informações sobre as possíveis ações da Prefeitura, guiada pelas exigências da FIFA no sentido de levar à marginalização dos vendedores de rua com a delimitação das zonas de exclusão. Não há conhecimento sobre a experiência vivida pelos vendedores de rua na África do Sul, levando a muitos questionamentos por parte das associações entrevistadas. Isso faz com que os representantes tenham uma avaliação positiva da vinda da Copa do Mundo para a cidade na maioria das vezes. Apenas após a visita da *StreetNet* às associações foi possível perceber o crescimento da preocupação dos grupos com os potenciais impactos negativos à categoria, com a realização de eventos públicos e a pressão dos governantes pela disponibilização dos planos de revitalização urbana de regiões estratégicas como o centro de Salvador.

## NOTAS

1. Iguaria típica do estado da Bahia.
2. Produtoras e vendedoras de comidas típicas.
3. Como afirma Durães, 2002.
4. Guimarães, 2002.
5. Estas feiras são: a Feira do Bonfim, do Curtume, das Flores, Dois De Julho, de Itapuã, do Rio Vermelho, de São Joaquim, de São Miguel e de Frutos Do Mar.
6. Para obter a licença, no caso de vendedores que trabalham com barracas desmontáveis é necessário pagar a taxa de R\$ 14,90 e no caso de venda de produtos alimentícios apresentar dois outros tipos de documento: Atestado de Saúde Ocupacionale Certificado de Produtor Orgânico. Para aqueles vendedores que trabalham em boxes de feiras permanentes, como permissionário, num dos mercados e feiras municipais é necessário participar de processo licitatório.
7. O prefeito atual é do Partido Progressista (PP). O anterior a ele era do Partido Democrata (DEM), de direita.

## REFERÊNCIAS

DURÃES, Bruno. "Trabalho Informal": um paralelo entre o trabalho de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. . **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 289-308, 2002.

GUIMARÃES, Iracema. Participação Familiar e Trabalhadores Informais. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13, 2002. Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, UFOP, 2011. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_TRB\\_ST2\\_Guimaraes\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_ST2_Guimaraes_texto.pdf) Acesso em: 03 nov 2011.

NASCIMENTO, Antônio. Movimentos Sociais Urbanos de Trabalhadores Rurais Transmutados. In: Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Sociologia, 28, 2011. Recife. **Anais...** Recife, UFPE, 2011.



## I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cidade de São Paulo é um dos principais centros financeiros, coporativos e mercantis da América Latina. É também a cidade mais populosa do Brasil com 11,3 milhão de habitantes e tem o maior Produto Interno Bruto do país, que representa 12% do total do PIB brasileiro. O município sempre teve grande parte de sua economia alocada na indústria, no entanto, vem passando por uma transformação do perfil econômico, aumentando gradativamente a participação do setor de serviços na economia. Os índices de negócios ligados à economia informal são altos, assim como os índices de desigualdade. Em 2001 foi registrado que 10% da população vivia abaixo da linha de pobreza.

A presença dos vendedores ambulantes no município de São Paulo é registrada desde a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a partir da Lei de Terras de 1850 até a Abolição da Escravatura em 1888. Já a primeira lei que regula a atividade no município de São Paulo é de 1896.

Desde o início do processo de urbanização, a cidade de São Paulo se desenvolveu a partir de pólos de comércio popular interligados por um sistema de transporte – chamado reboque – que levava os cidadãos entre esses pólos e a seus respectivos locais de trabalho e moradia.

A região central do município historicamente sempre concentrou um grande número de vendedores ambulantes em razão de ser o principal entreposto de chegada, distribuição e venda dos produtos advindos do principal porto do país, o porto de Santos. Eram nas ruas do Centro Histórico (ladeira Porto Geral) que ocorria a distribuição dos produtos pela cidade e para os municípios no interior do Estado. Até hoje a região central tem papel varejista relevante na cidade por ainda ser o principal núcleo de entroncamento dos fluxos urbanos e também por abrigar importantes pólos de comércio popular especializado.

**11.253.503**  
HABITANTES

**389.317.167**  
PIB (R\$)

**10,5%**  
DESEMPREGO

**158.000**  
VENDEDORES  
INFORMAIS

**R\$ 790,00**  
RENDIMENTO  
MÉDIO (R\$)

**28,1%**  
ÍNDICE DE  
POBREZA

Nas zonas norte, sul, leste e oeste, os locais de aglomeração de trabalhadores informais se efetivaram nas principais portas de entrada da cidade, conectadas aos municípios vizinhos da região metropolitana e nos centros de comércio popular. Nessas regiões, os vendedores ambulantes se concentraram próximos aos locais de transporte coletivo, sobretudo, próximos aos terminais de trem, ônibus e metrô.

A lógica espacial que o comércio varejista informal seguiu na cidade, refletiu a forma de organização do espaço urbano que o município de São Paulo desenvolveu historicamente, e influi diretamente na forma que os trabalhadores ambulantes se organizam.

## ATUALMENTE, PREDOMINAM ORGANIZAÇÕES DE VENDEDORES AMBULANTES POR REGIÃO DA CIDADE

Atualmente, predominam organizações de vendedores ambulantes por região da cidade (norte, leste, oeste e sul), geralmente atrelados a esses centros de comércio popular e próximos aos terminais de transporte coletivo. No centro da cidade encontramos o maior número de organizações de vendedores ambulantes atuantes.

Os produtos comercializados na cidade são de natureza variada. Nas ruas é possível achar vendedores de comida, bebida, roupas, artigos de decoração, acessórios, artesanato, CDs e DVDs piratas, entre outros artigos de utilidade. São achados também, principalmente nas ruas e shopping populares do centro, produtos eletrônicos e tecnologia chinesa.

A Feirinha da Madrugada do Brás e seu entorno – com a maior aglomeração de vendedores informais da América Latina – sofreu recentemente uma onda de fiscalização e repressão que retirou os produtos eletrônicos contrabandeados do comércio informal.

As informações atuais sobre o número de ambulantes na cidade de São Paulo foram levantadas a partir de uma análise elaborada recentemente com base na Pesquisa Emprego e Desemprego – PED<sup>1</sup> realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, com parceria da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

As subamostras foram elaboradas pelo Dieese selecionando o número de pessoas ocupadas no setor de comércio varejista de rua e que residem na Região Metropolitana de São Paulo. A pesquisa se refere ao período 2009-2010, quando dados indicavam que os ambulantes correspondiam a 1,7% da população ocupada em São Paulo. Neste período, existiam 158 mil ambulantes na região metropolitana, dos quais 43,1% tinham a renda mensal de até um salário mínimo, e 35,6% rendimento mensal entre um e dois salários mínimos. Em média, os vendedores ambulantes trabalham 40 horas semanais e obtém o rendimento

mensal de R\$ 790,00, e a permanência no atual emprego é de 6,7 anos. A pesquisa também mostrou que apenas 14,1% desses trabalhadores contribuem para a previdência pública.

A PED caracteriza o vendedor ambulante com o seguinte perfil dominante: são homens, de cor branca, idade madura, escolaridade precária, chefes de domicílios pobres e moradores há bastante tempo na cidade de São Paulo.

O professor da PUC-SP João Batista Pamplona, que desenvolveu estudo no mesmo período, também a partir da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), utilizou subamostras obtidas através da seleção de pessoas ocupadas no setor do comércio varejista das vias públicas que residiam na Região Metropolitana, mas trabalhavam no Município de São Paulo. De acordo com ele, os atributos sexo, idade, escolaridade e renda familiar merecem ser destacados, pois são os que mais diferenciam os vendedores ambulantes de outros. Entre os perfis analisados, 2/3 eram homens; 50% tinham mais de 40 anos; e 69,1% possuíam o ensino fundamental completo.

Com esses dados, Pamplona desmistifica o discurso, muito utilizado pelo Poder Público, de que o crescimento econômico e as taxas de emprego e assalariamento verificados até o final da década de 2000, sustentado ainda no início desta década, seriam suficientes para incluir o contingente que vem sendo excluído dos espaços públicos, seja eles com ou sem licença.

NÚMERO DE AMBULANTES E NÚMERO DE LICENÇAS ENTRE 2004 E 2009

	2004	VARIAÇÃO	2009
NÚMERO DE AMBULANTES <sup>1</sup>	133.000	-25%	100.000
NÚMERO DE LICENÇAS <sup>2</sup>	24.000	-91%	2.200
PORTADORES DE LICENÇA	18%		2,2%

1: FONTE: PAMPLONA, 2011, DADOS PED (SEADE/DIEESE) | 2: DADOS SINPESP - 2011.

Pamplona também levantou nestas subamostras, que no ano de 2009 havia 100.000 ambulantes no município de São Paulo, 33.000 trabalhadores a menos do número de vendedores informais em 2004. Ele argumenta que o período de 2004-2008, de diminuição sustentável das taxas de desemprego (de 17,1% em 2004 para 11,8% em dezembro de 2008) e aumento progressivo da taxa de assalariamento para 48,4% em dezembro de 2008, contribuiu





para uma ligeira diminuição dos ambulantes no município de São Paulo, mas não significativamente em razão dos atributos pessoais dos comerciantes de rua levantados pela PED.

Se houve uma diminuição de 25% neste período do número de vendedores ambulantes no município de São Paulo e o número de licenças no município caiu em 91%, o que aconteceu com os 97.800 ambulantes que foram expulsos das ruas?

Não é possível afirmar que o crescimento econômico absorveu esse grande contingente de trabalhadores expulsos da atividade no mercado formal de trabalho, mas este tem sido um dos argumentos que a atual gestão utiliza para justificar a cassação de licenças de vendedores ambulantes.

O exercício do comércio ambulante é regulamentado pelo Decreto 42.600/2002<sup>2</sup>, que modificou a lei original que normatizou a profissão no município de São Paulo em 1991<sup>3</sup>. O nome da permissão de uso do espaço público para comercialização é Termo de Permissão de Uso – TPU. Os pontos da normatização de maior relevância são:

- Existência de critérios de prioridade para a distribuição dos pontos de venda: condição física do ambulante, determinando grau de deficiência com o objetivo de oferecer espaço público de comercialização àqueles sem condições de usufruir do mercado de trabalho; antiguidade no exercício do comércio ambulante.
- As subprefeituras definem a forma que o comércio ambulante é exercido em cada região, seguindo diretrizes da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSP) e da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEMPA) e consultando a Comissão Permanente de Ambulante – CPA.
- A CPA – Comissão Permanente de Ambulante deve ser constituída por membros de entidades representativas (associações ou sindicatos) do comércio ambulante (com no mínimo 70 associados), do comércio estabelecido, da sociedade civil ou movimento popular e da administração municipal.
- A CPA deve ser consultada para a regulamentação dos seguintes temas: áreas, praças e ruas de atuação; produtos e serviços comercializados e tipos de equipamentos utilizados; expedição e revogação dos Termos de Permissão de Uso - TPU.
- A permissão de uso é a título precário, onerado, pessoal e intransferível, que poderá ser revogada a qualquer momento pela prefeitura. Ambulantes podem contratar, dependendo do registro, um ou dois auxiliares.

Em 14 de Agosto de 2007 a Coordenação das Subprefeituras baixou o Decreto nº 32 suspendendo por 365 dias a emissão de novos TPUs no município de São Paulo. A prefeitura

argumentou na época, que o objetivo da resolução era combater o comércio informal e racionalizar o uso do espaço público da cidade<sup>4</sup>. A medida vem sendo renovada desde então, sob o argumento de que persiste a necessidade de reorganização do uso dos espaços públicos para solucionar a irregularidades do comércio ambulante<sup>5</sup>.

## *A “OPERAÇÃO DELEGADA” É RESPONSÁVEL PELA LIMPEZA TOTAL DOS VENDEDORES INFORMAIS QUE NÃO POSSUEM LICENÇA*

A secretaria municipal responsável pela regulamentação das vagas no logradouro público e, portanto, pela venda ambulante, é a Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSP), que coordena as Subprefeituras diretamente responsáveis pelo comércio informal nos perímetros administrativos. A fiscalização é atribuída a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) através da Guarda Civil Metropolitana (GSM). Desde 2009, a GCM foi reorganizada (Decreto 50448/2009<sup>6</sup>), e passou a ampliar a fiscalização nas regiões da cidade e dispor de destacamentos da Superintendência de Fiscalização do Comércio Ambulante, Mediação de Conflitos e Gerenciamento de Crises (SUFIME), aumentando a repressão aos trabalhadores irregulares.

A atual gestão do prefeito Gilberto Kassab implantou uma ação chamada “Operação Delegada” que transferiu a responsabilidade da fiscalização dos ambulantes aos Policiais Militares do estado de São

Paulo por meio de um convênio entre Polícia Militar-Prefeitura. Os policiais militares atuam como agentes fiscais da atividade após realizarem seus turnos normais estabelecidos na carga-horária determinada para a categoria. Os policiais que atuam na fiscalização trabalham sob o regime de “hora-extra”, complementando seu salário de policial, com recursos da Prefeitura destinados à “Operação Delegada”.

Esta operação causou a limpeza total do enorme contingente de vendedores informais da cidade que não possuem licença, e que ficaram sem meios de garantir a subsistência de suas famílias. Diversos representantes de organizações entrevistados relataram que houve a erradicação quase absoluta dos vendedores informais sem licença da cidade, que antes permaneciam sob “vista grossa” das autoridades por meio da cobrança de propina. A repressão a atividade ocorre de forma truculenta gerando um estado geral de criminalização da atividade profissional.

No entanto, a principal violação de direitos fundamentais e de arbitrariedade cometidas pela administração municipal tem sido a cassação sistemática de TPUs.

Regiões de tradicional reduto de concentração de camelôs, como os de Santana (norte), Largo 13 de Maio (sul), Lapa (oeste), Largo da Concórdia (centro-leste) e Itaquera (leste) testemunharam uma expulsão total dos ambulantes e cassação de todas

as licenças. Os camelôs remanescentes nestas regiões operam sem licença, através de um pacto informal com as subprefeituras. Esta condição temporária, portanto, acaba conferindo uma constante instabilidade, permitindo a atuação de alguns vereadores que negociam a permanência dos trabalhadores em espaços provisórios públicos ou privados sob a forma de camelódromos ou shoppings populares, além de abrir espaço para o pagamento de propina aos agentes fiscalizadores.

## **2. RELAÇÃO COM PODER PÚBLICO**

As gestões dos últimos Prefeitos são muito distintas na forma como lidaram com a atividade do comércio ambulante. O governo da prefeita Luiza Erundina – 1989-1992 foi um divisor de águas no relacionamento do Poder Público com os vendedores ambulantes. Ela, que tinha origem nos movimentos sociais de base e nos movimentos sindicais dos trabalhadores, marcou positivamente ao implantar o canal de diálogo social sob a forma das CPAs.

As gestões seguintes, de Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000) foram marcadas pelo envolvimento dos quadros do Executivo e Legislativo nos esquemas mafiosos de corrupção e cobrança de propina aos ambulantes. Nessas duas gestões ocorreram inúmeras Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs de 1991, 1995, 1997 e 1999), lideradas por alguns vereadores articulados às lideranças de ambulantes para denunciarem os esquemas corruptos.

Já a ex-prefeita Marta Suplicy (2001-2004) recuperou as políticas de Erundina, ao ativar as CPAs sistematicamente nas subprefeituras. Nesta gestão, as CPAs, com todas as contradições das disputas políticas que estavam em jogo, foram espaços legítimos de reivindicação e pressão por parte dos trabalhadores.

Os governos de José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (2007-2008; 2009-2012) foram e ainda são caracterizados por uma implacável perseguição tanto aos vendedores ambulantes sem licença quanto aos portadores licenciados. A última gestão de Kassab que implantou a política já mencionada de proibição de emissão de novos TPUs e cassação indiscriminada de licenças em todas as regiões da cidade.

Outro fator de grande relevância na relação da venda informal com o poder público é a lógica espacial mencionada anteriormente. A regulamentação da venda ambulante foi realizada pelo Poder Público, principalmente o Legislativo, de forma

## *AS GESTÕES DOS ÚLTIMOS PREFEITOS LIDARAM DE FORMA DISTINTA COM O COMÉRCIO AMBULANTE*



fragmentada pela cidade. Os deputados estaduais e vereadores estabeleceram suas bases eleitorais tendo em vista a distribuição espacial dos pólos de comércio na cidade, e da consequente regionalização das reivindicações políticas.

A própria legislação que regula o comércio ambulante foi criada tendo em vista comissões e administrações regionais, o que contribui para a fragmentação das organizações de trabalhadores, uma vez que o diálogo entre a o poder público e as organizações de ambulantes acontece separadamente em cada subprefeitura, através dos parlamentares. A legislação foi desenhada como tal exatamente porque as mercadorias políticas sempre são negociadas regionalmente.

Por este motivo, a regulamentação regional do comércio informal aprofundou ainda mais a fragilidade das articulações de ambulantes.

No município de São Paulo existem instâncias tripartites de diálogo social, como os Conselhos Municipais de Habitação e Educação, porém estes conselhos se distinguem das CPA's (Comissão Permanente de Ambulante) na forma como os representantes dos movimentos sociais se relacionam com o Poder Público. Nesses Conselhos, os representantes barganham coletivamente com os demais atores políticos e o Governo simultaneamente. As CPAs, ao contrário, não permitem por parte dos representantes dos trabalhadores, visualizar se há um tratamento diferenciado da Prefeitura com os demais atores políticos em jogo, uma vez que ela ocorre separadamente em cada subprefeitura. Além disso, não as organizações não conseguem se articularem em torno de uma agenda única para se fortalecer como categoria de trabalhador.

Ainda que contribua para a lógica de desarticulação das organizações de vendedores informais, a CPA é um canal de negociação tripartite regulamentado pela prefeitura que prevê a existência do Diálogo Social entre representante dos trabalhadores, sociedade civil e poder Executivo. No entanto, as comissões não ocorrem periodicamente nas subprefeituras como previsto em lei, o que mostra mais uma vez o descaso e negação de qualquer compromisso da administração municipal com os vendedores informais.

### 3. PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES E DEMANDA

Segundo algumas lideranças de trabalhadores informais entrevistadas, aconteceram nos últimos 20 anos diversas tentativas de criar um movimento de organizações de vendedores ambulantes no município unificado na cidade, porém sem êxito. Contudo, os vendedores informais da cidade de São Paulo vivem atualmente o pior cenário já verificado no município, enfrentando violência policial cotidiana e uma profunda e indiscriminada violação dos direitos sociais. O quadro é ainda mais grave pela completa inexistência de diálogo com a administração municipal, que na maioria absoluta das vezes se recusa a abrir espaço de comunicação com os representantes da categoria. A gestão municipal tem como orientação política a limpeza urbana e o extermínio da atividade profissional

ambulante. Essa situação é ainda mais fragilizada pela fragmentação das organizações e pela falta de uma agenda política unificada.

#### PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES

As reivindicações das organizações de ambulantes vêm no sentido de exigir direitos e lutar pela sobrevivência da profissão no município de São Paulo. As principais organizações de vendedores informais do município de São Paulo que possuem relevância significativa no atual cenário da venda ambulante e que foram entrevistadas são:

##### REGIÃO CENTRAL

- **SINPESP – Sindicato dos Permissionários do Estado de São Paulo, articulado com a UNADEF – União Nacional dos Deficientes**  
cujos presidentes são importantes lideranças de camelôs da região da Rua 25 de Março, um dos principais pólos de comércio popular do país. As organizações foram fundadas na década de 80 e têm suas decisões tomadas por assembleia geral ou extraordinária. Os membros da diretoria executiva se reúnem a cada três meses em um conselho executivo e deliberativo, e as decisões ocorrem por voto direto.
- **Associação dos Camelôs e Ambulantes da região do Brás e Adjacências da Capital**  
Formou-se no ano de 2011 sob o contexto da cassação de licenças de venda na região do Brás. O bairro possui o maior contingente de ambulantes da cidade, uma vez que a Feirinha da madrugada – maior camelódromo de São Paulo e pólo de varejo popular de vendedores ambulantes de todo país – se situa no local. Um levantamento informal constatou que no início de 2011 existiam aproximadamente sete mil vendedores informais dentro do shopping popular e dois mil no entorno. No movimento de “limpeza urbana” que a cidade de São Paulo vem empreendendo, promoveu retirada de todos os vendedores informais do entorno da Feirinha da madrugada, o que causou conflitos alarmantes entre vendedores ambulantes e Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana e Comerciantes formais, foram cassados 300 TPUs. Neste contexto, a associação se formou para reivindicar a parlamentares da cidade e estado de São Paulo a revogação da cassação ocorrida indiscriminadamente. A partir disso, intervenção de um deputado estadual diretamente com a gestão municipal levou a revogação da cassação. Atualmente os

trabalhadores estão articulados, mas ainda sofrem com arbitrariedades no dia a dia que causam um sentimento de indignação e desespero.

- **ACESP- Associação dos Camelôs, Ambulantes e Autônomos de São Paulo**  
Representa vendedores informais com permissão de venda e tem sua estrutura organizacional atrelada a central sindical UGT – União Geral dos Trabalhadores. A organização esteve no processo de estabelecimento da Feirinha da madrugada, que fez parte de um projeto da gestão municipal de 2000, de retirar ambulantes das ruas e alocá-los no shopping popular baseado em terreno cedido pela União.

#### REGIÃO LESTE

- **COOPAMESP - Cooperativa dos Trabalhadores Ambulantes do Estado de São Paulo, que representa os vendedores informais do Parque do Carmo e do centro de Itaquera**  
Foi fundada em 2006 após os vendedores informais terem sido expulsos do entorno do metrô Itaquera, na ocasião da inauguração do shopping Itaquera. A diretoria do Parque do Carmo, realizada pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA) permite a venda ambulante no parque através de acordo bilateral, independente da autorização da Subprefeitura. A COOPAMESP tem a estrutura decisória baseada em uma diretoria eleita de 3 em 3 anos e uma assembléia geral mensal com todos os membros. A diretoria se reúne quinzenalmente com a comissão da assembléia para a tomada de decisões, além de fazer parte do conselho gestor do Parque do Carmo.

#### REGIÃO SUL

- **SINTEMEI – Sindicato dos Micro Empreendedores Individuais e da Economia informal do estado de São Paulo**  
É uma reorganização do antigo Sintein - Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal da CUT, que deixou de existir em 2009. Fundado em 2010, reúne grande parte da antiga diretoria do Sintein, que existiu por 20 anos e foi criado por duas principais razões: o fato do movimento sindical formal não investir significativamente em entidades representativas de vendedores informais, o que provocou ao longo do tempo descontentamento da diretoria do Sintein, e a

necessidade legal de adaptar o sindicato juridicamente para representar oficialmente os trabalhadores enquadrados na categoria do MTE, MEI. O sindicato está buscando a carta sindical para poder receber o imposto sindical obrigatório que trabalhadores da economia informal que são MEI contribuem anualmente. Dessa forma, a organização poderá se estruturar financeiramente, já que desde o início foi deficitária. A instância máxima decisória do sindicato é a assembléia, que ocorre semestralmente e legalmente deve ser anunciada em jornal de grande circulação e na Imprensa Oficial. A assembléia agrega a categoria toda e todos os membros. A executiva se reúne quinzenalmente e a diretoria mensalmente para tomar as decisões diárias. A organização tem a diretoria majoritariamente composta por mulheres.

#### DEMANDAS

Os principais temas que circundam as reivindicações das organizações entrevistadas são: denunciar as ações arbitrárias e violentas de fiscalização da atividade, hoje na mão da Polícia Militar; denunciar as cassações arbitrárias e indiscriminadas das licenças realizadas pelas subprefeituras e a não emissão de novas TPUs desde 2007; denunciar o desvio político da função das CPAs, como canal de negociação das políticas, de acompanhamento das arbitrariedades e das decisões sobre as licenças; organizar os ambulantes seja na rua ou em shoppings populares.

Todas as organizações entrevistadas relataram a ocorrência de ações arbitrárias e truculentas em relação aos vendedores ambulantes vindas de policiais militares que fazem parte da “Operação Delegada”:

- Policiais Militares não obedecem as exigências determinadas pela legislação principal da atividade, o Decreto 42.600/2002, que determina que os ambulantes têm o direito de permanecerem por 30 dias no seu local de trabalho, após a cassação da sua licença. Todos os ambulantes relataram que no dia seguinte da publicação da cassação no Diário Oficial Municipal, tiveram suas bancas retiradas pelos policiais militares;
- Não obedecem à lei que regula a fiscalização da atividade, atribuída aos Guardas Civis Municipais. A apreensão das mercadorias, o direito a ter controle sobre o lacre de apreensão da mercadoria e o procedimento de pagamento de multa e retirada da mercadoria apreendida (quando regular) não têm sido cumpridos. A Polícia Militar não segue a legislação e não está sob nenhuma normatização

no exercício das atribuições que são legalmente responsabilidade da GCM, não havendo controle público algum sobre os abusos exercidos;

- Ficam à paisana ou em veículos sem identificação, protegidos com filmes nas janelas para não serem identificados no interior dos mesmos, e agem de forma truculenta e imprevisível em relação aos trabalhadores sem licença.

#### **CASSAÇÃO INDISCRIMINADA E ARBITRÁRIA DAS LICENÇAS E NÃO EMISSÃO DE NOVAS DESDE 2007**

As organizações entrevistadas denunciam a massiva onda de revogações e cassações das licenças, os Termos de Permissão de Uso (TPUs), que permitem o vendedor ambulante comercializar em um espaço específico determinado pelo município.

- Os ambulantes da região da rua 25 de março denunciaram a cassação indiscriminada neste ano de 21 licenças, sob a alegação de arbitrariedade na administração dos documentos que subsidiam a licença dos ambulantes na região. Em razão da adulteração de alguns documentos, segundo eles, 21 ambulantes tiveram suas licenças cassadas;
- Os ambulantes da região dos Brás também denunciaram a arbitrariedade na administração dos documentos que subsidiam a licença dos ambulantes. Em razão do sumiço de alguns documentos, mais de 350 ambulantes tiveram suas licenças cassadas;
- Mais de 70 ambulantes da região do Jabaquara, também tiveram suas licenças cassadas devido à não concordância do local de trabalho com a legislação, que prevê uma distância em relação aos terminais de transporte coletivo. Tal cassação não foi negociada com os trabalhadores e não houve uma política de transferência para outro local, como alternativa de trabalho.
- Os ambulantes da COOPAMESP, no Parque do Carmo, estão provisoriamente no local, através de um acordo informal com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente que administra o espaço. Eles reivindicam a permanência permanente, com licença para o exercício da atividade com segurança;

#### **DENUNCIAR O USO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AMBULANTE NÃO COMO CANAL DE DIÁLOGO SOCIAL, MAS PARA REFERENDAR A CASSAÇÃO DE LICENÇAS**

Algumas lideranças relataram que o principal aspecto da legislação que regula a

atividade, a consulta às CPAs, está sendo desvirtuado.

As CPAs, por meio de uma portaria 18/2007, que regula seu regimento interno, deveriam ocorrer periodicamente a cada 2 meses, e deveria ser um espaço onde os ambulantes pudessem acompanhar as decisões sobre as definições das áreas propícias ao comércio informal, acompanhar as políticas das licenças e denunciar os abusos.

Segundo algumas lideranças, as CPAs, além de não ocorrerem periodicamente conforme previsto em lei, acontecem sem a convocação dos envolvidos, e estão sendo realizadas apenas para referendar a cassação das licenças.

#### **ORGANIZAR OS AMBULANTES COM LICENÇAS EM PONTOS NA RUA OU EM SHOPPINGS POPULARES**

As organizações, de uma forma geral, têm como sua principal reivindicação, um local de trabalho seguro, permanente, com licença, seja na rua ou dentro de shoppings populares.

- O SINTEMEI defende organizar os ambulantes em pontos na rua ou sob a forma de cooperativas em shoppings populares;
- A ACESP defende a formalização dos ambulantes em shoppings populares como MEI Micro Empreendedores Individuais, e protegidos pela lei federal do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, que permite os ambulantes terem uma microempresa, com CNPJ e proteção social do INSS.

## **4. PRINCIPAIS ALIADOS**

As organizações representativas de vendedores informais da cidade de São Paulo contam com diversos aliados, que por meio de alianças e do apoio as demandas destes trabalhadores, agregariam peso político e maior alcance na negociação com o poder público.

#### **MOVIMENTO SINDICAL**

As organizações de vendedores ambulantes acompanham as principais centrais sindicais no cenário político nacional: CUT, Força Sindical, UGT e CTB.

O representante do SINTEMEI destacou que as centrais sindicais, na sua maioria, abandonaram a questão do vendedor ambulante. Ele alega que tem sido imposto pelos governos que os ambulantes sejam enquadrados na categoria MEI – Micro Empreendedor Individual do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, na condição de trabalhador por conta-própria ou autônomo, que presta serviço ou vende como um pequeno empreendedor. De acordo com ele, essa questão está se resolvendo dentro do âmbito dos governos federal, dos estados e dos municípios, e ao largo das discussões e debates com as centrais sindicais

e organizações de vendedores ambulantes.

Apesar das diferenças de programas políticos das associações ou sindicatos, apenas uma organização entrevistada em São Paulo relatou participar formal e ativamente das atividades das centrais sindicais. A ACESSP (Associação de Camelôs do Estado de São Paulo) é filiada à UGT (União Geral dos Trabalhadores), que é fortemente relacionada aos sindicatos de comerciários (empregados do comércio). Nas demais organizações, entretanto, não ficou claro na maioria das entrevistas se: 1) os sindicatos e associações de ambulantes estão formalmente filiados ou estão em dia com as centrais sindicais; 2) conseguem votar ou participar das decisões políticas das centrais sindicais; 3) se chamam as centrais sindicais como suas aliadas nas denúncias ou nas reivindicações políticas.

Das três hipóteses acima, no entanto, é possível avaliar que a desvinculação formal das organizações de ambulantes como filiadas ativas das centrais sindicais, desconecta as organizações de ambulantes das mesas de negociações das pautas nacionais.

Pelo fato de estarem neste limbo institucional na esfera sindical nacional, as organizações de ambulantes transitam entre fracos subsidiários da agenda sindical ou indistintos alvos de programas sociais do governo. Essa indefinição da participação no mundo sindical unificado pode ser uma das razões da falta de apoio do mundo do trabalho quando ocorre a criminalização da categoria.

Abaixo estão relatados os vínculos (formais ou informais) das organizações entrevistadas com as centrais sindicais:

- A central sindical Força Sindical tem como seu filiado o SINDCISP, cujo principal líder, assassinado no final do ano de 2010, Afonso Camelô, chegou a ser candidato do PDT, partido ligado à central sindical;
- A central sindical CUT (Central Única dos Trabalhadores) tem seu braço na atividade por meio do SINTEMEI, que reúne muitos dos antigos membros do SINTEIN, que era filiado a CUT. Entretanto o sindicato disse ser “simpatizante”, e não filiado;
- A central sindical UGT (União Geral dos Trabalhadores) tem seu braço na atividade por meio da ACESSP, que é regularmente filiada à central sindical;
- A central sindical CTB (Central dos Trabalhadores Brasileiros), apoia extra-oficialmente a COOPAMESP, porém a cooperativa não é filiada e conta apenas com um apoio político da central sindical. As lideranças da COOPAMESP relataram possuir diretores com diversas diretrizes políticas que se toleram e respeitam em nome da luta dos ambulantes.

## MOVIMENTOS SOCIAIS

As organizações entrevistadas não registraram qualquer apoio dos movimentos sociais, embora estejam em construção duas iniciativas de articulação em rede das organizações de ambulantes com os demais movimentos sociais:

A primeira é o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa, uma rede de movimentos sociais que está distribuída nos estados onde ocorrerão os jogos da Copa em 2014. O Comitê Popular foi iniciado no ano passado e ativado nos diferentes estados no início do ano. O Comitê é alavancado, sobretudo pelos movimentos de moradia e têm conseguido adeptos de associações de torcedores, de catadores, de diversos outros movimentos ligados à população de rua, de mulheres, etc.

O Comitê Popular tem incluído as reivindicações e denúncias dos vendedores informais na pauta de mobilização e articulação, ainda que as reuniões careçam da presença de lideranças destes trabalhadores. No entanto, as organizações de camelôs participaram de alguns encontros do Comitê Popular, como a oficina oferecida pela organização internacional Witness, que em parceria com a International Habitat vem realizando a capacitação de movimentos sociais para fazerem registros audiovisuais com alcance estratégico de denúncias de violações de direitos humanos, mais especificamente sob o vértice do direito a moradia.

O Comitê Popular elegeu recentemente uma articulação nacional, que vem construindo uma coalizão ampla e uma estratégia nacional de mobilização e articulação. O Comitê tem realizado formação nas comunidades diretamente afetadas pelo Estádio de Itaquera, atos e protestos públicos e reuniões com instituições públicas – como a Defensoria e Ministério Público Estadual, responsáveis pela fiscalização e autuação das violações de direitos realizadas pelo Executivo.

A segunda iniciativa de articulação das organizações de vendedores ambulantes com os movimentos sociais é relatada abaixo na relação com as organizações não-governamentais.

## ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E INSTITUTOS DE PESQUISA

Uma importante organização que vem atuando em prol dos vendedores informais em São Paulo é o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. O Centro Gaspar Garcia atua a 22 anos na luta pelo direito à moradia e desenvolve programas relacionados à população urbana de baixa renda como índios urbanos, moradores de rua, catadores de materiais recicláveis e está desenvolvendo projeto com trabalhadores informais.

O Centro Gaspar Garcia foi parceiro no desenvolvimento da presente pesquisa, e fundamental para a articulação política de lideranças, uma vez que vem promovendo

*AS ORGANIZAÇÕES  
ENTREVISTADAS  
NÃO REGISTRARAM  
QUALQUER APOIO  
DOS MOVIMENTOS  
SOCIAIS*



reuniões de articulação e formação de lideranças de ambulantes e conseguido alcançar importantes representantes de organizações de vendedores informais, a partir da compreensão de que existe uma ligação próxima entre trabalho informal e moradia precária.

Este contato com as lideranças de trabalhadores ambulantes vem viabilizando reuniões de articulação das organizações dos ambulantes de diferentes regiões da cidade, na busca de consolidar uma rede única de lideranças que pretende agir conjuntamente em atos e encaminhamentos de denúncias coletivos. Tal rede também prevê a realização de algumas estratégias articuladas com alguns movimentos sociais, entre eles o movimento de moradia.

#### PODER PÚBLICO: EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

A relação das organizações de vendedores ambulantes com o Poder Executivo municipal depende da orientação política do partido do Prefeito e a forma com que aborda e atua na questão dos vendedores ambulantes.

Nas entrevistas realizadas e nos trabalhos acadêmicos sobre a questão é possível avaliar que a relação com o Executivo foi sempre intermediada por representantes do Legislativo, seja da Câmara Municipal, os vereadores; seja da Assembléia Legislativa, os deputados estaduais.

Apesar da desvantagem deste aspecto clientelista característico do Legislativo,

alguns de seus representantes são aliados na promoção dos direitos dos vendedores ambulantes. Existem casos significativos de esforços empreendidos por parlamentares, que apesar de beneficiarem exclusivamente as associações e sindicatos de vendedores ambulantes permissionários, tem contribuído no sentido de denunciar a violência da Polícia Militar e as arbitrariedades da Prefeitura na gestão das licenças. Exemplo disso foi a criação de um espaço de discussão dentro da Câmara Municipal para denunciar a corrupção e conflitos de organizações mafiosas dentro de umas das maiores feiras ambulantes da América Latina, situada na região central de São Paulo, a Feira da Madrugada.

Outra ação política importante é a realização de reuniões reivindicadas por deputados estaduais e vereadores aliados aos vendedores informais com a prefeitura, no intuito de coibir o Executivo na cassação indiscriminada de

licenças. Ao promover a interlocução direta e indireta dos ambulantes com o próprio Prefeito e secretários que lidam com a questão, os parlamentares sensíveis à causa têm obrigado o Executivo a prestar esclarecimentos e até mesmo retroceder nas vezes as cassações.

## *A RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE AMBULANTES COM O EXECUTIVO SEMPRE FOI INTERMEDIADA POR REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO*

A atuação do judiciário na questão dos vendedores ambulantes ocorre de maneira diversa dependendo do órgão em questão. A jurisprudência do Judiciário tem sido majoritariamente limitadora dos direitos dos vendedores ambulantes na cidade de São Paulo quando os vendedores recorrem das ações arbitrárias da Prefeitura. Entretanto, duas instituições ligadas ao Judiciário têm promovido algumas ações em defesa dos vendedores, justamente aquelas que têm como atribuição fiscalizar as ações do Executivo: a primeira é o Ministério Público do Estado de São Paulo e a segunda, a Defensoria do Estado de São Paulo.

O Ministério Público estadual tem atuado na defesa dos trabalhadores em dois campos: o primeiro, na investigação da atuação de máfias de corrupção que envolvem representantes do Executivo e Legislativo na exploração dos vendedores ambulantes (que pagam enormes quantias de propina para poder comercializar no espaço público); o segundo campo é na investigação da violação de direitos humanos relacionados à violência policial e cassação arbitrárias de licenças.

A Defensoria tem atuado de forma mais pontual na defesa dos vendedores ambulantes, no entanto, possui na sua agenda pública a previsão de formação de lideranças populares para atuar coletivamente na organização de denúncias e reivindicação de direitos.

## 5. IMPACTO DA COPA DO MUNDO

O atual cenário do comércio ambulante é de total intimidação dos vendedores informais por parte da Prefeitura, que empreende uma agressiva ofensiva contra o exercício da atividade ambulante.

A atual gestão municipal foi caracterizada desde o início pela intensa perseguição aos vendedores ambulantes que não possuíam licença – realidade da maioria absoluta dos trabalhadores da profissão – através do convênio que a Prefeitura estabeleceu com a Polícia Militar do estado, chamado “Operação Delegada”. Todos os representantes das organizações entrevistadas relataram que houve uma erradicação quase absoluta do contingente de ambulantes sem licença, que antes permaneciam sob “vista grossa” das autoridades por meio da cobrança de propina. A repressão à atividade ocorre de forma violenta, muitas vezes desrespeitando direitos humanos universais.

A prefeitura também investiu fortemente na cassação sistemática de licenças, diminuindo em 91% o número de TPUs no município. Entre 2004 e 2009, 12 mil ambulantes foram expulsos das ruas e tiveram seus meios de subsistência expropriados. A revogação e cassação de licenças ocorreram, na grande maioria das vezes, de forma ilegal e sem a proteção jurídica do poder Judiciário, que foi predominantemente indiferente aos apelos legais empreendidos pelas organizações de vendedores informais.

As cassações ocorreram nos principais pólos de comércio popular da região central

de São Paulo, como o Brás e a rua 25 de Março e em áreas tradicionais do comércio ambulante nos bairros como: Santana na zona norte; o Largo Treze de Maio e o entorno do metrô Jabaquara na zona sul; o entorno do Mercado Municipal da Lapa na zona oeste; e os principais centros de comércio popular da zona leste como Itaquera, Guaianazes, Parque do Carmo e São Miguel Paulista.

## *A GESTÃO MUNICIPAL VEM EMPREENDENDO UM PROJETO DE ELIMINAÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL EM TODAS A CIDADE*

O poder público certamente não tomou a iniciativa de combater a venda ambulante, acreditando que o crescimento econômico absorveria no mercado formal de trabalho esse grande contingente de trabalhadores expulsos da atividade, uma vez que os atributos pessoais do profissional ambulante dificultam uma fácil inserção no mercado formal de trabalho. Entretanto, é exatamente esse um dos argumentos que a atual gestão tem usado para justificar a cassação de licenças de vendedores ambulantes.

Uma importante constatação, é que a gestão municipal vem empreendendo um projeto de eliminação do comércio informal em todas as áreas da cidade. A ofensiva de extermínio dessa atividade, sob o pretexto de controle da ilegalidade, faz parte de um grande projeto de planejamento da cidade, de “reurbanização” das áreas de interesse que prevê, indiscriminadamente, a exclusão das populações de baixa renda dos espaços que são de interesse da cidade e da indústria da especulação imobiliária.

A expulsão dos ambulantes do centro e a violenta repressão ao exercício da atividade, é parte de projetos de “revitalização” urbana que vêm sendo desenvolvidos na região, com forte investimento de múltiplos segmentos da sociedade, inclusive da sociedade civil, bem exemplificado pelo “Viva o Centro”, iniciativa que reúne atores de forte influência política, como o setor empresarial e do comércio do centro, em conjunto com proprietários de imóveis residenciais da região central. O “Viva o Centro” promove reuniões periódicas com esses atores sociais, em sua maioria de média ou alta renda, e articulam o lobby político para apoiar projetos urbanísticos de valorização imobiliária da região central e de preservação da “ordem” do espaço público, inclusive com denúncias sistemáticas do uso “irregular” das ruas aos organismos de repressão.

Estes projetos de remodelamento urbano que se expandem pela cidade, dos quais se atrelam o combate ao comércio informal, fazem parte de um paradigma adotado pelo poder municipal, na maioria das vezes em conluio com o governo estadual, de construção da cidade não como lugar de compartilhamento do espaço público, mas de valorização e privatização do espaço urbano. Essa tendência está fortemente relacionada à construção da “Cidade Global” que quer ser apresentada para receber os jogos da Copa do Mundo.

Outro ponto importante é a complexidade que, na cidade de São Paulo, o comércio ambulante está inserido no ponto de vista de sua cadeia produtiva. De acordo com uma pesquisa desenvolvida pelo Centro Gaspar Garcia, que rastreou a cadeia de valor a partir da mercadoria vendida pelo comerciante popular, a venda ambulante é a ponta do iceberg da produção, distribuição e comercialização da informalidade na cidade de São Paulo e no Brasil.

O ambulante que vende nas ruas dos pólos de comércio popular da cidade, vende mercadorias ligadas à cadeia da confecção, que são produzidos em oficinas de costura onde todos os trabalhadores são informais. O nível seguinte da cadeia é composto por catadores de materiais recicláveis, que separam os retalhos das oficinas de costura para serem vendidos a intermediários, também informais, que vendem o retalho separado por cor para ser reciclado na indústria da fabricação de tecidos.

O fato de a venda ambulante estar vinculada a uma extensa cadeia de trabalho informal expõe ainda mais a baixa capacidade do mercado formal de trabalho absorver toda a oferta de força produtiva da cidade de São Paulo, além de por em perspectiva um maior número de famílias afetadas pela perseguição ao comércio informal.

O principal desafio colocado aos vendedores informais no enfrentamento político da exclusão social que a Copa impõe, é a forma característica desses trabalhadores historicamente se organizaram politicamente. A lógica espacial que o comércio popular seguiu na cidade, fragmentou as organizações representativas em diversas regiões, assim como a negociação da principal mercadoria política, a regulamentação da atividade.

Historicamente os representantes das organizações de vendedores ambulantes sempre encaminharam suas demandas através dos vereadores que representavam politicamente os perímetros administrativos, as subprefeituras. O resultado desta relação política é a perpetuação de uma relação clientelista e fragmentada com o Estado, que é determinante para a desarticulação entre as organizações que ocorre continuamente. Nas entrevistas com as lideranças de trabalhadores é comum relatarmos que o principal aliado é o vereador.

É possível identificar, que a relação das organizações de vendedores informais com o Executivo, por sempre ter sido intermediada pelos parlamentares, estabeleceu uma relação de dependência com o Legislativo do tipo radial, ou seja, por meio de relações de fidelidade clientelistas, cuja atuação não deu prioridade na articulação “perimetral” entre as lideranças. A ausência desta relação “perimetral” não viabilizou uma articulação em rede entre as organizações e muito menos um movimento unificado da categoria que pudesse enfrentar com maior peso as ações arbitrárias da Prefeitura.

## *A LÓGICA ESPACIAL QUE O COMÉRCIO POPULAR SEGUIU NA CIDADE FRAGMENTOU AS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS*

Nas entrevistas é possível verificar que, guardadas as especificidades de cada organização de ambulantes, alguns pontos nas suas agendas políticas são semelhantes, o que permitiria a articulação “perimetral” entre as organizações. O Centro Gaspar Garcia tem feito reuniões periódicas buscando a formação de uma rede única e coordenada de reivindicações políticas.

Outro ponto relevante é a larga difusão da categoria MEI – Micro empreendedor Individual, pelo governo federal e pelos sindicatos, como uma forma positiva de formalização. Embora o registro ofereça benefícios pontuais ao trabalhador, como um CNPJ e pagamento da previdência social, o cadastro como MEI não resolve o problema da irregularidade, pois não assegura a permissão para vender em solo urbano, uma vez que tal autorização é exclusivamente emitida pela administração municipal, na Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSP).

Um problema ainda mais preocupante que o MEI traz, é individualizar o trabalhador como pequeno comerciante, o que enfraquece o potencial político desses trabalhadores por descaracterizar os vendedores informais como uma categoria passível de organização unificada.

Outro desafio é o fato de as organizações de vendedores informais estarem num limbo institucional na esfera sindical nacional. As organizações de ambulantes transitam entre fracos subsidiários da agenda sindical ou indistintos alvos de programas sociais do governo. Essa indefinição da participação no mundo sindical unificado pode ser uma das razões da falta de apoio do mundo do trabalho quando ocorre a criminalização da categoria.

## 6. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

As principais conclusões quanto aos encaminhamentos da Campanha Cidades para Todos até 2014, são que as ações a serem tomadas pela StreetNet e aliados para fortalecer o nível de organização dos vendedores informais, devem ser em direção a superar a desarticulação entre as organizações nos vários pólos de comércio popular da cidade.

É necessária a construção de um processo de articulação em rede entre as organizações e de um movimento unificado da categoria capaz de enfrentar com maior peso as ações arbitrárias da Prefeitura.

As condições para essa organização são positivas, uma vez que o Centro Gaspar Garcia, parceiro na presente pesquisa, já começou a realizar oficinas de capacitação política com organizações de ambulantes, que visam evidenciar as convergências entre as diversas organizações regionais e unir forças para um objetivo comum. O processo também é beneficiado pela urgência em articular forças de trabalhadores na garantia de direitos frente à truculência da gestão municipal e a clara decisão de exterminar o comércio informal das ruas da cidade.

A construção de um espaço de articulação política entre associações de vendedores informais, no formato de um Fórum Municipal, além de possibilitar o inter-relacionamento de organizações, pode ser o caminho para reivindicar um espaço de negociação com o poder público que busque a garantia do direito ao trabalho dos vendedores informais. Tal espaço serviria também para superar a relação clientelista e fragmentada com o Estado, e a dependência com o Legislativo por meio de relações de fidelidade.

Para garantir que a articulação entre representantes e a formação política desencadeiem um processo sustentável de organização e fortalecimento da categoria, é fundamental que exista um suporte técnico regular por um certo período de tempo, que traga o *know-how* de ações políticas efetivas na garantia de direitos, tanto jurídica, como de *advocacy*, de protestos e de articulação política, até que os próprios trabalhadores tenham condições de levar o processo autonomamente.

Da mesma forma, é de fundamental importância somar forças com coalizões existentes no embate às violações de direitos sociais causadas pelas obras e acordos referentes à Copa e envolver os atores sociais mobilizados em função da garantia de direitos nos megaeventos.

## NOTAS

1. A PED é uma pesquisa domiciliar amostral delineada para a identificação de tendências de grandes contingentes do mercado de trabalho em áreas metropolitanas. Os dados foram obtidos em vias públicas (postos móveis, barracas ou bancas, veículos) e de porta em porta.

2. <http://www.leispaulistanas.com.br/sites/default/files/ComercioAmbulante/DECRETO%2042600.PDF>

3. <http://www.leispaulistanas.com.br/sites/default/files/ComercioAmbulante/LEI%2011039.PDF>

4. [http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a\\_cidade/sala\\_de\\_imprensa/audios/index.php?p=18877](http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/sala_de_imprensa/audios/index.php?p=18877)

5. <http://www.jt.com.br/editorias/2008/09/14/ger-1.94.4.20080914.4.1.xml>

6. [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/decreto50448\\_1267141094.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/decreto50448_1267141094.pdf)



**ANEXOS**

# ANEXO 01

## DECLARAÇÃO DO FÓRUM DE PLANEJAMENTO DA CAMPANHA CIDADES PARA TODOS (AS)

26 DE OUTUBRO 2011, SÃO PAULO

### OUTRA COPA DO MUNDO É POSSÍVEL: RESPEITANDO OS DIREITOS DOS (AS) VENDEDORES (AS) INFORMAIS

Convocado pela StreetNet Internacional, o Fórum de Planejamento da Campanha Cidades para Todos(as) sobre os impactos da Copa de 2014 no comércio informal, reuniu representantes de diversas organizações de vendedores e vendedoras informais de cidades sede da Copa, além de representantes sindicais, de movimentos sociais e de outras organizações.

A venda ambulante é uma consequência do desenvolvimento econômico desigual e uma estratégia de sobrevivência para a população urbana de baixa renda. Vendedores e vendedoras informais são trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, que procuram ganhar a vida honestamente para manter a si mesmo e suas famílias. A contribuição dos vendedores e vendedoras informais para a economia urbana deve ser reconhecida e valorizada; seus direitos devem ser respeitados e seus deveres regulamentados de forma justa.

Os participantes do Fórum ouviram depoimentos de vendedores informais sobre práticas do poder público já em curso relacionadas aos preparativos para a Copa do Mundo:

- Diversos governos municipais estão cancelando ou deixando de renovar licenças para o comércio informal, além de não mais emitirem novas licenças de venda nos centros das cidades-sede. Muitos comerciantes informais estão sendo deixados em uma situação de legalidade precária e expostos a um tratamento arbitrário e a outras formas de abuso.
- Em algumas cidades há um aumento significativo da repressão policial contra os comerciantes de rua, que inclui o confisco de seus bens sem a devida devolução (sob apresentação de nota fiscal e pagamento de multa), além de multas recorrentes, violência física e prisão;
- Os meios de comunicação locais assim como nacionais omitem as violações de direitos sociais e a repressão que ocorrem com a população urbana de baixa renda, além de não oferecerem espaço às denúncias e reivindicações das organizações de vendedores informais;
- Os municípios estão reforçando a proibição total da comercialização nas ruas dos centros das cidades, particularmente nas áreas frequentadas por turistas;
- Os municípios vêm criando centros comerciais populares (shoppings de camelôs), como alternativas à negociação de rua, porém, em muitos casos não levam em conta os números reais de comerciantes informais existentes, além de não envolver os vendedores ambulantes e as organizações representativas na concepção, desenvolvimento e administração dos centros.

Os participantes do Fórum também ouviram das organizações dos vendedores informais que:

- Programas municipais de construção de centros comerciais populares são apenas bem sucedidos se forem desenvolvidos enquanto projetos sociais e a preços populares, e planejados através do diálogo com as organizações representativas de vendedores informais e administrados com a sua colaboração;
- Os vendedores informais estão preocupados com a falta de diálogo e de informações claras sobre os projetos de infraestrutura previstos para a Copa do Mundo;
- Os vendedores informais estão igualmente preocupados com a falta de informações sobre o estabelecimento de zonas de exclusão em torno dos estádios e parques de torcedores (*fan parks*), que são parte da Lei Geral da Copa, sendo atualmente negociada com o governo.

O Fórum, portanto, concordou em convocar as cidades-sede e o Governo Federal, para que assumam o compromisso de trabalhar em prol das populações mais pobres, ofereçam e assegurem trabalho decente a todos além de:

1. Interromper as políticas desprezíveis de privar os vendedores informais de licenças e proibir o comércio informal no centro das cidades, e incluir de volta os vendedores informais que já foram removidos e perderam seus espaços de trabalho nas regiões centrais das cidades;
2. Alocar recursos públicos para a criação de espaços para comércio informal, como, por exemplo, camelódromos, centros comerciais populares, feiras, mercados e outros espaços para o comércio informal, respeitando as características locais;
3. Convocar reuniões com as organizações representativas de vendedores informais para discutir sobre os impactos das obras de infraestrutura propostas e programas de revitalização e zoneamento urbano previstos para a Copa do Mundo;
4. Garantir planos de remanejamento dos locais de vendas afetados por projetos relacionados à Copa, que sejam elaborados em consulta com as organizações de vendedores informais;
5. Desenvolver projetos de economia solidária e cooperativismo aos vendedores

informais que se interessarem por esta alternativa de trabalho;

6. Resistir aos planos de criação de zonas de exclusão em torno dos parques de torcedores (*fan parks*) durante a Copa do Mundo, que privariam os vendedores informais locais de se beneficiarem economicamente desta oportunidade, favorecendo apenas as multinacionais patrocinadoras oficiais da Copa do Mundo.

O Fórum também acordou em:

1. Trabalhar em colaboração com as organizações dos vendedores informais para apoiar suas reivindicações e se juntar a elas para denunciar atos de abuso de poder e violência por parte das autoridades municipais.
2. Trabalhar de forma colaborativa para apoiar as campanhas de trabalho decente, *Fair Play*, pela transparência e controle social, direito a moradia e outras iniciativas destinadas a garantir que a Copa de 2014 tenha um legado social que beneficie todos(as) os(as) brasileiros e brasileiras.

**Outra Copa do Mundo é Possível!**  
**Nada para nós sem nós!**

São Paulo 26 de Outubro 2011

---

**MUCA – RIO DE JANEIRO**

Movimento Unido dos Camelôs Feirantes da Rua da Praia

**ACCPC-POA – PORTO ALEGRE**

Associação dos Comerciantes do Centro Popular de Compras de Porto Alegre

**ASFERAP-PORTO ALEGRE**

Associação Feira Rua da Praia

**SINCOVAM-MANAUS**

Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de Manaus

**CUT (AM)**

Central Única dos Trabalhadores- Amazonas

**ASFAERP-SALVADOR**

Associação dos Feirantes e Ambulantes da região metropolitana de Salvador

**ABAEM-BELO HORIZONTE**

Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão

**MMC- SÃO PAULO**

Movimento de Moradia do Centro

**UNADEF-São PAULO**

União Nacional dos Deficientes Físicos

**MNC**

Movimento Nacional dos Catadores

**CSA**

Central Sindical das Américas

**CUT- Brasil**

Central Única dos trabalhadores

**ICM**

Internacional da Construção e Madeira

**MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES****COMITÊ POPULAR DOS ATINGIDOS PELA COPA****CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS****STREETNET INTERNATIONAL****SINDFEIRAS-MANAUS**

Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes de Manaus

**APROVACE-FORTALEZA**

Associação Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes (Trabalhadores Autônomos) do Estado do Ceará

**AEFO-RIO DE JANEIRO**

Associação de Expositores das Feirarts e Outros

**ABFEST-SALVADOR**

Associação dos Proprietários de Barracas nas Festas Populares

**COOPAMESP – SÃO PAULO**

Cooperativa dos Trabalhadores Ambulantes do Estado de São Paulo

**AABR – SÃO PAULO**

Associação Ambulantes do Brás

**SINTEMEI-SÃO PAULO**

Sindicato dos Microempreendedores da Economia Informal



Esta publicação foi composta com as fontes Scala Serif, Scala Sans, Knockout e Vitesse.





**CIDADES  
PARA  
TODOS  
E TODAS**

**O PRESENTE ESTUDO** é uma iniciativa de conhecer e se aproximar das organizações e lideranças do comércio ambulante das cidades brasileiras que hospedarão os jogos da Copa do Mundo da FIFA em 2014.

O material reúne as primeiras impressões de um trabalho de mapeamento e caracterização da realidade da venda informal em dez cidades das regiões norte, nordeste, sul e sudeste, no período de maio a outubro de 2011. A pesquisa foi feita através do levantamento de dados secundários e entrevistas com lideranças de vendedores informais, representantes do movimento sindical, de movimentos sociais, de organizações não-governamentais e outros atores sociais relevantes no universo do comércio informal.

A pesquisa é considerada a primeira etapa da campanha “Cidade para Todos e Todas”, organizada pela StreetNet Internacional e lançada no início de 2011 no Brasil.



**A STREETNET INTERNATIONAL** é uma federação de vendedores informais criada para proteger e promover seu direito ao trabalho. Fundada em 2006, atualmente conta com 38 associações em todo o mundo e um conjunto de adesão total de 360 mil membros. Tem como objetivo incentivar alianças nacionais e a criação de um sentimento solidário local, nacional e internacional. Promove políticas inclusivas de planejamento urbano, além de incentivar a formação de fóruns de negociação entre as associações de camelôs e as autoridades governamentais competentes, em âmbito nacional e local. Busca, ainda, desenvolver alianças ou integrar associações de vendedores de rua a movimentos trabalhistas nacionais.

O mais alto órgão de decisão do StreetNet Internacional é o Congresso Trienal, no qual se elege um Conselho Internacional reunido regularmente.

As campanhas da StreetNet Internacional promovem políticas e ações que possam contribuir para a melhoria de vida dos vendedores informais.